

A IGREJA PROGRESSISTA NO RECIFE: LIMITES E
POSSIBILIDADES DA AÇÃO DAS CEBs
(Comunidades Eclesiais de Base)
RECIFE-PE, 1973 a 1985

EDVALDO VIEIRA DE SOUZA JUNIOR

A IGREJA PROGRESSISTA NO RECIFE: LIMITES E
POSSIBILIDADES DA AÇÃO DAS CEBs
(Comunidades Eclesiais de Base)
RECIFE-PE, 1973 a 1985

Dissertação apresentada
ao Curso de Mestrado em
História da Universidade
Federal de Pernambuco,
como requisito parcial
para obtenção do grau de
Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Maria Barros dos Santos

RECIFE
2006

Souza Junior, Edvaldo Vieira de
A Igreja Progressista no Recife : limites e possibilidades da ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) Recife-PE, 1973 a 1985 / Edvaldo Vieira de Souza Junior. – Recife : O Autor, 2006.
164 folhas : il., tab., fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2006.

Inclui bibliografia e anexos.

1. História do Brasil – Regime militar. 2. Igreja Progressista, Recife (PE) – Comunidades Eclesiais de Base – Morro da Conceição, Recife – Atuação das Comunidades. 3. Organização política e social – Regime militar – Confronto. 4. Final do regime militar – Novo direcionamento político. I. Título.

**94 (81). 088
981.063**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2006 – 545**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Edvaldo Vieira de Souza (in memoriam) e Maria José Teixeira de Souza, pelo grande esforço em me educar para a vida. À minha esposa Weidja, pelo incentivo e companheirismo ao longo desta pesquisa. À Professora Dra. Ana Maria Barros dos Santos, pois dela tantas graças recebi; além da orientação, ofertou-me conhecimento, sabedoria e amizade. Sem sombra de dúvidas, a Professora Ana Maria foi um dos principais responsáveis pelo nascimento deste trabalho, orientando do começo ao fim, sempre incentivando e ajudando. Devo a ela minhas primeiras incursões na pesquisa histórica.

Também contei com a ajuda de diversos professores no decorrer do Curso de Mestrado, que lecionaram disciplinas as quais se tornaram fundamentais para o amadurecimento desta dissertação, em especial: Marc Jay Hoffnagel, Antônio Paulo Rezende, Antônio Torres Montenegro e Graça Ataíde.

Aos coordenadores, professores, secretárias e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, que muito contribuíram para a execução do presente trabalho.

Não poderia deixar, neste espaço, de agradecer à funcionária do colégio Decisão, Luciene Maria de Jesus, pelo auxílio na digitação dos textos.

Gostaria de lembrar e agradecer aqui aos meus amigos de trabalho. Primeiramente, aos amigos professores do colégio Decisão, para mim, uma segunda casa, que sempre me acolheu e me apoiou. Devo agradecer também o imenso apoio que tive, tanto dos alunos como dos professores e coordenadores do Colégio Vera Cruz, em especial ao coordenador Lima, à professora Heloisa e à Irmã Selma, coordenadora do grupo de Articulação das CEBs, e que nos deixou ao longo dessa jornada.

Agradeço, sobremaneira, ao professor Robson Tavares, pela imensa paciência na leitura e correção dos excessos cometidos com a língua portuguesa.

Um agradecimento muito especial aos meus familiares e amigos que incentivaram e comungaram comigo os prazeres, assim como as dificuldades da caminhada. Reconhecendo a prodigalidade de professores, amigos e parentes, deixo, registrado aqui o meu agradecimento a todos, escolhendo como seus representantes os que institucionalmente estiveram mais próximos nessa trajetória de estudo.

Por fim, agradeço especialmente ao CNPq, cuja bolsa de pesquisa, permitiu a realização desse trabalho e das reflexões desenvolvidas aqui.

RESUMO

A presente dissertação aborda o processo de intervenção social do movimento progressista, que se desenvolve dentro da Igreja Católica, e sua atuação na cidade do Recife, especificamente no Morro da Conceição, situado no bairro de Casa Amarela, durante o regime militar. Pesquisou-se o contexto da história da Igreja Católica no Brasil, no período compreendido entre 1973 – ano do documento “Eu ouvi os clamores do meu povo” – e 1985 – marco de uma nova etapa na política do Brasil, quando assume a Presidência da República o Presidente José Sarney, instituindo-se, assim, o primeiro governo civil, desde 1964. É neste período em que ocorre, também, uma explosão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em todo território nacional.

Em 1962, como concretização das discussões internas do Concílio Vaticano II (1962 a 1965) emerge um novo modelo de estruturação dogmática da Igreja, que inaugura uma forma singular de organização, fundada num tipo renovado de catolicismo e numa experiência voltada para o pobre.

Desse modo, a chamada ala progressista da Igreja, em confluência com a Teologia da Libertação, rompe com o Estado autoritário e passa a organizar em todo o país as Comunidades Eclesiais de Base.

Palavras-chaves: igreja-progressista, vaticano II e CEBs

ABSTRACT

The present dissertation is about the process of social intervention of the progressist movement that develops inside the Brazilian Catholic Church and its acting in the city of Recife, specifically in Morro da Conceição (Conceição slum-hill) in Casa Amarela Borough, during the military regime. The context researched was the history of the Brazilian Catholic Church, between the years 1973- year of the document - I heard the cry of my people and 1985 – landmark of a new phase in Brazilian politics with the first civilian President, José Sarney, since 1964. That was the time of the Comunidades Eclesiais de Base - CEBs (Grass-Roots Ecclesiastic Communities) boom all over the nation.

In 1962, a new model of doctrinaire structure in the Catholic Church comes up, brought about by the internal debates of vatican council II (1962 to 1965), starting up a singular form of organization based in a renewed kind of catholicism and in an experience addressed to the poor.

Therefore, the so-called progressist wing of the church, together with the theology of liberty, breaks up with the authoritarian state and start organizing the Grass-Roots Ecclesiastic Communities all over the country.

Key words: progressist church, vatican II e grass-roots

LISTA DE TABELAS

I – TABELAS

| | |
|---|----|
| 01 – Distribuição de renda no Brasil (1970 - 1972). | 68 |
| 02 – Rendimento mensal na RMR, 1978. | 87 |

LISTA DE SIGLAS

ACO – Ação Católica Operária

AOR – Arquidiocese de Olinda e Recife

AMA – Adviescommissie Missionarie Activiteiten

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEHILA – Centro de Documentação e de Estudos da História da Igreja Latino-Americana

CELAM – Conferência Episcopal Latino-Americana

CERVAC – Centro de Reabilitação e Valorização da Criança

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CJP – Comissão de Justiça e Paz

CLI – Centro de Leitura e Informação

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CMJ – Conselho de Justiça Militar

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

FEACA – Federação das Associações e Conselhos de Casa Amarela

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FJN – Fundação Joaquim Nabuco

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

ITER – Instituto Teológico do Recife

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LSN – Lei de Segurança Nacional

MCP – Movimento de Cultura Popular

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEEI – Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos

MST – Movimento dos Sem-Terra

MTN – Movimento Terras de Ninguém

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

STF - Superior Tribunal Federal

STM – Superior Tribunal Militar

SNI – Serviço Nacional de Informação

UDN – União Democrática Nacional

USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO I | |
| O GOLPE DO ESTADO EM 1964, A INTERVENÇÃO EM PERNAMBUCO E A AÇÃO POLÍTICA DA IGREJA PROGRESSISTA | 34 |
| 1.1 Em nome da Ordem: Um golpe de Direita Civil Militar | 34 |
| 1.2 O Golpe Militar em Pernambuco e a Frente do Recife | 45 |
| 1.3 Ação Política e Igreja Progressista: Onde os Caminhos se Cruzam? | 54 |
| CAPÍTULO II | |
| A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: PRESSUPOSTO DO TRABALHO PASTORAL PARA A FORMAÇÃO DAS CEBs | 72 |
| 2.1. As CEBs no Recife: Transformação Social em Questão | 84 |
| CAPÍTULO III | |
| EXPERIÊNCIAS ECLESIAIS: ORGANIZAÇÃO, MOVIMENTO E LUTA, A VIVÊNCIA ECLESIAL COMO MODELO PARA UMA CIDADANIA ATIVA | 102 |
| 3.1 A CEB do Morro da Conceição: Uma Alternativa (também) Política | 108 |
| 3.2 As CEBs no declínio do Regime Militar: Democracia, conflitos e perspectivas | 117 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 132 |
| FONTES E REFERÊNCIAS | 139 |
| ANEXOS-DOCUMENTOS E ILUSTRAÇÕES | 152 |

INTRODUÇÃO

A presente dissertação aborda o processo de intervenção social do movimento progressista, que se desenvolve dentro da Igreja Católica, e sua atuação na cidade do Recife, especificamente no Morro da Conceição, situado no bairro de Casa Amarela, nos anos de 1973 a 1985. O trabalho baseia-se em pesquisas sobre o contexto da história da Igreja no Brasil, no período compreendido entre 1973 – ano do documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”¹ – e 1985 – marco de uma nova etapa na vida política do Brasil, quando assume a Presidência da República o Presidente José Sarney, instituindo-se, assim, o primeiro governo civil, desde 1964. Neste período, surgem Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)² em todo território nacional, período que trataremos de reconstituir e compreender no desenvolvimento da pesquisa.

O interesse por tal estudo configura-se, pelo destaque ocupado por esse movimento eclesial, no cenário político

¹ Documento de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste Brasileiro, divulgado em 06 de Maio de 1973, em comemoração ao ano jubilar da “Declaração Universal dos Direitos do Homem” e, ao mesmo tempo, celebrando o décimo aniversário da Encíclica “Pacem in Terris” do Papa João XXIII. O objetivo era refletir sobre a missão da Igreja diante da realidade nordestina.

² A comunidade de base é um pequeno grupo de vizinhos que pertencem a um mesmo bairro popular, favela, vila ou zona rural, e que se reúne regularmente para ler a Bíblia e discuti-la à luz da sua própria experiência de vida. As CEBs fazem parte de uma diocese e têm ligações com os agentes pastorais: padres, religiosos e, sobretudo, religiosas. Modelo de Igreja militante voltada para a problemática social: lutas por habitação, eletricidade e água dentro das favelas, luta pela terra no campo, em oposição a um modelo de Igreja carismática, zelosa pela conservação do seu status e arcabouço doutrinário tradicional (BETTO, 1985:27).

brasileiro e latino-americano, durante os regimes de exceção, que grassaram no Continente, nos anos de 1960 a 1985. Nesse período, a chamada ala progressista da Igreja, em confluência com a Teologia da Libertação³, rompe com o Estado autoritário e passa a organizar em todo o país as Comunidades Eclesiais de Base.

Em 1962, como concretização das discussões internas do Concílio Vaticano II (1962 a 1965)⁴, emerge um novo modelo de estruturação dogmática da Igreja, que inaugura uma forma singular de organização, fundada num tipo renovado de catolicismo e numa experiência voltada para os pobres.

Nesse sentido, as reflexões do teólogo e Pe. João Batista Libânio reforçam ainda mais a importância do Concílio Vaticano II⁵, o qual propõe uma maior inserção da Igreja nas questões do mundo moderno, não que essa atitude já não houvesse sido tentada antes, porém, o Vaticano II foi mais

³ A T.L. é a expressão de um vasto movimento social, que surge na Europa após a II Guerra Mundial, chegando à América Latina no início dos anos 60. Esse movimento é apoiado por setores compreendia setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Jovens Trabalhadores Cristãos), intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana), e as comunidades eclesiais de base.

⁴ O Concílio Vaticano II (1962 a 1965) foi o mais revolucionário realizado pela Igreja de Roma, aprovando reformas no ritual da missa (que passa a ser celebrada na língua nacional), abrindo também diálogo com as outras religiões.

⁵ Sobre o Concílio Vaticano II, remetemos o leitor ao o estudo de José Oscar Beozzo (1994), onde o autor faz uma ampla abordagem desse evento, relacionando-o com a trajetória do catolicismo brasileiro. Aborda fatos, acontecimentos, e descreve o trânsito de várias situações e o testemunho de vários personagens.

contundente, pois permitiu o brotar da Teologia da Libertação, que defendia uma maior participação do leigo na Instituição, modificando e embaralhando o jogo clericalista de manter a separação entre o leigo e o Clero. Após analisar o Concílio Vaticano II, Libânio conclui que “o espírito colegial desceu lentamente do plano mais alto da hierarquia para a participação do Clero e dos leigos na vida de suas igrejas particulares através de conselhos, assembleias, sínodos locais ou regionais”. Ampliando-se, assim, “em todos os níveis, a participação numa Igreja até então extremamente centralizada, hierárquica e clerical” (LIBANIO, 2000: 74).

Em 1968, os bispos da América Latina reúnem-se na cidade de Medellín, na Colômbia, com o propósito de viver, na prática, as conclusões do Concílio Vaticano II, de acordo com a realidade dos povos latino-americanos. Em Medellín, o episcopado do Continente assume, pela primeira vez, a temática da libertação, defendendo uma efetiva participação dos católicos numa Igreja voltada para os pobres, Igreja “Povo-de-Deus”. Segundo essa conferência, era necessário que as pequenas comunidades de base se desenvolvessem para o “estabelecimento de um equilíbrio diante dos grupos minoritários, que são grupos que detêm o poder”. Isso só se tornaria possível “mediante a ativação das mesmas comunidades e de seus próprios elementos naturais e atuantes, em seus respectivos meios”. “A Igreja ‘Povo-de-

Deus” prestaria sua “ajuda aos desamparados de qualquer tipo e ambiente social” para que tomassem “consciência de seus próprios direitos” e soubessem fazer uso deles.⁶

Nessa caminhada de renovação eclesial, surgem as Pastorais-Organizações de ação social, envolvendo atividades diretas com a população, atuando de forma específica em cada área de ação, a exemplo da Pastoral da Terra (CPT), a qual volta-se, fundamentalmente, para os problemas do campo, bem como a Pastoral Operária, voltada às questões sociais urbanas.

Assim, a dinâmica de renovação vai ocorrer com a ampla participação dos cristãos engajados nas pastorais sociais e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nesse processo de organização dos movimentos populares, de construção de alternativas sociais e políticas, é de suma importância o trabalho do leigo, que é, muitas vezes, o canal de expressão e mobilização popular, organizando abaixo-assinados, mutirões e iniciativas de resistência ao Poder Público.⁷

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) desenvolvem-se, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1970, tanto na periferia dos centros urbanos quanto nas comunidades rurais. Tais comunidades apresentavam, desde as suas origens, características específicas, no entanto, é

⁶ Bispos da América Latina. “Conclusões de Medellín” ed. Paulinas. p. 18.

⁷ Sobre o referido processo, ver WEFFORT.1980,

comum entre os especialistas no assunto definirem essas Comunidades como grupos de pessoas que comungam a mesma fé; unidas por laços de solidariedade e por um compromisso de vida. Sempre foram consideradas uma estrutura pastoral da Igreja Católica, porque ganharam força com o Concílio Vaticano II.

Observa-se, assim, que a repercussão do Concílio Vaticano II, no pensamento do episcopado Latino-americano, é marcada pela dimensão da idéia de um sistema mais colegiado dentro da Igreja, menos piramidal, menos clerical e mais povo de Deus. Para além da discussão relativa ao Vaticano II, o que se percebe é o crescimento da Teologia da Libertação entre o laicato. A explicação para esse fenômeno está no fato de não estarem subordinados a esse comando da hierarquia Católica.

Em Pernambuco, alguns afirmam que foi através do Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos (MEEI)⁸, organizado por Dom Hélder Câmara, que as CEBs ganharam visibilidade. O MEEI teve sua origem no clima de renovação da Igreja, provocado no Brasil e no mundo inteiro pelo Concílio Vaticano II. Em tal clima de renovação, acha-se

⁸ O 1º Conselho Diretor do Movimento ocorreu ainda em dezembro de 1969, sob a forma democrática de um encontro de representantes eleitos entre os monitores. Dessa forma, já desde seus primórdios se definia a linha que iria marcar toda a evolução do MEEI: dos Conselhos saíam as determinações, as diretrizes de ação, a definição, enfim, de um programa, e à equipe diocesana do movimento competiria a execução.

inclusa uma forte ênfase de reconstruir uma Igreja-Fermento em contato mais íntimo com o mundo, uma Igreja-Comunidade aberta aos valores humanitários, uma Igreja-Pobre preocupada especialmente com os excluídos. Sobre o MEEI, afirmava Dom Hélder Câmara: “(...) apressemo-nos na obra da Evangelização, no esforço de desenvolvimento. Afirmando que no Nordeste do Brasil, Cristo se chama Zé, Antônio, Severino. Eis o homem que tem necessidade de justiça”.⁹

Durante os treze anos de sua existência, como era de se esperar, o MEEI concentrou suas atividades no âmbito da Arquidiocese de Olinda e Recife, dando amplo apoio às CEBs. Assim, D. Hélder passa a organizar paróquias nos bairros, formas especiais de evangelização e organização comunitária entre os trabalhadores e as classes emergentes. Ajudado nesse trabalho pelo padre Joseph Comblin,¹⁰ as CEBs se espalham pelo Recife e região metropolitana, oportunizando um processo de ação e reflexão no que tange a uma prática de libertação social nas comunidades onde eram implantadas.

Existiam, na época, cerca de 269 grupos do MEEI na região do Grande Recife e alguns municípios rurais vizinhos, área da jurisdição da Arquidiocese de Olinda e Recife. Esse

⁹ Boletim do MEEI. Arquidiocese de Olinda e Recife, nº 114, ano 10, Set/Out.1979,p.2. (mimeo).

¹⁰ O padre Comblin foi um dos fundadores do Instituto de Teologia do Recife (ITER).

número representa grupos de base vinculados às CEBs, articulados com o Movimento de Evangelização “Encontro de Irmãos”, da Arquidiocese.

Após algumas visitas e participação em eventos mais abertos e abrangentes, envolvendo várias CEBs, e análise das reais possibilidades de êxito na inserção e considerando as características das alternativas que se apresentaram como viáveis, selecionamos um setor da periferia pobre do Recife, onde foi iniciado o processo de formação das CEBs, no ano de 1969. A área escolhida foram os Morros e Córregos do Bairro de Casa Amarela que apresentavam as condições julgadas satisfatórias ao objetivo da nossa pesquisa, uma vez que nela estava situada a Comunidade de Nossa Senhora da Conceição, local venerado pelos habitantes do Recife e adjacências, em função de seu santuário e lugar de romaria desde 1904. Em 1936, o DP salienta o que a festa significava para a população:

Si há uma festa profundamente arraigada á alma popular pernambucana é a festa do Arrayal. Todo o pessoal da cidade, dos subúrbios, dos municípios vizinhos se congrega em torno do altar da Virgem enchendo as ladeiras e adjacências do morro de gente. Vem ali o pobre, a pé, no bonde, nos caminhões. Vem a família rica, nos automóveis, nas limousines. Todos com a fé na padroeira todos com o mesmo fito de prestar homenagem á virgem do morro do Arrayal (sic).¹¹

¹¹ BARROS, Fernandes. Encerrou-se com brilhantismo a novena de Nossa Senhora da Conceição. Diário de Pernambuco, Recife, 09.12.1936.

Após o golpe militar de 1964, a pressão exercida pela sociedade civil sobre a Igreja representava o reconhecimento da posição de poder exercida pela instituição na sociedade, o que a transformava num lugar de veiculação do discurso de várias entidades populares que se tornaram clandestinas.

A principal novidade, em termos de prática eclesial, trazida por esse modelo de Igreja, foi a tentativa de atender às demandas de setores da sociedade, tais como, estudantes, trabalhadores sindicalizados, intelectuais e, mais tardiamente, os movimentos de negros e de mulheres, por espaços de mobilização e contestação do autoritarismo político.

Desse modo, com base nos pressupostos aqui delineados, queremos considerar a hipótese de que as CEBs originaram-se a partir da reorientação pastoral implantada pela hierarquia eclesial, como resposta ao autoritarismo legalizado pelos Atos Institucionais, especialmente o AI – 5.

O procedimento básico da pesquisa, a partir da revisão da bibliografia existente, consistiu no levantamento acerca do tema da mesma. Logo, encontramos em forma de dissertação acadêmica do Prof. Alberto Edvanildo Sobreira Coura, *A Igreja e a modernização do Brasil: as Comunidades Eclesiais de Base como uma concepção de modernidade (1998)*, onde o mesmo trabalha o processo de intervenção social da Igreja no brejo Paraibano, mais especificamente na cidade de Alagoa

Grande- PB.¹² Existe, ainda, o livro de Sérgio Paulino Abranches, *A Religiosidade das CEBs e o Catolicismo popular (2000)*,¹³

Percebe-se, portanto, que a historiografia regional acerca das CEBs ignora a questão política e se além à questão religiosa, tendo como referência o estudo de um Catolicismo popular.

Como ajuda para entendermos melhor a questão política, valemos-nos da obra de Scott Mainwaring, *Igreja Católica e a Política no Brasil (1989)*, que procura ressaltar as relações entre a Igreja e o poder no Brasil, enfatizando a autonomia relativa da Igreja de rosto progressista, face ao poder do Estado. Aponta, ainda, desenvolvimento de uma tendência neoconservadora dentro da Igreja do Brasil e, também, da Igreja Internacional. Segundo Mainwaring, [“o fenômeno comunista” existia e estava presente no Brasil,] “a ameaça comunista era uma das maiores preocupações dentro da Igreja” (MAINWARING,1989:56).

Diante destas possibilidades de reflexão, o estudo de Hoonert *Formação do Catolicismo Brasileiro (1974)*, foi de suma importância para entendermos a influência do catolicismo na cultura, nos valores e no *modus vivendi* dos

¹² Que faz uma análise comparativa da religiosidade dos membros das CEBs com o catolicismo popular.

¹³ Gustavo Passos, na sua dissertação *As comunidades do Dom (1984)*, trabalhando a Antropologia da Educação, analisa as CEBs como núcleos educadores de densa religiosidade popular, como espaço de mudança sócio-cultural com técnicas e ações específicas.

brasileiros. O conceito de povo que utiliza está ligado às camadas populares, referindo-se a elas como os deserdados e anônimos da História Pátria ¹⁴.

Michael Löwy, ao analisar o papel da Igreja Católica, argumenta que a mesma não pode ser considerada dentro de uma única perspectiva de concepção de fé e de missão, pois, o fato de existirem diversos modelos de ser a Igreja, permite entendê-la como uma Instituição que abrange posicionamentos diferentes, não constituindo, portanto, um corpo monolítico e unilateral. Quanto a esse fato, o autor conclui que “a Igreja Latino Americana deixou de se apresentar como uma corporação homogênea. De um país ao outro podemos encontrar orientações não só diferentes como às vezes totalmente opostas” (LÖWY,1991:28). ¹⁵

Luiz Gonzaga de Souza Lima, em seu estudo sobre a *Evolução Política dos Católicos no Brasil*, faz uma análise desse deslocamento da Igreja, ou seja, de uma posição integrante do modelo de dominação política das classes hegemônicas, até 1964, atrelada a uma dependência externa que a desnacionalizava ideológica e organizacionalmente, e passa para uma situação completamente diversa, no período histórico estudado, percebendo-se que estavam em curso, em

¹⁴ O autor percebe nas “práticas populares” possibilidades de conscientização, mobilização e emancipação das camadas pobres da sociedade.

¹⁵ Isso foi importante na medida em que nos deu uma grande ajuda para entender setores progressistas dentro dela.

níveis diferentes de profundidade, diferentes formas de dioceses no país. Esse processo, de adaptação ou de formação, numa direção tal a criar novas formas de ligação entre a Igreja e as classes dominadas, sob condições políticas adversas, em presença de um Estado autoritário e numa linha de ação em oposição a este. Nesse contexto, o autor afirma que “neste processo a Igreja se transformou profundamente, passando também de uma concepção do mundo conservadora para outra prevalentemente reformadora” (LIMA,1979:58).

Sobre o papel da Igreja no período, temos ainda várias obras que nos foram de grande valia para o nosso estudo. A par do trabalho de verificação do estudo da pesquisa, realizamos entrevistas e questionários¹⁶, sobretudo com os próprios participantes da comunidade “objeto de estudo”. Entre os entrevistados, escolhemos os que tiveram notória origem na militância no movimento das CEBs, ou seu precursor em Recife e Olinda, o Encontro de Irmãos, fundado por Dom Hélder Câmara ainda nos anos 60; desdobrando-se, na maioria dos casos, numa presença bastante ativa nos movimentos de bairro.

O Conselho de Moradores do Morro (CMM), uma das mais representativas e respeitadas entidades populares da cidade do Recife, surge em íntima conexão com a militância

¹⁶ Ver anexo I

pastoral da Igreja Católica e, vários dos entrevistados haviam sido dirigentes, ou mesmo, fundadores do Conselho, estando todos envolvidos no trabalho paroquial (conselhos, grupos pastorais, de liturgia, catequese, clubes de mães, etc.), em movimentos (jovens ou pastorais especializadas) e no trabalho da comunidade.

Sendo assim, a partir de todo esse empenho de base, procuramos, no nosso trabalho, ver a real significação da ação da Igreja Povo de Deus, no Morro da Conceição, e qual a resposta dos moradores às atividades desse segmento da Igreja; procuramos verificar, ainda, até que ponto foi possível materializar no cotidiano dos seus moradores e nas suas atitudes diante do Estado o discurso de uma Igreja progressista, voltada para os pobres e para a luta popular, assim como, as condições sociais e históricas que possibilitaram as práticas discursivas que orientaram a formação das Comunidades Eclesiais.

No esforço de responder a tais questões e compreender o objeto da nossa pesquisa no seu recorte temporal, sentimos a necessidade de buscar um melhor entendimento da realidade sócio-econômica e política do país, no período histórico que nos ocupamos, ou seja, o período de autoritarismo militar, pelo qual passou o Brasil, de 1964 a 1985.

No início dos anos de 1970, a busca de legitimidade deslocou-se, definitivamente, do plano político para o plano econômico. A idéia de que estava em processo a construção de um “Brasil Potência” passou a constituir a base da propaganda do governo e o fundamento de sua legitimidade. Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso, “o regime passou a desejar medir-se pela eficiência mais do que por qualquer outro critério e antes pela eficiência econômica do que por seus acertos em qualquer terreno”¹⁷.

As CEBs não tinham como missão enfrentar o regime de exceção. A proposta eclesial das Comunidades era, no entanto, em si mesma, incompatível com a Doutrina de Segurança Nacional¹⁸ que inspirou o regime militar. Assim, na prática das CEBs, o conflito passou a ser inevitável.

Em sua tese de Doutorado, intitulada *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na arquidiocese de Olinda e Recife*, o professor Severino Vicente da Silva recorda que foi a luta contra a ditadura e a defesa dos direitos humanos o que mais serviu para congregar parte da hierarquia católica do Brasil, para uma postura progressista no período em referência.

¹⁷ Cardoso, 1975:291.

¹⁸ A Doutrina de Segurança Nacional, prevê crimes contra os interesses políticos da nação. Situam-se no plano externo(segurança externa)e no plano interno(segurança interna). Delitos contra a honra, à dignidade dos órgãos do poder público e seus representantes – admissibilidade, frente ao contido expressamente no texto legal. Lei nº 6.620/78.

Segundo ele, “O progressismo se apresenta como uma reação aos problemas conjunturais que surgem e necessitam de solução prática e não apenas discursos que se evadem das realidades humanas”.¹⁹

O conceito histórico de Igreja progressista está empregado como uma significação cultural, como um complexo de conexões que se dão na realidade histórica por nós encadeado, conceitualmente, em um todo, do ponto de vista de sua simbologia. Somente no decorrer da discussão, vai-se descobrir, e esse será seu principal resultado, como formular da melhor maneira, isto é, da maneira mais adequada os pontos de vista que nos interessam – o que entendemos por Igreja Progressista.

Não obstante, o problema que se apresenta para nós ao longo do trabalho é, antes de tudo, compreender a ação de uma Igreja popular, que incentiva e apóia os movimentos sociais, os sindicatos, os movimentos de resistência ao regime instalado e sua política de Segurança Nacional. É a vertente progressista que insere a Instituição Eclesiástica na modernidade, na medida em que busca construir uma autêntica cidadania, estimulando seus membros a agirem na sociedade para transformá-la, através de condutos específicos como as associações de moradores, os sindicatos, partidos políticos, etc.

¹⁹ Silva, 2003:178.

Desta forma, preparando os indivíduos com o doutrinamento social-cristão, geram-se expectativas e insatisfações antiautoritárias, criando-se condições para a voluntária colaboração de classes, imprescindível à hegemonia burguesa através do regime liberal-democrático. Em resumo, o desenvolvimento e a significação das posições da Igreja Católica, no período estudado em relação ao Estado, deve refletir indiretamente o desenvolvimento e a organicidade das classes principais. Os interesses destas classes se entrecrocaram na sociedade civil como um todo, mas, na Igreja, apresentam uma reelaboração especial em termos de valores e orientações religiosas. A relativa autonomia da instituição e da ideologia eclesiástica exige uma análise que inclua, não só a consideração das classes ou setores de classes que as sustentam, mas ainda as funções específicas da religião no contexto de cada etapa de dominação ou hegemonia, bem assim no desenvolvimento histórico do conjunto da sociedade civil e do Estado.

Para compreender a forma como a Igreja mantém sua hegemonia, procuramos apoio em Gramsci, teórico que, em seus estudos, buscou entender a questão religiosa.

Concebendo ideologia de modo distinto do velho marxismo, Gramsci parte da seguinte definição para o fenômeno religioso:

A religião é uma concepção da realidade, com uma moral adequada a esta concepção, apresenta em forma mitológica; pelo que é religião toda a filosofia – isto é, toda a concepção de mundo, enquanto se tornou fé, ou seja, enquanto é considerada não como atividade teórica de criação de um novo pensamento, mas sim como estímulo à ação (GRAMSCI, 1992: 221).

É provável que esta reorientação do discurso da hierarquia Católica e de sua práxis não tenha um caráter de ruptura com o Estado e com setores dominantes da sociedade, o que constituiria, de fato, numa atitude revolucionária, progressista, mas é possível que tenha ocorrido no contexto uma **restauração progressista** na medida em que a Igreja, enquanto instituição busca garantir a sua hegemonia.

Gramsci concebe sociedade civil como sendo a trama das relações que os homens estabelecem em instituições como os sindicatos, os partidos, a Igreja, a escola e assim por diante. A classe que aspira à hegemonia deve começar seu trabalho exatamente nestas instituições da sociedade civil; aqui ela deve difundir os seus ideais, os seus valores éticos, morais, sua ideologia por meio de um trabalho ininterrupto e organizado, formando, assim, uma unidade moral e intelectual: um consenso geral. Isto já é a base para um grupo se tornar hegemônico: ser dirigente antes mesmo da conquista do poder, usando da capacidade que tem de resolver os problemas da vida social.

A particularidade da compreensão do processo de hegemonia em Gramsci está na relação dialética dos momentos de coerção e consentimento e, conseqüentemente, na distinção entre dominante e dirigente, componentes do processo hegemônico, quando a função dirigente pode e deve ser desenvolvida antes de uma classe tornar-se dominante; e, ao contrário, a função dominante não é sustentável na ausência da direção intelectual e moral (SILVA,1989:64).

Por conseguinte, a história não é mais a história do desenvolvimento das forças produtivas, mas é, agora, como diz Gramsci, “a luta entre dois princípios hegemônicos” (PORTELLI,1981:30). Gramsci opõe à sociedade civil, no seio da superestrutura, a sociedade política.

Nos Quaderni, Gramsci assim define: “a sociedade política ou o Estado é o que corresponde à (função) de dominação direta ou de comando que se exprime no Estado ou governo jurídico” (PORTELLI,1984:45). Desse modo, a Sociedade Civil e a Sociedade Política correspondem a dois momentos da superestrutura que andam juntas e relacionam-se permanentemente: domínio e direção.

Desse jogo de movimento, resulta uma interrelação entre o poder temporal (político) e o poder espiritual (religioso), compreendendo a seguinte dinâmica: na mobilização política, a Igreja faz com que o indivíduo se represente cada vez mais como autodeterminante, opostamente, no movimento espiritual, onde o fiel deve sua submissão a Deus.

Com base nesta prática, apesar dos grandes desafios, compreendemos que as Comunidades Eclesiais de Base se fazem presentes, como uma alternativa de transformação social e institucional, pois percebem que o processo de modernização, adotado pelos governos militares, não inseriam o Brasil numa modernidade, porque é excludente, assim como a história da Igreja no Brasil, não permite uma participação democrática do leigo, uma vez que a Igreja sempre temeu a perda da sua autoridade e o questionamento dos seus dogmas.

Constata-se, assim, ainda mais a importância do estudo das CEBs, que se caracterizam como instrumentos de organização popular, capazes de reordenar o povo oprimido para uma visão de cidadania. Conjugando uma nova Teologia da Igreja e do laicato, fazendo uma opção pelos pobres, a Igreja no Brasil encontrou nas Comunidades Eclesiais de Base um caminho alternativo para a sociedade civil.

Além desta parte introdutória, em que apresentamos o nosso objeto de estudo, o trabalho está distribuído em três capítulos.

No capítulo I, "*O Golpe de 1964: a Intervenção em Pernambuco e a Ação Política da Igreja Progressista*", onde o esforço da pesquisa se deu no sentido de analisar o golpe de 1964 e sua repercussão em Pernambuco, e, o rompimento de parte da Igreja com o regime instalado, dando ênfase à ação

da Igreja pós-Concílio Vaticano II, com a emergência das Conferências de Medellín (1968), na Colômbia e Puebla (1979), no México, tomando como base o questionamento da política econômica adotada pelo governo, por ocasião do documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”, publicado em ²⁰ 06 de Maio de 1973.

No capítulo II, “*A Teologia da Libertação: pressuposto da ação pastoral para a formação das CEBs*”, pretendeu-se conhecer esse novo modelo de participação religiosa, sua gênese, e, ao mesmo tempo, sua preocupação com a busca por uma melhor condição de vida para o povo, que vivenciava uma economia excludente.

No capítulo III, “*Experiências Eclesiais: organização, movimento e luta; a vivência eclesial como modelo para uma cidadania ativa*”, nossa preocupação foi verificar, através da coleta de dados, por meio de consultas aos jornais que circulavam no Estado, da CNBB, e as atas de reuniões da CEB do Morro da Conceição, quais as mudanças qualitativas e quantitativas que trouxe a CEB para a comunidade e o povo e, finalmente, analisamos o significado da ação da Igreja no Morro da Conceição, apresentando a Comunidade Eclesial de

²⁰ O documento informa que a análise da política econômica foi feita em cima de dados técnicos e não impressões superficiais. Um trecho extraído do referido documento afirma: vamos refletir dados objetivos, fruto de pesquisa, e de conteúdo técnico, para que o nosso julgamento, em nome de Deus, não parta de impressões superficiais e atitudes subjetivas. Nossa perspectiva, é a do homem pelo homem, é a de Deus, que se fazendo homem, tornou o Homem, em Cristo, a medida de todas as coisas.

Base como uma alternativa ao modelo implantado, articulando fé e política na construção de uma verdadeira cidadania.

CAPÍTULO I

O GOLPE DE 1964: A INTERVENÇÃO EM PERNAMBUCO E A AÇÃO POLÍTICA DA IGREJA PROGRESSISTA

No momento em que falo, o palácio do Governo está sendo ocupado por tropas do Exército, que se insubordinaram contra o Sr. Presidente da República, tocando o mandato que o povo de Pernambuco me concedeu. Sei que estou fiel aos princípios democráticos, à legalidade e à Constituição que jurei cumprir. Deixo de renunciar ou de abandonar o mandato, porque ele está com a minha pessoa e me acompanhará enquanto durar o prazo que o povo me concedeu ou enquanto me for permitido viver. **(Diário de Pernambuco, Recife, 31 de março de 1994)** ²¹

1.1 EM NOME DA ORDEM: UM GOLPE DE DIREITA, CIVIL-MILITAR

A década de 1960 pode ser dividida em duas fases. A primeira, antecedeu o regime militar autoritário e corresponde aos quatro primeiros anos. A segunda, teve sua marca inicial em 1964 e corresponde à implantação desse regime em 1º de abril.

Segundo os militares, o golpe era o único instrumento através do qual se podia salvar a civilização cristã ocidental do **comunismo ateu**.²² O discurso era em defesa da ordem

²¹ DP. 31-03-1994 - Palavras do Governador Miguel Arraes.

²² Segundo René Dreifuss, a intervenção militar foi descrita, conduzida e percebida como uma ação salvacionista legitimada pela Doutrina de Segurança Nacional. Nesse sentido, houve um enorme apoio dado ao golpe pelas organizações de empresários, comerciantes e de banqueiros que, aliados às classes médias e à Igreja, temerosas dos comunistas, fizeram uma ampla frente comum contra o Governo Goulart. Assim, o exército buscando legitimar sua identidade e o reconhecimento externo, utilizou o anticomunismo como ameaça que deveria enfrentar em nome da sociedade como um todo (DREIFUSS, 1981:142).

capitalista no país, ameaçada pelo crescimento dos movimentos sociais sob o governo do Presidente João Goulart. O golpe militar interrompeu o processo democrático no Brasil, subjugando a sociedade brasileira e obrigando-a a vivenciar o mais duro e longo período ditatorial de sua história, 1964 a 1985.²³

Longe de constituir-se em um período revolucionário, como era apregoado por aqueles que assumiram o poder, essa etapa anunciava o encerramento de um ciclo democrático na história política do Brasil. A partir daí, o que se verá são os direitos civis e políticos cassados e censurados.

Por outro lado, o período, quando enfocado de maneira mais abrangente, após a indicação do general Castello Branco para a presidência da República, pelo Congresso Nacional, revela-nos uma repressão política violenta. No plano econômico, o que vai se destacar, nesse período, é uma total abertura do país ao capital internacional e uma rápida acumulação via compressão salarial.

O novo tipo de intervenção militar tratou de implementar meios tecnocráticos de controle político e de racionalização da economia, trazendo, assim, novos níveis de eficiência e de capacidade de intervenção ao Estado.

²³ Trata-se de um grande desafio para a atual e futuras gerações de historiadores, os acervos sigilosos que têm sido abertos; são os antigos departamentos de ordem política e social (DOPS) das secretarias estaduais de segurança (KUSHNIR, 2001).

Não se pensava, a princípio, na extinção das eleições diretas para Presidente da República e a prorrogação do mandato de Castello Branco estava fora de cogitação. Muitos acreditavam também que os militares deixariam fluir, normalmente, o processo político, apenas atuando na recuperação econômica e no combate à subversão.

Como idéia geral, o movimento conservador foi o desfecho final de uma história política caracterizada por dois projetos, substancialmente distintos para o Brasil, mostrando duas vozes dissonantes: de um lado, o projeto de desenvolvimento capitalista nacional, reformista, que não apoiava uma dependência do capital internacional e que colocava a classe operária como elemento participante na construção desse projeto.

Do outro, setores da esquerda que sempre participaram do debate sobre o desenvolvimento nacional, ora criticando os governos burgueses, ora apoiando programas de infraestrutura, como foi o caso da Petrobrás, ponto de referência, para os programas nacionalistas, sempre adotando estas posições, no intuito de denunciar a ação dos trustes e do capital internacional. Sobre esse debate político, o jornalista Carlos Chagas em matéria no Diário de Pernambuco, intitulada "*Por que depuseram João Goulart?*" lembra: "era a modernidade daqueles tempos. Participação, igualdade, fim de privilégios, estatização, aproveitamento do mercado

interno, defesa das riquezas nacionais diante do explorador estrangeiro – tudo eram gatos colocados no mesmo saco”.²⁴

Por outro lado, existia o crescimento do projeto liberal, defensor do controle da inflação e do teor liberalizante do câmbio, apostando na abertura ao capital estrangeiro e nas leis do mercado livre. Para os que defendiam esse projeto, o desenvolvimento deveria ser um processo de manutenção dos elementos constantes da história do país, combinados com a dinamização industrial, sem, contudo, reconhecer que, para haver o desenvolvimento nacional, era preciso emancipar os setores importantes da vida econômica e perseguir a emancipação nacional em termos de repúdio ao controle estrangeiro.²⁵

Nessa discussão, cada segmento – direita e esquerda – teve sua maneira de expressar tais pensamentos. O grande problema, agora, era o cenário internacional da Guerra Fria, que trazia o caso de Cuba – uma ilha que se rebela e que se atreve a desafiar o poder dos EUA - fazendo aumentar a crise política como um todo. Sendo assim, a partir de 1960, o tema

²⁴ CHAGAS, Carlos. Por que depuseram Goulart? Diário de Pernambuco. Recife, 05.11.91.

²⁵ (FERREIRA & ALMEIDA: 2003) ao se referirem à questão do desenvolvimento brasileiro, afirmam que os economistas chamados de estruturalistas, ou cepalinos, consideravam que características herdadas da antiga inserção brasileira na economia internacional baseada na exploração de produtos primários tropicais – e os mecanismos que promoviam a crescente concentração de renda no Brasil – em especial a estrutura fundiária estavam na origem da perda de dinamismo do desenvolvimento brasileiro. Ou seja, as economias de tipo periférico apresentavam características distintas daquelas dos países centrais, o que conduzia à adoção de políticas econômicas específicas (p.210).

da Revolução Cubana impõe-se, completamente, no debate político brasileiro, haja vista a repercussão da mudança na pequena Ilha do Caribe.

A Revolução Cubana mostra esse caminho para a esquerda latino-americana, já em 1959, preparando-a para os movimentos que vão eclodir na década de 1960. No caso brasileiro, a idéia de penetração do Comunismo no país era combatida pela Escola Superior de Guerra ESG²⁶. Segundo Kenneth P. Serbin, a ESG refletia a experiência de guerra total na Europa e o temor de ameaças à segurança da guerra fria. O que a ESG queria “era resgatar o desejo secular do Brasil de se tornar uma potência mundial e colocar as Forças Armadas como defensoras da civilização cristã ocidental contra o comunismo” (SERBIN,2001:87).

Nesta fase parlamentarista do governo Goulart, a característica foi a instabilidade política. O Presidente tentava conciliar as reivindicações dos setores reformistas com os interesses do capital estrangeiro, posição que se reflete, inclusive, nas figuras que faziam parte do seu governo. Contraditoriamente, tinha como seu Ministro do Trabalho o Deputado Almino Afonso, conhecido por seu posicionamento de esquerda no PTB da Amazônia, e ainda

²⁶ A Escola Superior de Guerra, mais conhecida como ESG, foi criada em 1949 sob a liderança do General Cordeiro de Farias. Era um importante centro de reuniões para os membros das elites civis e militares. A Escola tinha um curso de um ano freqüentado por oficiais superiores, altos empresários e burocratas do setor civil político. Tornou-se o bastião do anticomunismo e a defensora do livre comércio. “Escola Superior de Guerra” (COELHO,2001:38).

mantinha Walter Moreira Sales no Ministério da Fazenda, conhecido representante do grupo Rockefeller no Brasil, tendo o economista Roberto Campos, conhecido homem de direita, como Embaixador do Brasil em Washington.

Devido a essas contradições, em determinado período do seu governo, Goulart tem que fazer uma opção, e a faz em favor dos setores radicais que defendiam as **Reformas de Base** que seriam realizadas, com ou sem a participação do Congresso. Traduzindo o empenho do Presidente na realização das reformas de base, os escritos do Embaixador americano no Brasil Lincoln Gordon, num texto da época, relata: “desde o início de sua presidência, em 1961, Jango insistira sobre a necessidade de reformas estruturais no Brasil. Mencionou diversos setores necessitados de reforma, tais como, educação e habitação. Referia-se mais insistentemente, porém, a modificações do sistema fiscal e da estrutura agrária” (GORDON,2002:175).

De Janeiro de 1963 a 31 de Março do mesmo ano, Goulart inicia a campanha que viria, no futuro, tirá-lo do poder: a campanha pelas Reformas de Base. Tal movimento político era garantido pelo apoio popular, que lhe asseguravam os dirigentes de entidades sindicais e demais

líderes de movimentos populares, que consideravam o Governo forte militarmente.²⁷

O Presidente queria a transformação do Brasil, num regime social-democrata, tendo como referência a modernidade política que se vislumbrava naquele período, ou seja, encampação de refinarias de petróleo particulares; lei de remessas de lucros, restringindo a ação das multinacionais, reforma bancária capaz de levar à estatização dos estabelecimentos privados de crédito; reforma educacional; criação de estatais para a fabricação de medicamentos a preços populares; encampação das concessionárias de serviços públicos, como transportes, distribuição de energia e de telefonia e reforma agrária com desapropriação de terras por títulos da dívida pública, com a ocupação das terras produtivas à margem das estradas federais.

O dia 13 de Março de 1964 vai ser definitivo para a condução do que vinha sendo articulado. Nesse dia, na praça Cristiano Ottoni, diante de 200 mil pessoas, Goulart defende que não havia mais condições de o Brasil progredir no seu desenvolvimento sem as chamadas Reformas da Base, as quais estavam perfeitamente dentro do ideário político e

²⁷ João Goulart contava com um dispositivo montado pelo General Assis Brasil, Chefe da Casa Civil. Esse dispositivo militar deveria ser capaz de dissuadir as articulações de direita dentro das forças armadas. Segundo o General Assis Brasil, o Presidente desfrutava de excelente margem de apoio entre a oficialidade e os sargentos.

dentro da ideologia trabalhista reformista que já tinha sido característica do governo Vargas.

Goulart não estava, em absoluto, excedendo-se, nem estava ferindo os ideais da legislação brasileira. Tudo havia sido feito muito bem pensado e dentro dos limites da legalidade existente no país. Sem chegar a ser revolucionário, Goulart não pretendia inovações radicais. No entanto, a reação dos setores da direita ao discurso da Central do Brasil foi levada pelos interesses criados dentro do país, sobretudo do capital estrangeiro e dos grandes latifundiários, que não haviam aceitado, inclusive, o Estatuto do Trabalhador Rural, a lei 4.214, assinada por Goulart.²⁸ Essa lei trazia importantes benefícios para o homem do campo, incluindo a sindicalização do trabalhador rural.

A grande reforma seria de fato a agrária, que favoreceria a aquisição de parcelas de terra pelo trabalhador, nas margens das grandes rodovias e dos rios. Ali, o camponês iria se fixar e constituir a pequena classe média do campo, fato que ajudaria na aquisição dos produtos da própria indústria de transformação nacional. Segundo comentou Goulart em seu discurso de maio de 1962:

²⁸ Promulgado em 1963, graças a um projeto do então Deputado Fernando Ferrari, visou a estender ao trabalhador rural os direitos concedidos ao trabalhador urbano pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Muitos dos institutos agora concedidos já o haviam sido ortogados pela referida Consolidação, mas durante vinte anos não vinham sendo aplicados. O estatuto também possibilitou o desenvolvimento do sindicalismo no campo (ANDRADE, 1980:226).

A reforma agrária não pode ser mais protelada. Há sintomas de impaciência popular neste terreno, de modo a causar apreensões. O homem do campo precisa de terras, de assistência financeira para torná-la produtiva. Devemos ir ao encontro das legítimas aspirações da população rural, ajudando-a a libertar-se das condições de penúria em que vive e dando-lhe a oportunidade de participar dos benefícios da civilização industrial (In: FICO,2004: 243).

As mudanças trazidas pelo Estatuto da Terra, no entanto, ainda ficavam restritas a alguns locais. Essas mudanças não trouxeram o teor revolucionário proclamado pelas elites que justificasse o golpe. A rejeição das reformas apresentadas pelo governo Goulart deram às mesmas um caráter distinto daquilo que realmente representavam.²⁹

Quando Goulart procura conseguir que o Congresso Nacional aprove a Lei Sobre Remessa de Lucros das companhias estrangeiras, passou a ser mais fortemente combatido pelas multinacionais. O que o Governo Goulart pretendia não representava, em absoluto, um golpe violento contra os interesses dessas companhias, seria algo normalíssimo e até muito abaixo do que se poderia ser feito, uma vez que só quis reter 10% dos lucros de tais empresas. No entanto, essa discussão, em torno das reformas, vai gerar

²⁹ Goulart, dono de terras e grande criador no Rio Grande do Sul, pode ser classificado como um reformista, preocupado em defender os interesses nacionais e melhorar a economia do país, dando-lhe mais autonomia. Daí, a sua preocupação em executar as reformas que viessem trazer tais mudanças.

um clima artificial bem articulado, no qual as classes que dispunham dos meios de informação aproveitam para atrair amplos setores da classe média e da pequena burguesia, que apóiam o golpe contra Goulart. Dessa forma:

O Golpe de 1964 veio para reforçar a hegemonia do capital internacional no bloco do poder, e só foi possível graças ao caráter amplo e heterogêneo da frente social e política que se reuniu para depor Goulart. Tal amplitude (banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos, magistrados e classe média) condicionaria, no interior das Forças Armadas, uma unidade que seria dificilmente concebível em condições normais (REIS FILHO, 1990: 22).

Embora Goulart não representasse, de fato, o **perigo vermelho**³⁰, suas propostas de reformas ameaçavam privilégios das elites econômicas urbanas e latifundiárias. Além disso, suas idéias nacionalistas tentavam romper com o modelo dependente da nossa economia, o que contrariava os interesses nacionais comprometidos com o capital estrangeiro.

Em pouco tempo, todos os setores prejudicados estavam unidos. Costurando tudo, uma cúpula empresarial alugava os

³⁰ O fenômeno do perigo vermelho diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao Comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representação e práticas diversas. In Revista Brasileira de História "Religião e Patriotismo": o anticomunismo católico no Brasil. Carla Simone Rodeghero. Nº 6. p.2. 2001.

serviços do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)³¹, órgão de pesquisa, fundado em 1962 por empresários do Rio de Janeiro e São Paulo.

Quando toda articulação do golpe estava pronta, inclusive a campanha de desmoralização e intriga sustentada pela Imprensa, os jornais começaram a pedir, abertamente, a queda do governo.

A conspiração já não existia – ela era pública. Os jornais apresentavam as aspirações das classes dominantes como se fosse o desejo popular. O golpe militar aconteceu quase naturalmente, apoiado pela Igreja e festejado pela classe média, temerosa de perder os seus privilégios. A grande imprensa criou um clima favorável ao golpe, exigindo a deposição do presidente Goulart.³² O governo já estava na defensiva e foi incapaz de resistir aos golpistas.

³¹ O IPES lutava contra o comunismo e pela preservação da sociedade capitalista, mobilizava a classe média, balançando diante dela o espectro do Comunismo ateu. Mas, ao mesmo tempo, propunha várias reformas econômicas e sociais. No Rio, mantinha estrito contato com a (ESG). Vários membros do IPES vão participar, mais tarde, do Governo Castelo Branco. Dados mais completos e uma relação de intelectuais colaboracionistas encontra-se em 1964: A Conquista do Estado, de René Dreifuss. Segundo o autor, o golpe resultou de uma articulação conspiratória centralizada no IPES.

³² No início de 1964, o Governo dos Estados Unidos mostrava-se preocupado com a possibilidade de uma brusca guinada esquerdista no Brasil. O embaixador norte-americano Lincoln Gordon, mais tarde, não fez segredo de sua própria crença de que Goulart, em princípios de 1954, estava prestes a tentar uma solução peronista ao beco-sem-saída político do Brasil. Esta opinião era também a do Secretário de Estado, Rusk, que explicou logo depois do golpe de 1964 que o governo norte-americano se preocupa com a infiltração esquerdista no regime Goulart (SKIDMORE:1992,p.391).

1.2 O GOLPE MILITAR EM PERNAMBUCO E A FRENTE DO RECIFE

O Governo Militar que assume o país em 1964, vai agir no sentido da cassação de seis dos 22 governadores dos Estados brasileiros. Em Pernambuco, desde 1955, nascia e se consolidava a **Frente do Recife**³³, com a eleição de Miguel Arraes,³⁴ do partido PST, em 1962, derrotando o usineiro João Cleofas de Oliveira da UDN; Pelópidas Silveira, do PSB,³⁵ por sua vez, chegaria a Prefeitura do Recife no ano seguinte, derrotando o deputado Lael Sampaio, da UDN, tendo, o domínio oligárquico, sido alijado do poder.

A campanha anti-Arraes teria talvez chegado ao fim vitoriosa, não fosse o candidato adversário, o desprestigiado Cleofas, que se permitiu ser fotografado durante sua campanha, assentado na varanda da sede da sua fazenda de

³³ Essa Frente surge espontaneamente em 1955, reunindo pessoas de várias tendências, para servir de contraponto à poderosa máquina do PSD, montada por Agamenon Magalhães, durante os anos do Estado Novo; daria um passo adiante três anos depois, com a vitória de Cid Sampaio para o Governo Estadual. *Jornal do Comércio*, Recife, 02.11.2003. política, p.06.

³⁴ Miguel Arraes nasceu em Araripe, CE, no ano de 1916. Estudou Direito no Rio de Janeiro, mas bacharelou-se na Faculdade do Recife, em 1937. Funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool, Arraes foi delegado do instituto até 1947. Foi candidato a deputado estadual pelo Partido Social Democrata, em 1950, conseguindo sua suplência. Em 1954, voltou a candidatar-se, sendo eleito Deputado pelo Partido Social Trabalhista. Tornou-se participante da Frente do Recife, formada por comunistas, socialistas e trabalhistas, que veio a eleger Pelópidas Silveira para a Prefeitura do Recife. Participou ativamente da eleição de Cid Sampaio ao governo do Estado. Em 1959, Arraes é candidato à Prefeitura do Recife, com o apoio de comunistas e socialistas, do Partido Social Trabalhista, do Partido Trabalhista Nacional e do Partido da Representação Popular, sendo eleito em 1961 Governador do Estado de Pernambuco (SILVA, 2003:143).

³⁵ Pelópidas Silveira já havia sido Prefeito do Recife em duas outras ocasiões (1946 e 1955), quando foi eleito em 1963 para o cargo, pela Frente do Recife.

plantação de cana, usando botas e mostrando-se ao mundo como um antigo dono de escravos. Ele não tinha nada de construtivo para dizer além de sua linha anti-Arraes e anticomunista e, pior ainda, sob o ponto de vista político, era popularmente identificado como o candidato apoiado pelos Estados Unidos e o representante do reacionário e corrupto sistema de coronéis (DREIFUSS,1981:333).

A Frente do Recife aglutinava as forças que levaram Miguel Arraes ao Governo do Estado, com a participação de todas as forças progressistas de esquerda e também de um setor do PSD. Na composição da Frente do Recife, na qual estavam incluídos, além do PST, o PTB e o PSD, foi indicado como Vice-Governador o Sr. Paulo Guerra (PSD), o que se tornou fundamental para a eleição de Arraes. O Governo Arraes seria uma continuação do trabalho que o mesmo havia iniciado na Prefeitura do Recife, quando se voltou para a Cultura Popular, com especial participação das camadas populares.

O Governo teria uma característica bastante diferenciada da do seu antecessor Sr. Cid Sampaio, industrial pernambucano, ligado aos setores da burguesia industrial, principalmente os usineiros, o que, por si só, já explica a ruptura que houve com a vitória de Arraes, eleito em uma campanha que tende a mobilizar o eleitorado trabalhador do Recife, juntamente com os trabalhadores da zona rural, nas

plantações de cana da faixa litorânea e os votos de uma pequena burguesia do grande Recife.

Logo no primeiro ano de Governo, Arraes toma uma posição francamente anti-imperialista, denunciando a exploração do Brasil, pelo capital estrangeiro, assim como o que ele julgava ser a má orientação da assistência dada ao Nordeste. No seu discurso de posse como governador, em janeiro de 1963, vai afirmar que:

O câncer do Nordeste preocupa os norteamericanos, que imaginam possa a nossa doença ser politicamente contagiosa e contaminar os vizinhos e por isso, não sei se tão ingenuamente nos doam leite em pó, como se a nossa fome fosse diferente da fome deles, como se ela não fosse, como a de todo mundo, uma fome renascente.³⁶

Em princípio de 1963, nomeia uma Comissão para estudar os contratos do Estado com a USAID (*United States Agency for International Development*).³⁷ O relatório³⁸ apresentado por essa Comissão, em maio de 1963, recomendava que o

³⁶ Jornal do Comércio. 31.03.63. Palavras de Arraes. p. 13 e 14.

³⁷ A Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) tinha, como política, a ajuda ao desenvolvimento das nações periféricas. Uma das ações da USAID no Brasil, foi a orientação dada à Educação, através do Acordo MEC-USAID. Por esse acordo foi dada considerável responsabilidade, na reorganização do sistema universitário brasileiro, a um grupo de cinco planejadores educacionais americanos, no esforço de reformar a educação superior brasileira, orientada pelo padrão dos Estados Unidos. O modelo proposto pela Usaid beneficiou-se de uma situação concreta: a ascensão das multinacionais criou os seus próprios "intelectuais orgânicos", que moldam ou cooptam as elites culturais, e estas, por serem ou se sentirem elites, chamam a si a responsabilidade e o poder de ditar as regras da cultura (CHIAVENATO: 2004,p 146).

³⁸ O relatório foi publicado pela Editora Brasiliense: "Aliança para o Progresso": Resultado de Inquérito. São Paulo, 1963.

Estado anulasse os contratos, e incluía uma análise crítica, de inspiração nacionalista radical, da teoria e da prática da ajuda americana.

O período que sucede, demarca um clima de insatisfação dos senhores de terras³⁹ que temiam a afirmação dos camponeses em Pernambuco como ator político. Organizados, a princípio, em associações de lavradores, como a (SAPPP), Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais tarde denominadas de ligas, pela imprensa, no sentido de esquerdizar o movimento, que lutava por terra e direitos trabalhistas. Cabe destacar também, as insatisfações de setores de uma classe média conservadora, da qual faziam parte intelectuais renomados.⁴⁰

Para esses setores conservadores e para a Imprensa Pernambucana, Recife era o local onde a ameaça comunista se fazia mais presente, daí ser mais que prudente para o núcleo conservador pensar dessa maneira, uma vez que Pernambuco se constituía em um Estado de grande

³⁹ Em Pernambuco, os latifundiários desejavam a queda de Arraes, e imaginavam, inclusive, vinganças cruéis. No seu livro "Tempo de Arraes", Antônio Callado fala de um "chifre de boi com a ponta cortada". Conforme um camponês relatou ao escritor, o tal chifre seria usado para aplicação de um clister (introdução de substância líquida por via anal) nos subversivos. Para Arraes, salitre derretido, sebo e óleo de mamona.

⁴⁰ O sociólogo Gilberto Freyre, por exemplo, que durante semanas seguidas, após o golpe de março de 1964, não cansa de aplaudir o movimento dos militares e justificar a sua oportuna e necessária intervenção, "Diante da nova e saudável presença das forças armadas na vida política brasileira..." é assim que abre seu artigo no Diário de Pernambuco do dia 5 de abril de 1964. No dia 9, em comício promovido em louvor ao golpe, afirma que no Estado: "fomentava-se uma revolução popular. Essa suposta revolução levaria o país ao caos social" (Diário de Pernambuco, 10.04.1964).

efervescência política e social, haja visto a atuação, desde os anos de 1950, do advogado Francisco Julião ⁴¹, à frente das chamadas Ligas Camponesas.⁴²

Esse período foi marcado por outras zonas de confronto ideológico, durante cerca de um ano e meio, antes do golpe de 1964, o Recife se caracteriza como um dos centros de agitação intelectual do país. Na esteira dos acontecimentos, havia a atuação de Gregório Bezerra,⁴³ líder comunista de origem camponesa, que fora deputado constituinte em 1946 e

⁴¹ Francisco Julião Arruda de Paula nasceu em Bom Jardim, Pernambuco. Formado em Direito, começou a abordar a causa dos camponeses sem – terras, trabalhando mais de 20 anos no Foro do Recife e em cidades do interior de Pernambuco e da Paraíba. Foi eleito Deputado Estadual por Pernambuco por duas legislaturas, de 1954 a 1962, e Deputado Federal por Pernambuco, em 1962 a 1964. Entre 1955 a 1964, foi presidente de honra das Ligas Camponesas do Nordeste, dando-lhe assistência jurídica e política. Teve cassado os seus direitos políticos por força do Ato Institucional nº 1, de 09 de Abril de 1964. Foi preso por um período de 18 meses, libertado mediante hábeas corpus, exilando-se no México (FUNDAJ,2004:52).

⁴² A atuação das “ligas” data de 1955, sendo originalmente fundada e batizada como Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) na cidade de Vitória de Santo Antão, Mata Sul do Estado de Pernambuco. No ano de 1959, conseguem a desapropriação das terras do Engenho Galiléia; com esse fato, obtém reconhecimento do seu trabalho, inclusive fora do Estado. Foi a partir do trabalho de Julião, como advogado da (SAPPP), que as ligas ganharam características maiores de organizações de massas com vistas à defesa dos direitos dos camponeses. No início, a principal luta das ligas camponesas era acabar com o “Cambão”, trabalho que o senhor de terra exigia do rendeiro sem nenhuma contra –prestação, nem dinheiro, nem gêneros. Não pagava nada em retribuição. O assalariado agrícola era obrigado a dar alguns dias de trabalho por ano, sem receber nada em troca. O senhor da terra pagava de acordo com sua vontade (FUNDAJ,2004:72).

⁴³ Gregório Lourenço Bezerra nasceu no dia 13 de Março de 1900, em Panela Miranda, no Agreste Pernambucano. Filho de camponeses pobres, veio para Recife, onde passou a viver nas ruas com gazeteiro e, depois, ajudante de pedreiro. Em 1945, foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte; em 1948, teve seu mandato cassado. Nos primeiros dias de 1964, foi mais uma vez preso. Gregório Bezerra tinha 63 anos ao ser preso pela policia particular do usineiro Zé Lopes, no interior e Pernambuco. Transferido para o Recife, Gregório foi espancado pelo coronel Vilock e pelos seus soldados, no quartel do exército. Em 1969, como resultado de uma troca feita entre o embaixador norte – americano e presos políticos, foi libertado e exilado (FUNDAJ,2004:60).

cujo mandato fora cassado na seqüência da decretação da ilegalidade do PCB. GB tinha fundando sindicatos rurais na Zona da Mata, onde, só o de Palmares, possuía 35 mil associados. Em outras áreas da opinião pública atuavam também, o Deputado Federal Josué de Castro (PTB), conhecido por seu combate à fome e à desnutrição; o economista Celso Furtado, que havia estado à frente da SUDENE, e o educador Paulo Freire que, com seu método, alfabetizava a população pobre em tempo reduzido, enquanto trazia para o convívio desses novos letrados temas relativos ao universo cotidiano de exploração e submissão, ao qual estavam ligados. E, finalmente, como algo mais orgânico, a Frente de Esquerda que elegera o próprio Arraes prefeito do Recife em 1959.

Além disso, foi na gestão de Arraes, na Prefeitura do Recife, que fora criado, na década de 60, o Movimento de Consciência Popular, o MCP ⁴⁴, em cuja concepção estava congregar intelectuais de várias tendências para levar adiante

⁴⁴ O MCP foi criado na gestão de Miguel Arraes, quando assumiu a Prefeitura do Recife, em 1960. O MCP teve o intuito de atender às camadas populares através da democratização de ações culturais e educacionais. A tônica educativa e cultural estavam presentes nas experiências, com danças, teatro, música, educação infantil, educação de adultos, educação através do rádio, etc. Como a realidade econômica e social era dramática, o MCP foi uma tentativa de, através da eliminação do analfabetismo, também eliminar, ou pelo menos reduzir, os problemas sociais, de saúde, etc. Foi, portanto, de uma pluralidade de perspectivas que surgiu o MCP. Das intenções de Abelardo da Hora em promover a cultura; da vontade política do prefeito Miguel Arraes em priorizar a questão educacional; do teatro trazido por Luis Mendonça; dentre muitas outras contribuições, principalmente da contribuição voluntária de estudantes, comunidades e associações. Tudo isso fez acontecer o Movimento de Cultura Popular.

um plano de erradicação do analfabetismo e redução dos problemas sociais, reunindo pessoas como, Germano Coelho, educador; Anita Paes Barreto, pedagoga e psicóloga; Abelardo da Hora, artista plástico; Luis Mendonça, diretor de teatro e Paulo Rosas, educador e psicólogo. O que é importante assinalar, segundo Rezende e que:

A atuação do Movimento de cultura popular, na área de educação, foi um dos grandes destaques do governo de Arraes. Havia um déficit de mais de 45 mil crianças sem escolas que a Prefeitura procurou diminuir com a criação do MCP, em 1960. A experiência da alfabetização com o método Paulo Freire foi bem sucedida e alcançou repercussão nacional. (REZENDE, 2005: 133/134).

Durante o período em que governa Pernambuco, Miguel Arraes incorpora ao debate estadual questões que eram bandeiras nacionais, como razões internas e externas do subdesenvolvimento, as reformas estruturais e a incorporação dos trabalhadores rurais e urbanos como força política. Sobre o Governo Arraes, depõe o brasilianista Thomas Skidmore, que Arraes:

Em seu primeiro ano de governo, consolidara expressivamente seu prestígio político liderando os trabalhadores agrícolas do litoral (que acabavam de se organizar sob a legislação sindical rural aprovada pelo Congresso em 1963) em sua reivindicação de melhores salários, para diminuir a diferença entre a sua renda e a dos trabalhadores urbanos que gozavam de proteção da lei de salário-mínimo (SKIDMORE, 1992: 342).

No seu programa de governo, havia uma clara defesa das reformas de base, a limitação das remessas de lucro, o combate às disparidades regionais, a participação popular e o desenvolvimento industrial. No plano estadual, Arraes era um homem menos comprometido com a classe produtora, se comparado ao presidente Goulart. Isso vai ajudá-lo a avançar bem mais no seu programa de governo popular.

As intenções do Governador Arraes eram vistas com desconfiança por influentes setores da classe média e, no plano externo, pelo Governo dos EUA. Desse modo, em 01 de Abril de 1964, junto com os governadores que não aderiram ao movimento militar, Miguel Arraes foi deposto.

Estou, assim, por força de ocupação do palácio, feita à luz do dia, enquanto se registravam negociações, impedido de exercer o mandato, numa violação de Constituição do Estado e da Constituição Federal. Prefiro isso a negociá-lo e a vê-lo manchado, porque jurei ser digno das gloriosas tradições do povo pernambucano. E o povo de Pernambuco nunca veria o seu governante descer para negociar o mandato que honrosamente conquistou nas ruas do Recife e nas cidades do interior do nosso Estado (*In*: PEREIRA, 1997:63,64).

Esse clima de insegurança, vivido por setores de uma classe média, traduz-se na fundação da Cruzada Democrática

Feminina,⁴⁵ entidade que teve seu marco inicial com a **Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade**, realizada no dia 09 de abril de 1964, no centro do Recife, que aglutinou cerca de 200 mil pessoas em apoio ao golpe militar de 1964, ocorrido dias antes. Segundo Gilberto Freyre, com aquele ato cívico:

O Brasil “dá agora ao mundo inteiro o exemplo de um singular movimento cívico” em que as forças militares se uniam às forças cívicas”, em que “Os brasileiros de amanhã dirão dos de hoje: eles salvaram para nós o Brasil quando mais ameaçado de deixar de ser Brasil para tornar-se nova Hungria, nova Cuba, nova abjeta Colônia do império totalitário comunista.”⁴⁶

Ao final da Marcha, há uma concentração na Praça da Independência, de onde é retirado um documento. Neste, as mulheres manifestavam o seu apoio aos militares e contestavam veementemente, o Governo Miguel Arraes. Com relação ao documento, temos o depoimento de Maria do Carmo Barreto Campello de Mello, frente à atitude das pessoas que faziam parte da “Marcha da Família”:

Então, pegamos uma bandeira de Pernambuco e desfilamos pela Conde da Boa Vista, saindo do Colégio São José até o IV Exército, e lá então foi lido um

⁴⁵ A partir do movimento de 1964, a Cruzada Democrática Feminina passou a atuar na área sindical da zona canavieira, tendo como filosofia básica a defesa do homem e da democracia. À frente do movimento estava a jornalista e professora Maria do Carmo Barreto Campello de Mello, filha do ex-deputado e jurista Francisco Barreto Rodrigues Campello (FUNDAJ, 2004:34).

⁴⁶ Discurso proferido por Gilberto Freyre no final da Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade. Diário de Pernambuco. Recife, 10.04.1964.

documento em que nós pedíamos a ajuda das Forças Armadas para que o país não fosse entregue assim, a idéias estrangeiras, a idéias completamente diferentes do nosso pensamento.⁴⁷

1.3 AÇÃO POLÍTICA E IGREJA PROGRESSISTA: ONDE OS CAMINHOS SE CRUZAM?

A atuação de setores militantes da Igreja já se verificava antes de 1964, nos sindicatos e no movimento estudantil, em entidades que, ao longo do período anterior foram se formando na sociedade civil, a exemplo da Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Esses movimentos católicos leigos foram os instrumentos que serviram de incubadores a um engajamento ativo dos cristãos nas lutas populares, dentro de uma reintegração do Evangelho à luz de uma prática social, em certos casos, de uma atração irresistível pelas idéias marxistas.

Com o golpe que retira Goulart do poder, sociedade e órgãos da Imprensa passam a sofrer uma férrea censura, culminando com a Lei da Imprensa, instituída em 1967. Nesta contingência, o Presidente da República, os Ministros de Estado, os Presidentes do Senado e da Câmara etc., não poderiam ter seus atos denunciados, em hipótese alguma. Qualquer jornal ou revista que desobedecesse à Lei, era

⁴⁷ Entrevista com a poetisa Maria do Carmo Barreto Campello de Melo arquivada no CEHIBRA-FUNDAJ (1984).

passível de apreensão independente de mandato judicial. Por essa lei: “não se admite a prova da verdade contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Chefes de Estado ou de governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos”.⁴⁸

Em dezembro de 1968, é baixado o Ato Institucional nº5 (AI-5), que determinava a censura da Imprensa e das telecomunicações. Instalava-se, assim, a censura prévia na Imprensa, que passava a ser feita por censores pertencentes à Polícia Federal. Nada que emitisse opinião contrária ao governo podia ser divulgado, nada que refletisse a realidade. Greves, prisões, fechamento de universidades, números da inflação, estatísticas de doenças, brigas entre militares, secas, enchentes – tudo estava proibido. Não se podia falar ainda, da repressão, que admitia torturas nos interrogatórios de presos políticos, assassinatos, desaparecimentos e sucedâneos.

No ano seguinte, através do Decreto Lei baixado pela Junta Militar, entra em vigor a Lei de Segurança Nacional (LSN), através da qual, o Ministro da Justiça podia, não só determinar a apreensão do jornal, com também enquadrar qualquer pessoa que fosse contra o Regime Militar.

⁴⁸ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV. Lei de Imprensa de 09 de Fevereiro de 1967. Capítulo III, Art.03.

O Poder Executivo investe-se de prerrogativas de poder absoluto. O conjunto de medidas, que leva à prática, tem como resultado a negação de valores e direitos, penosamente conquistados e incorporados à vida brasileira, notadamente, no campo das franquias democráticas (Ilustração 6). A Constituição ficará subjugada a um poder maior, o Ato Institucional nº 5, que colocava nas mãos do Poder Executivo o poder total e supremo de decidir sobre qualquer questão da forma que entendesse. Assim, o exercício do poder não se acrescenta de fora, a sua eficácia está nas funções que investe sutilmente, aumentando ele mesmo seus próprios pontos de apoio.

Portanto, a Doutrina de Segurança Nacional faz:

Uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se única realidade e a resposta a tudo. Por causa disso, a Doutrina escraviza os espíritos e os corpos. Sendo um sistema muito aplicado na América Latina, ela ultrapassa esse continente para ameaçar todo o Ocidente. Na verdade, a guerra parece ter se tornado a última palavra, o último recurso da civilização contemporânea (COBLIN,1978:17).

Durante os governos militares, os direitos civis e políticos foram os que mais sofreram com a ação do regime. O direito ao *habeas corpus*, isto é, de ir e vir, foi suspenso para crimes políticos, resultando na total perda de cidadania. “Prisões eram feitas sem mandato judicial, os presos eram mantidos

isolados e incomunicáveis, sem direito à defesa” (CARVALHO,2003:193).

Do início dos anos 50 até o golpe de 1964, a Igreja Católica já estava dividida. De um lado, alguns setores da Igreja ligados à direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a grupos de Ação Católica, passaram a assumir posições de apoio às lutas populares. Estava surgindo, nesse momento, uma espécie de esquerda católica que, todavia, ocupava posições não-majoritárias dentro da Instituição.

Seus representantes mais conhecidos são os Bispos (ou cardeais) como Pedro Casaldáliga, Paulo Evaristo Arns, Carlos Carmelo Mota e Hélder Câmara. Do outro, os conservadores, uma forte corrente tradicionalista e conservadora, hostil à Teologia da Libertação e ligada organicamente às classes dominantes e à Cúria Romana, como por exemplo, o Monsenhor López Trujillo, Dom Jaime de Barros Câmara, Dom Carlos Coelho e a direção da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), que darão apoio ao regime instalado, a partir da convocação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade,⁴⁹ em Março de 1964.

⁴⁹ Organizada pelo cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. Ele trouxe das Filipinas o padre Patrik Peyton, irlandês, radicado nos Estados Unidos, que sabe-se hoje, era agente da Cia, um especialista em “levantar” as massas católicas contra o “comunismo ateu”, em nome da virgem Maria, lançou a estrutura da celebre Marcha (QUADRAT,2000:45).

Tal manifestação foi como um sinal de apoio da classe média e alta aos partidários do Golpe. O apelo se dava, no sentido de que as forças armadas salvassem o país do Comunismo. Para o pensamento conservador, era como se a Igreja Católica estivesse se desviando de sua missão primitiva. A inserção da Igreja no mundo, quando se volta para a transformação das estruturas sociais injustas, ou quando assume atitudes críticas em relação ao arbítrio do Estado ou de seus representantes, foge, na visão conservadora, aos desígnios de Deus.

O Clero conservador acreditava que as Reformas de Base propostas por Goulart levariam o Brasil ao Comunismo. Dessa forma, a alta hierarquia da Igreja fica contra João Goulart. Outra questão emerge da crise em curso: não estaria o Clero conservador fazendo política, ao pregar o conformismo social, ou mesmo, ao colaborar com a ordem política vigente considerando o grande latifúndio como parte da ordem divina no mundo?

No entanto, mesmo sofrendo pressões, religiosos e leigos compreendem que não bastava o cumprimento dos mandamentos divinos mas ver, também, que o futuro da Igreja no mundo dependia de sua aproximação com os deserdados. Tinham que lutar por uma sociedade que respeitasse os direitos dos pobres e oprimidos.

No universo dos acontecimentos, a Igreja Progressista será a grande desafiadora do chamado “tempos do silêncio”. Essa ala da Igreja começa a desenvolver um trabalho político, a partir das concepções do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 – 1965), das Encíclicas de João XXIII *Mater et magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963), de Paulo VI e da Conferência do Episcopado Latino Americano (CELAM – 1968), que procuravam dar mais ênfase aos aspectos sociais, defendendo a justiça social.

Nesse contexto, procuramos dividir a nossa análise em duas etapas. A primeira, verificar a influência do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín e Puebla na defesa dos Direitos Humanos no Brasil, e a segunda, uma análise do documento “Eu ouvi os Clamores do meu povo”, como momentos dessa Igreja progressista.

O Concílio Vaticano II, de 1962, marca uma nova etapa do catolicismo no mundo. Fruto de condições históricas sociais e religiosas, a Igreja procurava, nesse momento, uma modernização, na qual se abriria para o mundo dentro dos seus limites. Assim, emergia de dentro da Igreja um grupo francamente progressista, que afirmava que a missão da Igreja é mais do que religiosa, defendendo uma nova concepção de Igreja, uma nova forma de consciência do serviço que esta deve prestar à comunidade cristã.

Nessa lógica, define-se como “Igreja Povo de Deus”, defendendo cada vez mais a participação do leigo dentro da Igreja. Era a racionalidade da fé, como um prolongamento do processo de liberdade dos pobres e marginalizados.

O tratamento dispensado a essas questões dá um verdadeiro impulso ao novo projeto do catolicismo latino-americano e em particular, o brasileiro. Nesse horizonte, os problemas decorrentes do subdesenvolvimento econômico, como também do subdesenvolvimento das instituições sociais e culturais, passam a ser um aspecto relevante na atuação dos Católicos. Inspirada nos princípios das encíclicas sociais de João XXIII, a Comissão Central da CNBB publicava uma declaração, denunciando a situação social:

Ninguém desconhece os clamores das massas, que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero. [...] O rolo compressor de certos grupos insaciáveis, pela dinâmica do lucro exorbitante, pela ganância incontrolável e ilimitada, tem causado o agravamento da situação política, econômica e social do País. Não nos referimos, evidentemente, às pequenas e médias empresas, nem à classe média sempre mais sacrificada e rarefeita. Referimo-nos aos que, a pretexto de combaterem o comunismo com medo de perderem seus privilégios, alimentam paradoxalmente a propaganda das idéias subversivas e esgotam a paciência dos pobres (CNBB, 1963, p. 627-628).

O texto, como se vê, manifestava uma preocupação para com o sistema econômico, criticando qualquer outro que

colocasse o lucro acima da pessoa humana. Sem exageros, a Igreja articulava a questão da classe social com o sistema constituído.

Após o Vaticano II, o cristão leigo passa a ser sujeito ativo na sua comunidade, com uma participação que vai ganhando corpo nas comissões, nas pastorais e nos grupos de reflexão dentro da Igreja.

Em 1968, o regime ditatorial no Brasil endurece, tornando-se mais repressivo. É nesse momento que a Conferência Episcopal de Medellín se torna um marco, na medida em que ali foram discutidas as experiências da inserção desses cristãos no processo de libertação. As diversas comissões consideraram como ponto de partida de seus trabalhos a realidade histórica, buscando abranger a justiça social e a promoção humana.

O tema central da Conferência, *A Igreja na atual transformação da América Latina à Luz do Vaticano II*, firmou três grandes opções da Igreja: pelos pobres, por sua libertação integral e pelas Comunidades Eclesiais de Base. Ainda em 1968, são elaboradas as primeiras formulações da Teologia da Libertação na América Latina. Em favor da Conferência, o teólogo Gutierrez afirma: “Medellín deu um grande impulso ao compromisso com os pobres – e esse compromisso é a forma mais autêntica de anunciar o Deus da

Bíblia. Essa foi a grande força de Medellín, a razão de sua vigência permanente” (GUTIERREZ,1984:169).

A Conferência Episcopal Latino Americana de Puebla (1979) aponta explicitamente a continuidade de Medellín. Em Puebla, procura-se retomar a opção pelos pobres, que é qualificada sem temores, como profética. Ademais, os bispos de Puebla afirmam repetidas vezes que estamos vivendo na América Latina uma situação qualificada por eles de **injustiça institucionalizada**. O termo deixa claro que a conjuntura era de violação à dignidade humana.

As palavras estruturam-se em uma totalidade significativa; há uma preocupação maior do que, simplesmente, informar ou explicar. Não se trata de uma palavra ou frase dita às camadas populares ou às classes dominantes, é uma nova entidade que estabelece relação com o que está acontecendo no nível político, econômico e social e suas conseqüências para a vida humana, tanto pessoal quanto coletiva.

Portanto, o discurso não constitui um fim em si mesmo, nem pretende, apenas, veicular mensagens e valores religiosos, mas possui objetivo maior que é o de interagir socialmente.

Durante a XI Assembléia Geral da CNBB, em Maio de 1970, foi produzido um novo documento, desta vez denunciando os abusos do regime militar contra os direitos humanos e sociais:

Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzidas na forma de assaltos, seqüestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror.[...] Pensamos no exercício da justiça, [...] que, sinceramente, cremos estar sendo violentado, com freqüência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em base a suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito à defesa (CNBB,1970-1971,p.85-86).

O documento é uma forte denúncia contra o autoritarismo absoluto. A censura e a onda repressiva levada a efeito pelos militares, particularmente, durante a presidência do General Médici (1969-1973), silenciaram os focos de oposição, enquanto que os episódios que se seguiram ao AI-5 foram decisivos para uma atuação mais crítica da Igreja.

Não se tratava mais de abordar esse tema como um ideal a ser alcançado de forma abstrata ou conceitual mas, sim, de avançar na conquista dos direitos sociais e humanos de forma concreta.

É dentro desse contexto que a Comissão de Justiça e Paz,⁵⁰ instalada oficialmente em Outubro de 1969, transforma-se em uma instância importante para a reflexão sobre a política

⁵⁰ Segundo o DOPS, na época, a comissão de Justiça e Paz criada em 1977 era presidida por um prelado canadense, o cardeal Maurice Roy, o qual, ao que se supõe, estaria ligado à organização Maoísta francesa, denominada esquerda proletária. A comissão era formada por leigos e padres. PERNAMBUCO, Arquivo Público Jordão Emereciano (APEJE). Documento da Polícia Política de Pernambuco (DOPS/PE). Prots. DI 271/69. 05.12.1969.

dos militantes católicos. Na pessoa de D. Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, uma corrente progressista destaca-se pelo seu apoio a estudantes e intelectuais perseguidos. Através dessa comissão, a Igreja passa a denunciar torturas a presos políticos, principalmente após a decretação do AI-5, quando as condições de cerceamento às liberdades, e a questão dos Direitos Humanos foram totalmente abandonadas pelo Estado. O trabalho da CJP era assim definido pelo Departamento de Ordem e Política Social (DOPS):

O dito movimento tem por finalidade, através do Arcebispo do Recife, D. Hélder Câmara, deturpar as obras de soerguimento do Brasil, que vêm sendo desenvolvidas pelo atual Governo, mediante campanhas calcadas em levantamentos realizados pela Comissão de Justiça e Paz, que relata tenha conhecimento de centenas de casos de torturas, só em uma unidade da Federação, sendo não obstante, de se dar especial destaque tenham ditos fatos sido transmitidos pelos frades Dominicanos do Mosteiro de Perdizes onde funcionava a organização terrorista, Ação Libertadora Nacional, sob o comando do extinto Carlos Marighela.⁵¹

A Igreja e o Estado, desde o início do século XX, mantinham uma colaboração, na qual o Estado financiava os projetos da Igreja e reconhecia o catolicismo como religião semi-oficial. A Igreja, por sua vez, dava legitimidade à

⁵¹ PERNAMBUCO, Arquivo Público Jordão Emereciano (APEJE). Documento da Polícia Política de Pernambuco (DOPS/PE). Prots.DI 271/69 e 528/69.16.12.1969.

política governamental, ao lado do catolicismo oficial que procura se afirmar como poder e, em várias situações, alia-se ao poder político para combater o liberalismo, o comunismo e assegurar a ordem na nação brasileira.⁵² Entretanto, com o advento do regime militar, as duas instituições passaram a travar um conflito, que opôs o Estado a alguns setores da Igreja. No entanto, tal conflito não chegou a interferir na permanência de um diálogo durante os piores anos da repressão. Essa postura foi confirmada por Serbin, que, pesquisando o acervo do General Antônio Carlos Murici, pôde reconstituir a atuação da até então desconhecida “Comissão Bipartite”, fórum de discussão que reunia militares e bispos e que funcionou, sobretudo, durante o governo de Médici (SERBIN, apud:FERREIRA & ALMEIDA,2003.174).

Nas décadas de 1970 e 1980, são vários documentos, que mostram a nova fase da Igreja do Brasil, dentre os quais podemos citar: “Exigências Cristãs de uma Ordem Política” (1971), “Marginalização de um Povo, o Grito das Igrejas” (1973), “Eu Ouvei os Clamores do Meu Povo” (1973) e, finalmente, “Nordeste – Desafio à Missão da Igreja do Brasil” (1984). Esses documentos da CNBB desencadeiam uma carga ininterrupta de críticas contra o modelo de desenvolvimento imposto pelo regime e as classes dominantes.

⁵² Uma análise sobre diversas correntes políticas e conflitos entre Igreja e Estado é feita por Roberto Romano (1979).

Ao interpretarem as estruturas do período, conectadas às influências intelectuais e correntes européias do pensamento, esses setores estabelecem um diálogo crítico com a autoritária cultura política brasileira, resgatando os diversos traços da cultura do país, recuperando a capacidade participativa do povo, colocando-o como centro da elaboração teórica e personagem central da vida política.

No documento “Eu Ouvi os Clamores do meu Povo” (1973), assinado pelos bispos do Nordeste, a Igreja, a partir do seu corpo de colaboradores renovava, com suas concepções, os esquemas de interpretação da sociedade brasileira. O material era uma radiografia diferente do discurso oficial; com uma enorme coragem, a ala Progressista da Igreja Católica continuava a denunciar a situação de miséria em que se encontrava o povo brasileiro e, em especial, o nordestino.

O documento faz uma análise que abrange desde a estrutura e as práticas do regime, até aspectos que envolvem sua política econômica e social (educação, saúde, habitação). Praticamente, todos os aspectos da formação social são investigados. Desta forma, fica clara a tomada de posição em favor dos pobres e, acima de tudo, era preciso conscientizar que os planos econômicos postos em prática, levaram o país a constituir-se numa nação socialmente empobrecida, com privilégios exclusivos para os setores ligados ao capital

externo o que possibilitava, segundo o texto, uma concorrência desleal com o capital nacional, uma vez que as regras se adaptavam exclusivamente às condições das grandes empresas.

Estabelece, ainda, análises que divergem quanto aos possíveis resultados da política econômica desenvolvida para o Brasil e, sobretudo, para o Nordeste. Em diversos momentos, discute-se o modelo econômico, mostrando com clareza o encaminhamento das políticas econômicas responsáveis pela criação de uma cruel concentração de renda. Essa perspectiva, no campo prático, possibilita uma nova forma eclesial, com redefinições em diferentes campos pastorais, em relação à prática tradicional dos quase cinco séculos de catolicismo no Brasil.

O quadro abaixo, elaborado pelo economista Paul Singer, em artigo no jornal opinião⁵³, mostra em tabela como o salário-real do trabalhador sofreu redução.

⁵³ O jornal Opinião nesse período denunciava o subdesenvolvimento e alertava ainda que dentre os oprimidos do terceiro mundo, havia um: o brasileiro e que, mais que todos: o nordestino (KENSKI:1990, p.112).

TABELA 01:

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL (1970/1972) – (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)

| SALÁRIOS POR MÊS (TOTAL DOS SALÁRIOS RECEBIDOS) | PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA | |
|--|--|------|
| | 1970 | 1972 |
| MENOS DE 01 | 50,2 | 52,5 |
| ENTRE 01 E 02 | 28,6 | 22,8 |
| ENTRE 02 E 03 | 10,2 | 9,8 |
| ENTRE 03 E 07 | 7,1 | 9,4 |
| ENTRE 07 E 10 | 1,7 | 2,3 |
| MAIS DE 10 | 2,2 | 3,2 |

FONTE: Paul Singer, "Mais pobres e mais pobres" jornal opinião, nº 116, Janeiro de 1975.

O governo militar, durante os tempos do milagre, achata os salários da maioria da população, como podemos deduzir a partir dos dados apresentados. A metade da população brasileira economicamente ativa passa a ganhar até meio salário mínimo, enquanto um número reduzido de trabalhadores ganha mais de dez salários mínimos.

Segundo os bispos do Brasil, a exclusão social, resultado da concentração de renda, é um processo histórico, não uma fatalidade; é um processo social, produzido ao longo do tempo.

A preocupação dos bispos nordestinos era rearticular a sociedade civil com a união de forças de uma oposição

política ao regime além da necessidade da retomada da luta em favor da participação de todos nas decisões sociais e políticas. A dimensão dos problemas sociais no Brasil obriga a Igreja a uma tomada de posição em favor dos pobres, na luta das melhorias econômicas, por melhores condições de vida, por liberdade e democracia.

No universo dos novos movimentos sociais, a idéia do povo, como sujeito de sua própria história, adquire considerável força. Em nenhum outro período as idéias do povo e de participação popular tiveram tanta significação para a Igreja.

Inaugura-se uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, encorajando-o a superar seu imobilismo, no qual somente ele poderia produzir as necessárias transformações históricas.

Essa “nova forma de ser Igreja” esteve vinculada às possibilidades de transformação social, cuja referência básica era a busca de uma sociedade igualitária. Era a contestação de um modelo econômico atrasado, de caráter excludente e concentrador de riquezas em poucas mãos. Devido à publicação desse documento Padres e Bispos que assinaram o texto passaram a viver sob monitoramento intenso dos órgãos da repressão, não sendo poucos os prelados que sofreram perseguição política, logo após a assinatura do mesmo

(Ilustração-4).⁵⁴ Referindo-se ao motivo das perseguições, o Jornal do Comércio destaca: “na tentativa de proteger-se atrás da inviolabilidade do Clero, representantes dos progressistas insistiram em sua ação pastoral. Por isso, nem eles foram poupados pela reação”.⁵⁵

Nesse processo está o Arcebispo D. Hélder Câmara, citado como alvo político a ser vigiado e outros padres, como Reginaldo Veloso, na época, Pároco da Igreja da Macaxeira, seqüestrado no dia 16 de junho de 1973 por agentes do DOI-CODI e levado para o Quartel General do IV Exército em Pernambuco, a fim de prestar esclarecimento sobre o documento “Eu ouvi os Clamores do meu Povo”. Assim notifica a revista Veja de março de 1984:

Entre 1970 e 1975, vinte auxiliares de D. Hélder foram presos e torturados. Agentes da Pastoral Católica foram perseguidos e baleados. Presos foram os membros do Movimento de Evangelização da Arquidiocese. A paróquia do bairro da Macaxeira foi invadida e o seu pároco seqüestrado.⁵⁶

Sobre tal experiência, assim escreve Pe. Reginaldo Veloso, em suas memórias: “(...) me levaram da Igreja – matriz da Macaxeira à minha casa, por volta do meio dia, reviraram muito dos meus papéis, e me enjaularam numa cela

⁵⁴ Dentre os prelados que sofreram perseguições podemos citar: Dom Adriano Hipólito, Frei Betto, Pe. Alípio de Freitas, Pe. Antônio Fragoso e Pe. Francisco Lage.

⁵⁵ Jornal do Comercio, Recife, 31.03.1994. Política. p 2.

⁵⁶ Revista Veja. nº 628, de 07.03.1984,p.35.

do IV Exército, vi muitas pessoas, políticos enjaulados, até gente idosa, e ouvi barulhos, gritos de gente sendo torturadas”.⁵⁷

As ações contra diversos ataques dos militares, graves problemas sociais e a violação dos direitos humanos fizeram com que fosse reforçada a união da hierarquia católica.

A Comissão Central da CNBB afirmava naquele período: “o terrorismo da subversão não pode ter como resposta o terrorismo da repressão” (SERBIN,2001:192).

Vale observar, porém, que no documento está presente a imagem de uma Igreja inserida no mundo, isto é, uma Igreja que se situa historicamente, criando uma estrutura própria e mobilizando um grande número de adeptos, que tem sua organização (própria) no conjunto da sociedade. Entretanto, não faz parte da massa, embora dê a si mesma a missão de ser fermento. O Brasil será transformado com a ação fermentadora desenvolvida pela Igreja.

Desse modo, a elaboração teórica procurava compreender a realidade por meio de mediações científicas, julgá-la mediante a tradição bíblica, com destaque para o aspecto profético, e indicar uma nova inserção dos cristãos.

⁵⁷ Padre Reginaldo Veloso, neste período, era Pároco da Igreja da Macaxeira e escreveu em suas memórias uma carta onde relata o dia da sua prisão por agentes do DOPS/PE. Esta carta encontra-se na última página de um exemplar do documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”.

CAPÍTULO II

**A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: PRESSUPOSTO DO
TRABALHO PASTORAL PARA A FORMAÇÃO DAS CEBs**

As Comunidades Eclesiais, que estão se formando por um processo mais apurado de iniciação evangelizadora libertadora em grupos de base, se constituem em assembleias, onde a coesão da fraternidade oferece melhores condições para uma liturgia viva, capaz de unir rito e vida, sinal e realidade de união (CNBB,1988:29).

A Teologia da Libertação tem sua origem na Europa, a partir da II Guerra Mundial, quando novas correntes teológicas estão se desenvolvendo, cujos elaboradores ou intérpretes são vistos como representantes, no campo teórico, de um tipo de Igreja que se empenha com os pobres tendo em vista sua libertação.

Dentre as explicações para o seu surgimento, uma das mais importantes é a de Bruneau, especialista americano; segundo ele: “confrontada com a concorrência de diversas correntes religiosas (protestantismos, seitas etc.) ou políticas (movimento de esquerda), o declínio das vocações, a crise das suas finanças, parte da Igreja compreendeu que é preciso inovar, e se voltou para as classes inferiores” (In:LÖWY:1991:31).

Trata-se, em última análise, do interesse institucional da Igreja, interpretado em um sentido amplo: “a Igreja, enquanto instituição mudou, menos por razões oportunistas que para

manter uma influência que era definida por orientações normativas em mudança” (BRUNEAU,1974:29).

Por outro lado, na Alemanha, encontram-se (Bultmann, Moltmann, Metz, Rahner, Barth)⁵⁸; na França, Teilhard de Chardin ⁵⁹, Calvez, Congar, Lubac, Chenu, Duquoc; na Itália, Giuseppe Alberigo; eles vão legitimar e sistematizar novas formas do cristianismo social, com uma abertura crescente às interrogações da filosofia moderna e das ciências sociais, constituindo, assim, o ponto de partida para uma nova época na história da Igreja.

Na América Latina, a Teologia da Libertação ganha corpo com o Jesuíta peruano Gustavo Gutierrez, que insistia na tese de que a Igreja devia deixar de ser uma peça do sistema de dominação. Segundo ele, pela tradição dos profetas bíblicos, ela devia se opor aos poderosos e denunciar as injustiças sociais. O teólogo peruano proclama sem hesitar que:

Os pobres, os condenados da terra, não questionam em primeiro lugar o mundo religioso nem seus pressupostos filosóficos. Trata-se muito mais de um questionamento de ordem econômica, social e política que os oprime e

⁵⁸ A experiência como pastor em meios operários, no início do século XX, teve grande importância para Barth. Isso o levou a uma clara militância no socialismo, aderindo ao Partido Social Democrata suíço antes da Primeira Guerra Mundial, compromisso político que renovou na Alemanha às vésperas da tomada do poder pelo nazismo (BRUNEAU,1974:78).

⁵⁹ As obras do Padre Teilhard de Chardin (1881-1955), foram interditas por Roma nas bibliotecas dos seminários e das livrarias católicas. Em sua obra o “Fenômeno Humano” e em outros escritos, concebe o processo evolutivo da matéria à vida, da vida ao pensamento, do pensamento até o ponto ômega, Cristo Ressuscitado (LIBÂNIO,2000:40).

marginaliza, bem como, certamente, da ideologia que pretende justificar essa dominação. Somente nesse quadro é que se pode compreender os desafios à fé provenientes do mundo dos explorados (GUTIERREZ,1984:280).

O período que vai de 1965 a 1968 foi decisivo para a experiência da Teologia da Libertação na América Latina, bem como para a participação dos cristãos nesse movimento, uma vez que, nesse período, acontece uma profunda mudança social e política, com a industrialização do continente, a partir dos anos 50, provocando grande abertura ao capital internacional. Isso vai agravar tanto o subdesenvolvimento como a dependência, aprofundando as contradições sociais, estimulando o êxodo rural e o crescimento das cidades, concentrando nas zonas urbanas uma classe trabalhadora nova e, sobretudo, pobre. A Teologia da Libertação, que surge pouco antes de Medellín, tem suas raízes nesse período.

No Brasil, as primeiras obras sobre a TL foram escritas por religiosos como o Pe. Libânio, Frei Betto, e os irmãos Leonardo e Clodovis Boff. Contudo, a obra do primeiro, "Igreja, Carisma e Poder", de 1981, foi um marco e um acontecimento fecundado para o período. Nela, o autor abre um leque de críticas à Igreja vaticanista que, segundo ele, constituía um modelo de autoridade romana e feudal; uma Igreja da segurança, da tradição, denunciando que, o poder do Papa, com sua pompa e circunstância, era um castelo de

fraqueza, era o poder dos césares, que o próprio Cristo denunciara. Com isso, a Teologia da Libertação vai ser a fundamentação teórica das CEBs.

Segundo as palavras dos teólogos Leonardo e Clodovis Boff:

Na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres, que são as classes populares que englobam os operários explorados dentro do sistema capitalista; são os subempregados, os marginalizados do sistema produtivo – exército de reserva sempre à mão de obra sazonal. Todo este bloco social e histórico dos oprimidos constitui o pobre como fenômeno social (LEONARDO & CLODOVIS, 1986:14).

Assim, a TL busca interpretar a realidade latino-americana a partir do grito dos oprimidos, fazendo uma leitura marxista dos problemas sociais, tendo como ponto de partida a participação do cristão numa luta por melhores condições de vida.

Essa leitura Marxista da Teologia da Libertação acerca dos problemas sociais do mundo foi vista pelo Vaticano como sendo um embrião de uma Igreja paralela, separada e oposta à Igreja existente. De todos os pecados que Roma tenta atribuir aos novos teólogos, existe um que parece mais grave, o mais perigoso, o mais inquietante: o pecado do marxismo. Nas palavras de López Trujillo, Presidente da CELAM e representante da ala conservadora, “o emprego indiscriminado

da análise marxista está em vias de desequilibrar e fazer desmoronar a estrutura eclesial” (TRUJILLO,1985:113).

Nesse sentido, a TL definia, de maneira clara e objetiva, a militância por justiça social, por um modelo de Igreja mais voltada para o povo humilde; era a luta contra a exclusão social e os zeros econômicos, dentro de um capitalismo concentrador de riquezas, em que a classe pobre “dominada, não tinha outra saída para se libertar senão através de longa e difícil caminhada, já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção” (BOFF,1981:37).

Para Boff, este era o fundamento principal do gigantesco projeto histórico para a transformação global da atual sociedade em uma sociedade nova, onde fosse possível “criar as condições objetivas para os oprimidos recuperarem a sua humanidade despojada, lançarem por terra os grilhões de seus sofrimentos, vencerem o antagonismo de classe, conquistarem, por fim a liberdade (BOFF,1980:75).

Em síntese, a TL estabelecia a análise da realidade social de maneira dialética, de vez que explicava melhor os objetivos intencionados pela prática cristã de libertação dos excluídos. Vão ser muitos os grupos tentando fazer uma utilização não servil do instrumento analítico elaborado pela tradição marxista, considerando o marxismo como ciência e não como ideologia.

Desse modo, não se pode deduzir de tudo isso que os teólogos da libertação aderiram pura e simplesmente ao marxismo, uma vez que recusam muitos aspectos dessa filosofia, dentre os quais o materialismo dialético e a caracterização da religião como “ópio do povo”. Entretanto, eles não recusam a crítica marxista da Igreja e das práticas religiosas realmente existentes, como podemos perceber nas palavras de D. Pedro Casaldáliga, importante bispo dessa ala da Igreja:

(...) Opto pelo socialismo democrático (...)
Entendo por socialização a maior participação possível de igualdade nos bens da natureza e de produção. Para isso, evidentemente, terá que ser sacudido e destruído o egoísmo do capital, o privilégio das minorias, a exploração entre os homens (apud:FOLLMANN,1985:136).

Tudo isso produz, também, uma análise da realidade social conflituosa, pois passam a ser utilizados pressupostos da antropologia social e da história, tudo concorrendo para uma compreensão e para uma ação, diante do estado de miséria em que viviam os milhões de latino-americanos.

Assim sendo, ao avançar na reflexão sobre a atitude agravada de injustiça, o teólogo Leonardo Boff denunciava: “é preciso descobrir o que fazer com os 2/3 de povos miseráveis (excluídos) do mundo. Deus escuta os gritos dos oprimidos e

cada tradição tem que ser boa para os pobres e criar esperança".⁶⁰

Por conseguinte, a TL vai gerar, no campo pastoral, uma grave crise teológica dentro da Igreja, com sua participação na organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em todo o Brasil. Os debates e as reformulações têm grande ressonância nos movimentos sociais, no nível cultural e simbólico do povo, desafiando os setores mais conservadores da Igreja, que passaram a criar novas sínteses entre evangelização e cultura, buscando a manutenção de sua hegemonia vaticanista.

Para manter essa hegemonia, o Vaticano publica, em 1984, através da "Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé", um documento assinado por um dos seus principais teólogos, o Cardeal J. Ratzinger que, pela primeira vez, condena oficialmente a Teologia da Libertação.

(...) Se por marxismo deve-se entender um sistema monoliticamente fechado que nega Deus, a dignidade da pessoa humana, sua liberdade e direitos, então devemos dizer que um teólogo não pode servir-se dele como ferramenta conceptual para entender a história e seus conflitos, pois tal sistema se oporia frontalmente ao cristianismo (RATZINGER.1985:54).

⁶⁰ Leonardo Boff, em entrevista ao Jornal do Comércio. Recife, Fevereiro de 1997.p.7.

Por outro lado, a TL aponta uma nova racionalidade pastoral que tinha, por obrigação, um projeto político com um certo imediatismo dentro das próprias Comunidades que ora se organizavam. O discurso e a prática de pastores, padres e demais agentes inseridos na TL, enfatizava o conflito, a crescente degradação da vida humana, e o acelerado crescimento dos problemas sociais, dando, portanto, a dimensão da luta levada adiante pela TL. Esse conflito da TL, segundo Gutiérrez, era: “uma tentativa de compreender a fé a partir da práxis histórica, libertadora e subversiva dos pobres deste mundo, das classes exploradas, das raças desprezadas, das culturas marginalizadas. Ela nasce da inquietante esperança de libertação” (GUTIÉRREZ, 1981:58).

Todas essas novas formulações, tanto em termos prático-pastorais, quanto teórico-teológicos, foram fundamentais para a formação das Comunidades Eclesiais de Base, como uma importante proposta pastoral de evangelização que, a partir de 1974, coloca-se como prioridade das diretrizes da ação pastoral da CNBB.

A nova diretriz de ação evangelizadora definia as CEBs como uma nova forma de vivência eclesial, onde o imaginário das Comunidades assume a Deus como símbolo fundamental, de quem se origina o sentido e significado do conjunto de redes simbólicas do imaginário do grupo (Ilustração 1). Os diversos sentidos e significados do imaginário da

religiosidade tradicional, porém, são retrabalhados, construindo novos sentidos e significações para o mesmo símbolo. Constrói-se o sentido e significado do Deus libertador que não permanece ausente ou alheio à história. Pelo contrário, Deus se faz presente na história e o faz como um Deus que liberta.

Com efeito, esse novo sentido libertador está presente no texto da exortação, no qual o Papa João Paulo VI comunica as conclusões do Sínodo de 1974:

É impossível aceitar que a obra de evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade.⁶¹

No entanto, somente em 1975 as CEBs vão organizar-se, quando acontece o I Encontro Interclesial de CEBs, na cidade de Vitória – (ES), tendo como tema central “*A Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus*”. Esse encontro foi palco de debates e mobilizações contra a injustiça social e a Doutrina de Segurança Nacional.

O caráter inovador das CEBs está no fato de trabalhar como cooperativas, reforçando o trabalho em grupo, cuja

⁶¹ Boletim AOR ano V, nº13. Sínodo dos Bispos, 1974:33.

única assistência permitida não contraditória, era, numa população pobre, valorizar aquilo em que ela é rica potencialmente, ou seja, o puro e simples fato de que ela é povo.

Outro fator a considerar nas CEBs seria o seu papel motivador, presente nas reuniões comunitárias, quebrando, por circunstâncias várias, qualquer estado de letargia.

As CEBs vão demonstrar sua carga transformadora, ajudando a desvendar uma gama variada de mecanismos capazes de desenvolver uma efetiva participação desse povo na construção social; despertando, a percepção de sua força política, à semelhança de um vulcão adormecido, levando-o à uma autoconfiança que legitimaria um sentimento de que é possível, através das atividades-fins desempenhadas nas comunidades, a busca por oportunidades mais favoráveis.

Contribuem, desta maneira, para a abertura do debate a respeito dos direitos fundamentais da vida: a alimentação, a saúde, a educação e o trabalho. Essa visão vai se sobrepor à anterior visão dos direitos humanos do Estado. Neste sentido, os movimentos sociais no Brasil, após 1970, pautam principalmente sobre as carências imediatas da população. A pobreza seria, assim, a verdadeira, mas não única explicação para a natureza desses movimentos sociais.

Em conseqüência disso, durante o regime militar, as CEBs resistem e tornam-se espaços nos quais os mais variados

grupos podem se expressar religiosa e politicamente. Diante disso, a CNBB aponta as CEBs como uma articulação entre a fé e a política, onde existe um diálogo de caráter ideológico, o que prova sua dimensão política, não se restringindo somente às práticas eclesiológicas. O discurso político anseia também por um novo tipo de sociedade, por isso são comunidades atuantes, socialmente, que vão além do confessional. Analisando a ação política das CEBs, Ferreira e Almeida assim se referem:

A contribuição das CEBs se fazia sentir nas denúncias de violência no campo, nas fábricas e no movimento estudantil. Diversos grupos que não tinham outro espaço integraram-se na pastoral popular, contribuindo, com suas experiências, para mudanças qualitativas na sociedade brasileira e para o restabelecimento dos direitos políticos (p.124).

Conseqüentemente, experimenta-se, além do discurso religioso de dimensões simbólicas, uma racionalidade que se traduz, majoritariamente, em expressões importadas das ciências sociais e das ciências políticas. Dessa maneira, o pobre é reintroduzido na sociedade da qual tinha sido expulso pela sua condição, tendo agora um novo rosto. Buscar-se-á delinear as práticas de organização e inserção social dessas comunidades. Através do pobre, a Igreja não mais se transcende, subsiste. Transformada em coisa essencial para o

povo, sua utilidade não exige nenhuma comiseração, mas o reconhecimento da luta.

Dentro do novo espírito de aproximação do povo, sobretudo dos pobres, as CEBs preocupam-se também em abrigar as massas rurais, entendidas como populações marginalizadas e, freqüentemente, expulsas de suas terras; a desigualdade também penetrava no campo, situação que transformava a cidade do Recife num depositário de vastas parcelas de migrantes vivendo no limiar da miséria.⁶²

Escudado na Encíclica “*Mater et Magistra*”⁶³ de 1973, o discurso de D. Hélder Câmara, durante a abertura do 10º Congresso Brasileiro de Comunicação Social, realizado em Janeiro de 1982, é bastante enfático. Neste discurso, D. Hélder afirma que essas pessoas “antes da invasão de terras tinham sido vítimas da expulsão”, e, ainda, “Maria e José também invadiram uma propriedade e por isto Jesus Cristo é o patrono dos invasores de terras ou posseiros”. Segundo o DOPS, D. Hélder declara-se favorável a uma reforma agrária, assegurando que todas as mudanças vão depender da

⁶² Sobre a questão agrária, a Igreja havia se pronunciado através da encíclica “*Mater et Magistra*” (1973), do Papa João XXIII, que afirmava: “os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns dos outros e colaborar na criação de iniciativas cooperativas e associações profissionais ou sindicais” Papa João XXIII, carta encíclica, síntese política, econômica e social. Ano I nº 11. p. 86.

⁶³ O documento da cúpula da Igreja foi o primeiro a tratar claramente dos problemas do povo subdesenvolvido, acenando para um catolicismo reformista. Jornal do Comércio. Recife, 21.03. 2004. Cidades.p.4.

capacidade de organização do povo para a defesa de seus direitos.⁶⁴

Dessa forma, o que aparece como referencial é o próprio potencial de transformação presente no seio das classes populares, e, mesmo com aparato policial implantado com o golpe de 1964, a Igreja fornecia subsídios para que os cidadãos dentro das CEBs aprendessem a reivindicar seus direitos. Não se trata, simplesmente, como se vê, de que o fim justifique os meios, mas de que não se atenda jamais completamente ao fim, se não se cuida atentamente dos meios; limitados, finitos, porém dispostos providencialmente para uso da ala progressista da Igreja. Daí que, nos limites da concepção cristã, todo o povo oprimido está, inexoravelmente, inserido.

2.1 AS CEBs NO RECIFE: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM QUESTÃO

Nas décadas de 1970 e 1980, um segmento da Igreja Católica no Brasil que abraça a TL percorre uma surpreendente trajetória social de tal maneira que projeta para fora uma imagem de Igreja Progressista, em nítido contraste com o catolicismo tradicional, bastante desgastado

⁶⁴ RIO DE JANEIRO, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Documento da Polícia Política do Rio de Janeiro (DOPS/RJ). Prots.DGIE 311 fl.251. e DGIE 305 fl.347.22.01.82.

na América-Latina. Essa agenda social foi discutida por toda uma geração extraordinária de bispos que atuavam no Brasil.⁶⁵

No interior desse setor mais esclarecido da Igreja, passa a haver a convicção de que ela não compreende a sociedade e, só pode fazê-lo, apresentando as idéias religiosas com a consistência lógica de um catolicismo mais crítico aos problemas modernos. Essa atitude faz das Comunidades Eclesiais de Base, de certo modo, algo inovador. Na conjuntura de repressão do regime militar, o imaginário das nascentes comunidades de base rapidamente se transformou em espaço de resistência ao regime (Ilustração 5). Por sua ligação direta ao cotidiano das pessoas, pela liberdade institucional que tinham dentro da Igreja e pela sintonia, no imaginário, com as reivindicações populares, as incipientes CEBs não só se transformaram em espaços de resistência ao regime, como foram uma força de criação dos diversos movimentos de base que surgiram.

Sob estas condições, cremos parecer bastante compreensível que os efeitos constatados na política econômica do governo tenha levado a ala progressista da Igreja a intervir diretamente na realidade do povo pobre do Morro da Conceição, para quem, toda desigualdade social torna-se, desde então, explicável pela injunção da política

⁶⁵ Essas idéias são difundidas principalmente por: Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Antônio Fragoso, Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Valdir Calheiros, Dom Aloísio Lorscheider, Dom José Maria Pires e Dom Hélder Câmara.

econômica aplicada no período e que elevou os índices de desemprego e subemprego.

Apresentando a região Metropolitana um crescimento populacional médio anual superior à absorção do crescimento regular de força de trabalho ao ano, isto equivale a dizer que, do total da população apta às tarefas produtivas, cerca de 1,5% dessa população, a cada ano está destinada a não ter direito ao trabalho, sendo assim, mesmo antes do agravamento da crise econômica mais aguda dos anos 80. Na década de 70, o desemprego-subemprego já atingia a 30% do total de trabalho da RMR, o que em números absolutos quer dizer uma vida cruel e/ou uma subvida para cerca de 150.000 famílias de trabalhadores. Não se pode deixar de registrar, ainda, outro aspecto ligado a este, que é o nível de renda dos que se acham empregados, acentuadamente comprimidos com a política geral de concentração de renda pelo arrocho salarial e pela elevação constante do custo de vida, repercutindo no empobrecimento crescente e cada vez mais amplo da população local, com todas as suas conseqüências sociais, na alimentação, saúde, educação, etc.

Desse modo, toda desigualdade é interpretada, pela Igreja, como injustiça, negação do direito, roubo.

Abaixo, apresentamos dados sobre rendimentos dos habitantes do Recife, onde está inserida a comunidade citada:

TABELA 02:

RENDIMENTO MENSAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, 1978.

| Níveis de renda Pessoas com ocupação | RENDIMENTO MENSAL (Em salários Mínimos) | | | | | |
|--|---|------------------|------------------|--------------|------------------|------------------|
| | Até 1 | Mais de 1 a 2 | Mais de 2 a 5 | Mais de 5 | S/ rendimento | S/ declaração |
| 760.927 | 345.974 | 203.451 | 126.587 | 76.045 | 8.005 | 557 |
| 100,0 | 45,4 | 26,7 | 16,7 | 10,0 | 1,1 | 0,1 |

Fonte: FIDEPE – Anuário Estatístico de Pernambuco – 1981, p. 223.

Já é alarmante chegar a níveis tão elevados (72,1% das pessoas ocupadas) com rendas tão baixas. E não se está qualificando tais ocupações como empregos estáveis, pois, se analisado o quadro discriminatório de tais atividades, encontrar-se-ão classificados subempregos e outras atividades periódicas de complementação de renda familiar, com o elevado índice de 47,1% de “ocupados”, biscateiros, lavadeiras, tapioqueiras, camelôs, etc., somando aproximadamente 400 mil desempregados.

Sobre essa situação, afirmava Dom Hélder em sua mensagem pastoral de 1977:

(...) A situação sócio-econômica, política e cultural de nosso povo desafia a nossa consciência cristã (...) Subnutrição, mortalidade infantil, prostituição, analfabetismo, desemprego, discriminação cultural e política, exploração, crescente desigualdades entre ricos e pobres e numerosas outras conseqüências caracterizam uma situação de violência institucionalizada em nosso país.⁶⁶

Conforme as explicações oficiais, documentais ou não, para entender-se uma Igreja local deve-se buscar entender o local em que a mesma se acha estabelecida; e para conhecer uma Igreja particular deve-se analisar as particularidades peculiares de seu povo e seu lugar. Há, pois, que considerar a forte influência desses fatores externos, estruturais ou conjunturais na configuração da fisionomia particular de uma Igreja, que se tem posicionado por atitudes mais pastorais, desde o último Concílio.

Acreditamos que agora nada seria mais indicado do que buscar uma visão do modo, através do qual a Igreja desloca internamente o seu eixo político, em busca de uma práxis comprometida com os setores menos favorecidos da sociedade, com a formação das Comunidades Eclesiais de Base.

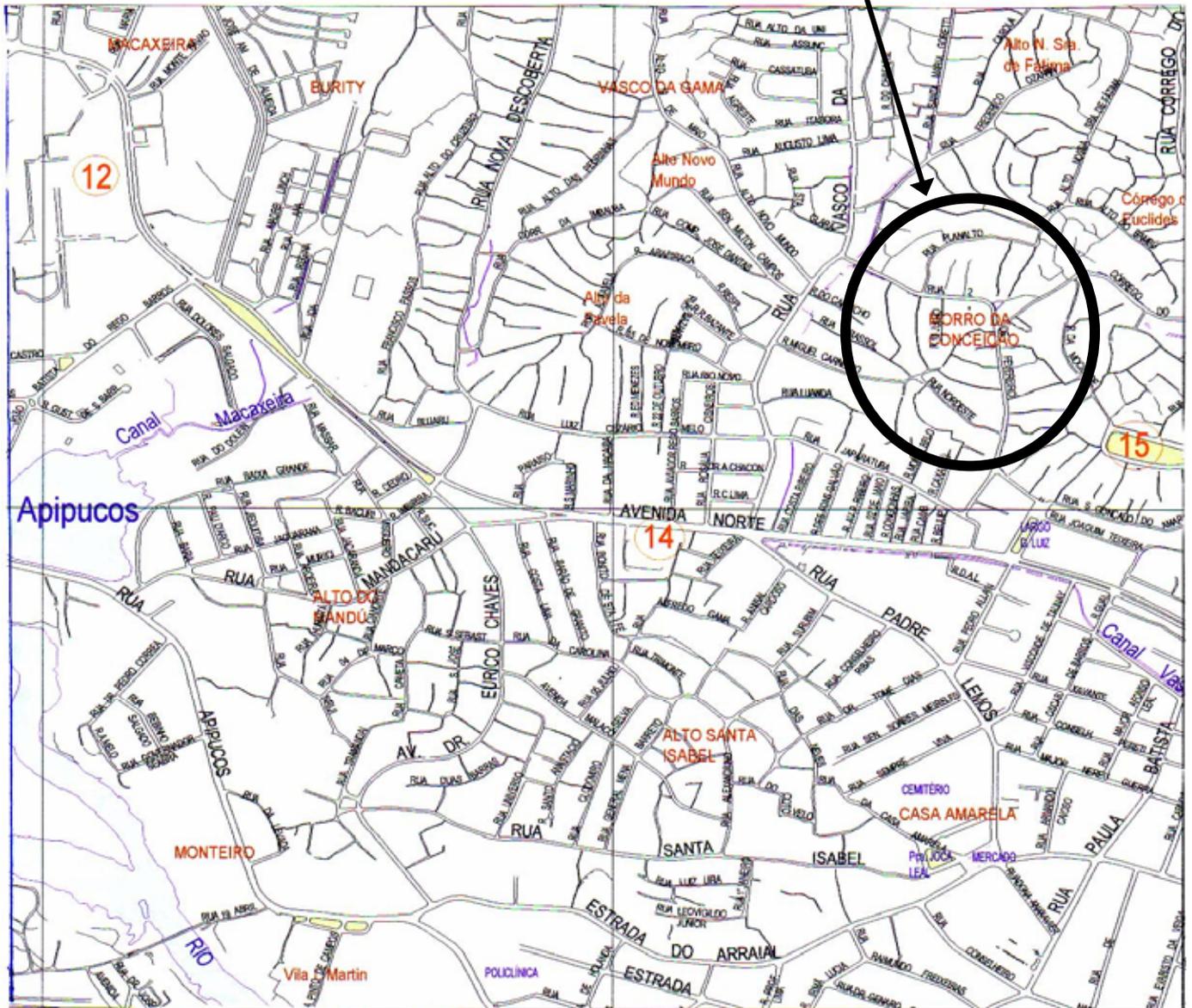
⁶⁶ CÂMARA, Dom Hélder. Mensagem Pastoral, por ocasião da 2ª Assembléia de Pastoral da AOR, Recife, 1977.

No Recife, dentre as Comunidades de Base, uma das mais atuantes será a do Morro da Conceição, no bairro de Casa Amarela.⁶⁷

Segundo o FIDEM, a área de atuação da pesquisa está geograficamente situada no lado norte da Avenida Norte, uma avenida – eixo – no sentido leste-oeste – que liga o velho Bairro do Recife e seu porto com a BR-101, no trecho em que se transforma em uma das perimetrais da Cidade. No lado sul da Avenida Norte, existem áreas mais desenvolvidas, ainda no Bairro de Casa Amarela, como Tamarineira, Jaqueira, o Bairro de Parnamirim e o Bairro de Casa Forte, Monteiro e Apipucos.(Veja mapa).

⁶⁷Segundo o historiador Pereira da Costa, a mais antiga referência que se encontra sobre a origem da povoação do Arraial, antigo nome do local, é de 1630, quando o general Matias de Albuquerque levanta o forte real do Bom Jesus para proteger o "interior" de Pernambuco contra os holandeses (PEREIRA DA COSTA:2001,p. 39).

**MORRO DA CONCEIÇÃO
(Local da CEB pesquisada)**



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - FIDEM

CARTA PLANIMÉTRICA

DECLINAÇÃO MAG.
1988 E CONVERG.
MERIDIANA DO
CENTRO DO MAPA



ADECLIN. CRESCE
ANUALMENTE

K=

ARTICULAÇÃO QUADRICULAS DE 10 km

| | | | | | | | |
|--|--|--------------|----|----|----|--------|--|
| | | 8100.000000N | | | | | |
| | | 84 | 74 | 84 | 94 | PARANÁ | |
| | | 83 | 73 | 83 | 93 | | |
| | | 82 | 72 | 82 | 92 | | |
| | | 81 | 71 | 81 | 91 | | |
| | | 80 | 70 | 80 | 90 | PERSE | |
| | | 79 | 69 | 79 | 89 | | |
| | | 78 | 68 | 78 | 88 | | |
| | | 77 | 67 | 77 | 87 | | |
| | | 76 | 66 | 76 | 86 | PARTE | |
| | | 8000.000000N | | | | | |

SITUAÇÃO DO MAPA NA QUADRICULA

| | |
|----|----|
| 05 | 55 |
| 00 | 50 |

NOMENCLATURA

ESCALA
1:10.000
MAPA N°
85
10

ORIGEM DA QUILOMETRAGEM UTM MERIDIANO 33°W E EQUADOR ACRESCIDAS AS CONST. DE 500 E 10.000 KM RESPECT.

Ao norte, do rio Capibaribe e Avenida 17 de Agosto até a Estrada do Encanamento, há o predomínio das classes média-alta e alta; da Estrada do Encanamento e Estrada do Arraial até a Avenida Norte, percebe-se o predomínio das classes média e média-baixa, com a presença de núcleos comerciais; e, afinal, da Avenida Norte em diante, na direção norte, um pouco de classe média emergente e de classe pobre.⁶⁸ Retratando a situação social da região, a Arquidiocese de Olinda e Recife alertava:

Na região, Recife passa a ser depositária das vastas parcelas de camponeses expulsos de suas terras. Aumenta a população. Cresce desordenadamente a cidade. A especulação imobiliária e a política de urbanização baseadas nos interesses econômicos dos grupos dominantes, deslocam as camadas pobres para os populosos Morros, periféricos sem nenhuma infra-estrutura. Dessa forma, o Recife, se por um lado, expande-se em Região Metropolitana, por outro lado destaca-se na região nordestina, como a cidade de maior importância política e econômica, mas também pelas precárias condições de vida e de trabalho em que vive a grande maioria da população.⁶⁹

Essa povoação regular teve origem no final do século XVIII, com a extinção dos engenhos Monteiro e Casa Forte e a divisão de suas terras em diversos sítios.

⁶⁸ FIDEM – (Sistema de Informações Metropolitanas). Recife, Abril./2002.

⁶⁹ In “Comunicação”, Boletim AOR, ano IV, nº 12.

Muito tempo depois, a localidade passou a ser chamada de Casa Amarela. O nome se deve, segundo a tradição, a uma casa sempre pintada de amarelo que existia próxima ao terminal da estrada de ferro e que servia de referência na região.⁷⁰

A ocupação dos morros da região começou no início do século XX, a partir do aluguel do chão feito por algumas famílias que eram grandes proprietárias de terras no local. No início, as habitações eram de taipa, sem nenhuma infraestrutura de água, luz, esgoto, e de transporte.

No subúrbio, crescia a população pobre, instalada em casas de taipa; gente expulsa do Centro, a partir da década de 1930. O surgimento de novas fábricas abria perspectivas maiores. “Os problemas de infra-estrutura urbana eram muito visíveis, em 1950 existiam 54.184 mocambos, 35,5% dos imóveis da Cidade”.⁷¹

Casa Amarela já foi uma das localidades de maior densidade demográfica do Recife, porém, a partir de 1988, através da Lei Municipal 14.452, que redefiniu as coordenadas geográficas e criou os atuais 94 bairros da

⁷⁰ Assim relata o historiador Pereira da Costa: “a casa pertencia a um português rico, o comendador Joaquim dos Santos Oliveira que por estar tuberculoso foi aconselhado pelos médicos como terapia a mudar-se para o Arraial, por conta da excelência do seu clima. Por milagre ou não, o comendador ficou curado e então mandou construir uma casa quadrada, a uns 300 metros do antigo Arraial do Bom Jesus, mandando pintá-la de ocre. Foi essa casa que ficou conhecida como Casa Amarela” (p.34-39).

⁷¹ Jornal do Comércio, Recife, 04.01. 2004.Cidades.p.2.

cidade, o bairro perdeu as suas áreas de morro, com exceção do Alto Santa Isabel.⁷²

Na sua maioria, a população trabalhava na fábrica Othon⁷³, localizada no bairro da Macaxeira. Era uma pequena fábrica de tecidos, que, com o seu crescente desempenho, a transformou-se numa grande indústria.

Othon Lynch foi responsável pela montagem de uma gama de serviços assistenciais à comunidade, abriu escolas com assistência médica e dentária e loteou terrenos para construção de suas casas, dando origem a uma vila de nome Burity.

Com relação à importância da fábrica de tecidos Othon para a Comunidade de Casa Amarela, o Sr. Nelson, poeta e antigo morador do bairro, dá o seguinte depoimento em que resume o povoamento do Morro, ou como ele vê, o início de tudo:

(...) Rapaz, a relação da fábrica da Macaxeira, com o bairro de Casa Amarela,

⁷² Foram desmembrados de Casa Amarela e transformados em bairros autônomos do Morro da Conceição, o Alto José Bonifácio e o Alto José do Pinho. Jornal do Comércio. Recife, 16.02.2000. Cidades, p.7.

⁷³ Othon Lynch Bezerra de Mello foi um dos maiores industriais do Brasil. Nasceu no dia 9 de fevereiro de 1880, na cidade de Limoeiro, estado de Pernambuco. Filho de José Clemente Bezerra de Mello, descendente de Bernardo Vieira de Mello, herói da Guerra dos Mascates e de Ana Lynch Bezerra de Mello, descendente de família inglesa. Iniciou suas atividades comerciais com uma loja na rua da Cadeia, atual Marquês de Olinda, abrindo depois outra, na Duque de Caxias, e mais uma na rua do Imperador. Em 1924, Othon comprou a Fábrica de Tecidos Apipucos, transformada em cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A, e procurou adaptá-la às novas tecnologias importadas da Europa, para obter assim, melhor qualidade de tecelagem (VERAS,1999:64).

eu acho que o bairro de Casa Amarela é grande um pouco por causa dela, não devemos esquecer. Porque olhe, o pessoal descia do interior atrás de emprego. Morava na Macaxeira dava a moléstia... A fábrica da Macaxeira tem muito a ver com a vida de Casa Amarela e com a antiga vila Burity (*sic*).⁷⁴

Dessa maneira, também relata a moradora Antônia Vidal de Lima, conhecida como Tota, lembrando o que sua tia Lia falava a respeito do Industrial Othon Lynch:

(...) Tia Lia chamava ele de papai Othon, porque vestido mesmo, de noiva, quem me deu foi ele. Ele dava do véu ao sapato, ele dava. No tempo dele era 6 mês de licença que ele dava. Três mês do menino, três mês da mãe. Sete de setembro, a gente tudinho marchava, dentro do recreio, aquele Recreio para ele era o céu, aquilo ali, quando ele via a gente tudinho ali dentro, saltando, finado Othon ele ficava ali no meio que nem um bonequinho velhinho no meio da gente (*sic*).⁷⁵

Quanto à recreação no bairro de Casa Amarela, são lembrados pelos entrevistados: o Recreio Clube da Fábrica da Macaxeira e as organizações Culturais – Clubes Carnavalescos e Recreativos – Maracatus, Pastoris, Xangôs, Ligas de Dominó e Clubes de futebol, presentes na história e na vida dos moradores de Casa Amarela.

⁷⁴ Depoimento ao autor no dia 05 de fevereiro de 2005, na Comunidade do Morro da Conceição.

⁷⁵ Trecho da entrevista com a moradora, Antônia Vidal de Lima, que participa da Comunidade do Morro da Conceição em Casa Amarela-PE. Entrevista realizada pelo autor no dia 04 de Março de 2005, na sede do CERVAC (Centro de Reabilitação e Valorização da Criança), no Morro da Conceição.

Em 1946, funda-se, no largo da feira de Casa Amarela, a primeira Associação de Bairros, com a conseqüente participação dos moradores nas discussões sobre a falta de infra-estrutura, principalmente em relação ao transporte coletivo. Podemos constatar como o problema era grave, a partir da notícia abaixo, publicada em 1954.

O Morro da Conceição é um local tão populoso quanto o Alto José do Pinho e outros lugares de idêntica pobreza do Recife. Entretanto, em que pese essa igualdade de população e, talvez, de extensão demográfica, o Morro está se ressentindo da falta de transportes coletivos. Ali não há omnibus nem autolotações para satisfazer as necessidades dos seus moradores (*sic*).⁷⁶

Entre 1955–1964, cresce o movimento representado pelas Associações de Bairro de Casa Amarela, estimulado pela Prefeitura do Recife, principalmente, através do MCP (Movimento de Cultura Popular). As populações dos Morros e alagados foram as que mais ganharam. Havia uma preferência do grupo de teatro do MCP pelas associações de moradores da periferia. O mais importante é que, pela primeira vez no Recife, o teatro não era apenas usado como divertimento, mas um meio nas discussões dos problemas, desempenhava o papel de caráter social.

⁷⁶ Difícil a visita ao Morro da Conceição. Diário de Pernambuco, Recife. 05.12.1954. p.3.

A posse de D. Hélder Câmara na Arquidiocese de Olinda e Recife, em 1964, foi fundamental para uma melhor organização do movimento popular que já existia no Morro da Conceição. As Associações de Bairros passam a trabalhar em sintonia com a Arquidiocese de Olinda e Recife, quando, em 1966, surge no Recife, a partir da iniciativa de Dom Hélder Câmara, a “Operação Esperança”.⁷⁷

Este não foi um movimento de Evangelização, consistia em um trabalho de ajuda às vítimas das enchentes dos rios Capibaribe e Beberibe, no ano de 1965, e com ele a Igreja passa a estimular a criação de Conselhos de Moradores em diversos bairros, inclusive no Morro da Conceição.

Os trabalhos eram desenvolvidos por comunitários e algumas assistentes sociais, numa tentativa de mobilizar a população “porta a porta”, passando filmes, discutindo sobre a importância da organização e dos problemas existentes. Nessa época, existiam aproximadamente trinta conselhos de Moradores no grande Recife.

A formação desses conselhos partia sempre das classes populares. Neles, entretanto, coexistiam práticas antigas, clientelistas e tentativas de uma maior participação popular autônoma, num processo lento de aprendizagem. Sobre esse

⁷⁷ Embora tivesse um aspecto assistencialista, a operação se justificava uma vez que certas demandas deviam ser respondidas de imediato, tais como abrigo, roupas e alimentos. A Operação Esperança ofereceu as chances para o surgimento de lideranças populares que assumiam posturas políticas no seu meio e diante de autoridades (SILVA, 2003:160).

trabalho, temos o depoimento do Sr. Williams dos Santos, membro da CEB da paróquia do Morro da Conceição.

(...) Não conhecia nada de comunidade, nem do movimento popular, fui vendo as coisas e tomando conhecimento de tudo o que ocorria. Sempre morei no Morro da Conceição e acho que a comunidade deveria lutar mais pelos seus interesses, tentando melhorar um pouco as dificuldades. Confesso que já estou há vários anos e ainda continuam quase as mesmas lutas, não por nós, mas pelas dificuldades que encontramos junto aos órgãos governamentais.⁷⁸

Em julho de 1975, num salão paroquial do bairro de Nova Descoberta, houve uma reunião de padres, leigos e militantes políticos de oposição, na qual fundou-se o Movimento Terras de Ninguém, com o intuito de organizar a luta pela desapropriação das terras de Casa Amarela, onde estava situada a Empresa Imobiliária de Pernambuco ⁷⁹.

A mobilização da população se fazia necessária também com relação aos problemas de moradia durante o inverno, quando os moradores das encostas dos morros se achavam sempre ameaçados por acidentes.

De certo modo, na organização dos moradores, não se tratava de tão somente negar que aquelas terras pertenciam à

⁷⁸ Trecho da entrevista dada ao autor, pelo agente pastoral, Williams dos Santos, no dia 24 de Agosto de 2004. Williams foi coordenador do Conselho Pastoral dos Altos e Córregos de Casa Amarela, e participante da comunidade de N. Sra. Da Conceição. Recife-PE.

⁷⁹ Fundada em 1945, a Imobiliária pernambucana cobrava taxas pelo uso do solo do Morro e, até a década de 70, essa prática foi mantida.

referida empresa, nem que a injustiça era algo que existia. Para que o movimento fosse estimulado e ganhasse força entre a comunidade pobre do Morro, foi preciso que as lideranças do bairro, juntamente, com a Igreja, convencesse o povo da necessidade de desmistificar o adversário, ou seja, deixar de conferir a ele o caráter de invencível que ele nunca teve.

No entanto, havia uma forte tendência em direção à total submissão, isso sem dúvida pelo temor que os órgãos do Estado despertavam, e que faz a sociedade se recusar a perceber sua força. Até aquele momento, mesmo as mais audaciosas ações estavam teoricamente comprometidas, principalmente no que diz respeito à relação entre o desejo de lutar e a forma de como fazê-lo. Daí, a grande importância da presença das CEBs no trabalho de convencimento da população humilde de que a proposição é exatamente o contrário, pois, quem se crê vencido antes da luta, torna-se, ao mesmo tempo, impotente e irresponsável.

Com a fundação do Movimento Terra de Ninguém, tem início as primeiras manifestações políticas junto ao Estado, pela desapropriação da área então pertencente às famílias tradicionais que diziam ter sido beneficiadas como bem de

herança. Segundo essas famílias, toda área em litígio fazia parte do antigo engenho São Pantaleão do Monteiro.⁸⁰

Em 1981, a Comissão de Justiça e Paz colocava seus advogados e auxiliares para acompanhar 93 conflitos que envolviam questões de solo urbano, como invasões, remoções, etc. Segundo Passos, (1984:117): “tais áreas de conflito pela posse e uso do solo eram de responsabilidade de particulares e órgãos públicos, muitas delas originadas pelo processo de modernização urbanística do Recife”.

Nesse processo, o MTN contava com o apoio de vários clérigos, dentre eles, Reginaldo Veloso da paróquia da Macaxeira e Roberto, de Nova Descoberta. O movimento contava ainda com o apoio da Arquidiocese de Olinda e Recife na pessoa do seu Arcebispo D. Hélder Câmara, o qual dará sua contribuição, em 1975, no processo de construção da Paróquia do Morro da Conceição.

O primeiro vigário da Paróquia será o Pe. Geraldo Leite Bastos, a pedido do conselho Pastoral dos Altos e Córregos de Casa Amarela, vindo da comunidade de Ponte dos Carvalhos, no Município de Jaboatão dos Guararapes. Entre

⁸⁰ As terras onde se situa hoje o bairro de Casa Amarela, foram um desdobramento do antigo engenho São Pantaleão do Monteiro, de propriedade do colono Leonardo Pereira. Depois o engenho passou para Dona Jerônima de Almeida e desta para Gaspar de Mendonça. No século XX, o bairro ganhou uma nova configuração urbana, a ocupação dos morros. As famílias Marinho e Rosa Borges, diziam-se herdeiras dessas terras, fato contestado pelos moradores do Morro. Segundo o movimento Terras de Ninguém, a posse dos terrenos foi adquirida indevidamente por um empregado da Irmandade de São Cosme e São Pantaleão, ambas já extintas (FUNDAJ, 2001:28-32).

1975 e 1979, os principais problemas discutidos na comunidade do Morro da Conceição foram a falta d'água, o direito à educação, saneamento, construção de creches, entre outros.

Em 1977, inicia-se uma experiência de articulação maior da pastoral junto ao povo, e, para isso, é criado um Conselho de Pastoral que, através de comissões e equipes de estudo, vai se preocupar em fazer análises da realidade, com uma dinâmica de funcionamento que convergia para a ação; não qualquer ação, nem para levar a um mero ativismo inseqüente mas, àquela efetiva, aonde o militante ia convencido de que se tratava de uma experiência para a consecução do plano de Deus para aquela porção da Humanidade. Tal atitude se traduzia em um apelo pessoal forte, que levava o militante a engajar-se nela, comprometendo-se a trazer os resultados necessários ao crescimento do projeto.

A respeito dessa “caminhada”⁸¹ uma participante da CEB compôs os seguintes versos que fazem parte de uma consideração maior:

“Dez anos que a nossa mãe avisa, aos
trabalhadores que o Evangelho sagrado é
descobrir o amor, juntando outras pessoas ,

⁸¹ Caminhada - Expressão muito utilizada pelos participantes.

e preparando as ações: não é sentar na cadeira pra ouvir televisão”.⁸²

⁸² Autora: Maria Lima da Silva. Boletim do MEEI. AOR, Recife, nº 115, ano 10, Out. 1975,p.2.

CAPÍTULO III

**EXPERÊNCIAS ECLESIAIS: ORGANIZAÇÃO,
MOVIMENTO E LUTA, A VIVÊNCIA ECLESIAL COMO
MODELO PARA UMA CIDADANIA ATIVA**

Em tudo, a gente deve partir sempre de nossos interesses de povo pobre e não dos interesses dos que, hoje, se encontram no poder. Toda essa opressão que chega sobre nós tem sua raiz no pecado: as terras nas mãos de quem não precisa dela, os operários sujeitos a ganharem um minguado salário, gerando frutos como a fome, a mortalidade infantil, o analfabetismo. Esse grande pecado é agora social e se chama sistema capitalista. (Trecho do Documento elaborado pelo III Encontro Intereclesial de Comunidades de Base, reunido em João Pessoa, 1978).

Em maio de 1978, o padre Reginaldo Veloso egresso da paróquia da Macaxeira, inicia um trabalho pastoral de grande amplitude, tendo como principal objetivo a criação de novas comunidades. Nesse mesmo ano, entre 10 e 23 de julho, realiza-se em João Pessoa, PB, o III Encontro Nacional e Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base,⁸³ o que

⁸³ O III Encontro Nacional e Intereclesial das CEBs congregou 150 participantes entre representantes de comunidades de 47 Igrejas de todo o país, 17 bispos, 18 agentes de pastoral e nove assessores de várias especialidades. Este evento marca um ponto culminante na trajetória da Igreja Católica, a consciência eclesial viu-se despertada pelo fato escandaloso das imensas maiorias empobrecidas e exploradas que compõe a nossa realidade latino-americana. Lenta, mas persistentemente foi se perfilando em amplos setores da Igreja uma opção clara: opção pelo povo, pelos pobres, pela libertação. A Comunidade Eclesial de Base (CEB) seria o lugar onde se realizaria a essência teológica da Igreja e, ao mesmo tempo, a prática de libertação dos pobres pelos próprios pobres (BOFF, 1980:127).

comprova uma sintonia da paróquia do Morro com a conjuntura nacional.

Após o encontro da Paraíba, a discussão torna-se mais ampla quando, nesse novo panorama, surgem, na comunidade do Morro, vários conselhos ou associações de moradores, que promovem importantes eventos, como a comemoração do aniversário do Movimento Terra de Ninguém.

Nessa época, nasce o embrião de várias organizações, como o Centro de Leitura e Informação do Morro da Conceição (CLI),⁸⁴ cuja preocupação é a de promover o processo de evangelização do Morro, com qualidade e agilidade, ao lado das famílias que freqüentavam a missa dominical, as quais assumem o compromisso de buscar os que ainda estão ausentes do convívio religioso.

No seio desse centro de trabalho, vão surgir, mais tarde, as organizações de ajuda mútua, como por exemplo: O Clube de Mães, Grupo de Gestantes e Cursos de Alfabetização de Adultos. Esse último, constituindo-se em prioridade dos jovens seminaristas, dos militantes de esquerda e do próprio MDB, que aproveitavam o manto protetor da Igreja para penetrarem nas áreas populares. A maioria trabalhava na paróquia do Morro, a convite de D. Hélder Câmara.

⁸⁴ O centro de Leitura e Informação do Morro da Conceição (CLI), ajudou a formar muitos jovens carentes, realizava cursos de formação e alfabetização para adultos, funcionava, como era de se esperar, dentro da paróquia do Morro.

Não foram poucos os que se dispuseram a facilitar o acesso às letras desse povo sem cidadania, cujo trabalho, valorizado por leigos e religiosos, era, sem dúvida, “a menina dos olhos” dos que faziam a Igreja Progressista.

Abaixo transcrevemos o depoimento da assistente social Janice Albuquerque, que lecionou a disciplina de Desenvolvimento de Comunidade, na Universidade Católica de Pernambuco. Janice começou seu trabalho na Comunidade de “Brasília Teimosa” com a operação Esperança, liderada por Dom Hélder Câmara.

(...) O movimento se via inicialmente como movimento social para melhorar as condições sociais no bairro, isso foi naquela época de Dom Hélder, havia uma percepção assim da realidade; hoje há uma percepção mais abrangente, que é um movimento social e político. Não se diferencia do social e do político, percebe-se que é um movimento só. Quando você fala do social, fala do político, e vice-versa, então o movimento hoje em dia percebe sua força política. E isso é uma evolução, a gente vê que tem tudo a ver com o processo de evolução, percepção, politização dos movimentos, pelo menos aqui no Recife. Acho que é também o retrato do que está acontecendo no Brasil em geral.⁸⁵

As paróquias do setor pastoral dos altos e córregos de Casa Amarela foram assumindo, em conjunto, esse jeito de evangelizar, onde, inclusive pessoas do povo, eram

⁸⁵ Trecho da entrevista com a Assistente Social Janice Albuquerque, que trabalhou com Dom Hélder Câmara na AOR (Arquidiocese de Olinda e Recife). Entrevista realizada pelo autor no dia 03 de Maio de 2005.

capacitadas para assumir a tarefa de evangelizadores, permitindo a formação de uma consciência crítica: “Ver”, a partir de uma consciência ética e evangélica; “Julgar”, a partir de uma consciência política; “Agir”, sendo capaz de transformar pessoas e estruturas sociais.⁸⁶

A utilização do método “Ver-Julgar-Agir” deu um sentido viabilizador ao projeto da ação evangelizadora da Igreja progressista no Morro da Conceição, o qual foi fundamental para a realização das práticas políticas dentro das CEBs. Nessa fase, o esquema trouxe a autonomia necessária para se reconhecer o ambiente que se desejava transformar. Com essa percepção da realidade, passava-se à ação, que tinha como objetivo a mudança.

A novidade estava, porém, não apenas na argumentação, mas sim, no fortalecimento de uma prática através do conhecimento teórico, dos problemas e necessidades da população pobre do Morro.

O fato das CEBs não surgirem espontaneamente, mas fruto de um processo social e histórico fez surgir à figura do agente pastoral que, na sua maioria, eram padres, religiosos(as) ou leigos (as), ou seja, participantes da estrutura hierárquica da Igreja. Esse agente pastoral se insere nas comunidades e ficam à frente das CEBs.

⁸⁶ Técnica de evangelização, originalmente conhecida como técnica de “revisão da vida” surge primeiro na Bélgica com os militantes de um movimento chamado Ação Católica Especializada. Trata-se também de um planejamento pastoral.

Sua presença implica na construção de um novo sujeito, diferente do construído pela estrutura tradicional da Igreja, realizando uma ruptura para com as significações que lhes foram introjetadas pela Instituição (Ilustração 3). Para ele, não existe sujeito totalmente submisso e passivo, não se aceita mais o modelo absolutista do exercício do poder na estrutura clerical. Na definição de Leonardo Boff:

As CEBs não são instrumentos para outra coisa distinta delas; na forma como se organizam, distribuem as tarefas, fazem circular as informações e democratizam internamente o poder, constituem uma miniatura de uma nova sociedade. Isso se traduz no respeito para com todos, no espírito de colaboração, na solidariedade como atitude permanente, no reconhecimento do valor do pequeno e no apoio aos mais pobres (BOFF, 1986:92).

As CEBs estimulam seus membros a agirem na sociedade para transformá-la, mas deixa que esta ação se faça através das associações de moradores, sindicatos ou partidos políticos.

Foi através do trabalho dos agentes pastorais da CEB do Morro da Conceição que surgiu a Federação das Associações, Centro Comunitário e Conselhos de Moradores de Casa Amarela (FEACA), que tinham como objetivo unir as entidades ligadas à Igreja, a fim de que, coletivamente pudessem encampar as lutas travadas pela população.

A FEACA foi fundada por cinco entidades existentes no bairro: Associação de Moradores do Alto da Favela, Associação de Moradores do Alto José Bonifácio, Conselho de Moradores do Córrego do Jenipapo, Conselho de Moradores de Nova Descoberta e a CEB do Morro da Conceição. Segundo seu estatuto, a federação tem por objetivo: “estudar, unir, apoiar as associações, centros comunitários e conselhos, na busca de soluções dos problemas das comunidades, principalmente no que concerne à saúde, educação e orientação, atividades culturais, representação e defesa de direitos”.⁸⁷

Essa organização comunitária foi criada em torno da paróquia do Morro, e desenvolvia um trabalho pastoral de suma importância junto aos moradores. O trabalho religioso fazia do Morro da Conceição um lugar especial para a ala progressista da Igreja. Era ali que a experiência de uma Igreja eleita para o povo trazia seus melhores resultados. Esse catolicismo popular teve, nos conselhos pastorais, a preparação evangélica da comunidade, que tinha como objetivo trazer para dentro do núcleo clerical esse povo esquecido pelo Poder Público, e cuja finalidade era incorporar à comunidade, uma responsabilidade coletiva na condução dos seus destinos. Nesse sentido, o Morro da Conceição foi

⁸⁷ Estatuto da Federação de Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela–FEACA. Capítulo 1. Art. 2º. 1984.

um exemplo de Comunidade Eclesial de Base, de como pastorais e movimentos populares podem abrir espaços à participação popular em um momento difícil da vida política do país.

3.1 A CEB DO MORRO DA CONCEIÇÃO: UMA ALTERNATIVA (TAMBÉM) POLÍTICA

No final da década de 1970, e início dos anos 80, com os movimentos populares⁸⁸ em todo o Brasil ganhando força, já era visível a crise política do governo militar. A transição democrática que se aproximava e, já em fase de negociação, fez com que o Morro da Conceição fosse colocado como prioridade na gestão do então Prefeito do Recife, Gustavo Krause.

Estava acontecendo o momento de “abertura” política no país e, em face da emergência dos protestos da sociedade civil, o Governo local lança, como tática política, um projeto denominado Desenvolvimento com Participação, ao que, a partir daí, estabelece-se um contato da Prefeitura com os bairros e vice-versa, através dos chamados Barracões.⁸⁹

⁸⁸ 1979: Criação do Movimento dos Sem-Terras; 1980: Criação do Partido dos Trabalhadores; 1983: Criação da Central Única dos Trabalhadores e 1984: Movimento Diretas Já.

⁸⁹ Os Barracões eram, na verdade, o NPC (Núcleo de Planejamento Comunitário) e o SAC (Sistemas de Ações Comunitárias). Eles atuavam na área com atividades de cunho assistencial, como apoio social na emissão de documentos, assistência jurídica e Médico-Odontológica. Funcionavam também como balcão de emprego, executando os trabalhos de recrutamento, seleção e admissão de pessoas do bairro para obras da Prefeitura no próprio bairro.

Krause toma posse em 1978 e seu primeiro programa para o Morro da Conceição “Levante a mão e defenda seu bairro”, onde tinha idéia de buscar uma cooperação constante entre a Prefeitura e a Comunidade.

Nessa situação, foram criadas entidades paralelas a serviço do Estado, havendo a descaracterização do Movimento Popular, que tinha como objetivo reivindicar e pressionar o Estado a cumprir seu papel político. Falava-se em um novo modelo de administração pública.

O objetivo do projeto era permitir uma melhor análise dos problemas do Morro da Conceição, no entanto, a cooperação que deveria ser constante entre as duas partes nunca existiu, o que é pior, ela deveria levar a uma coincidência nas soluções encontradas, numa percepção comum acerca dos problemas do Morro.

Daí, logo que o projeto oficial é apresentado à CEB, a comunidade passa a questionar a forma de participação da mesma nas decisões futuras sobre as obras de infra-estrutura a serem executadas no Morro pela Prefeitura do Recife, ao que, várias restrições foram colocadas ao projeto oficial da Prefeitura, pela Comunidade. Na verdade, dentro do novo contexto político que se apresentava, esse projeto nunca foi implementado como previa a Prefeitura. A comunidade, já bastante organizada, posiciona-se no sentido de uma participação ativa nas discussões, defendendo que, só quem

vive no Morro conhece seus verdadeiros problemas. Sendo assim, os técnicos enviados da Prefeitura, encarregados da implantação do projeto, não estavam em condições de determinarem o que era o melhor para a Comunidade. Na visão dos habitantes, eles seriam o instrumento do poder público para preservar a ordem existente.

Deste modo, os moradores do Morro rejeitam tudo que vem do poder oficial. Nesse pequeno exemplo, já se percebem as divergências existentes entre a CEB e o Poder Público. Os versos do poeta popular Cassimiro Rocha, 1981 expressam o sentimento da comunidade com relação ao projeto apresentado pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Governo Krause.

“Muitas coisas estão acontecendo,
muita gente está aparecendo
querendo saber dos problemas dos bairros
e prometendo tudo resolver.
Os bairros nunca ficaram calados
vêm políticos do governo,
vem governo passando por cima daquilo
que o povo quer.
Agora chega esse governo,
E foi em 79 que isto aconteceu,
Mandou levantar a mão
Defender o nosso bairro.
Em Casa Amarela, como já tinha organização
Foi só fazer uma reunião”.⁹⁰

⁹⁰ JUNIOR, Cassimiro Rocha. Cordel “Nascendo da Luta”, Federação de Casa Amarela, 1981.

Em novembro de 1979, o então presidente do Banco Mundial, Robert Macnamara, faz uma visita ao Morro da Conceição. Dentre os participantes da comitiva, estavam o Prefeito do Recife, Gustavo Krause e o Governador de Pernambuco Marco Maciel.

Pode-se afirmar com toda a segurança que tal visita era apenas mais um instrumento da sempre eficiente política populista, realizada por políticos ligados ao Governo. A Imprensa dizia que, através do Banco Mundial, seria liberada uma verba para que a Prefeitura do Recife implementasse um projeto de urbanização, com a finalidade de dar melhores condições de acesso ao Morro. Talvez, por ser o Morro um colégio eleitoral tão importante, essas visitas eram comuns em época de eleições. Nessas ocasiões sempre trocavam-se palavras e alimentos, dádivas e paliativos com os seus habitantes, numa tentativa de esconder o real objetivo das visitas.

A Imprensa, naquele dia, registra que foi lido para as autoridades presentes um discurso preparado pela Comunidade Eclesial de Base do Morro da Conceição, que no seu início diz o seguinte:

Nós moradores do Morro da Conceição, aproveitamos a oportunidade de sua visita, queremos dizer de viva voz que estamos esperando as obras que estão prometidas

em nosso favor, muito embora reconheçamos que aí não terminam os problemas. As preocupações continuam, pois sabemos inclusive das necessidades que são de toda uma classe pobre.⁹¹

Nesse discurso, é mostrado claramente que havia grandes problemas a serem superados pelos moradores do Morro, dentre os quais, o maior era a falta d'água. A esse respeito, o Diário de Pernambuco noticiava, em 1973, o depoimento da moradora do local dona Olga Lins Vital, que alertava “para a grave situação: “(...) o pior vai ser no dia da festa, quando todo mundo pede água na casa da gente por causa do calor, e não se pode dar – diz dona Olga”.⁹²

A conquista do poço localizado na Praça do Trabalho, para abastecimento de parte do Morro onde, o problema era mais grave, é resultado da clara disposição dos moradores ao enfrentar o Poder Público e qualquer projeto que não passasse pela discussão da comunidade. Assim, o Conselho de Moradores começa a ganhar identidade como representante do povo junto àquele poder.

Vemos, portanto, que a luta contra a carência d'água foi fundamental para o fortalecimento dos conselhos de moradores do bairro, que nascem a partir do trabalho conjunto com a Igreja.

⁹¹ Jornal do Comércio, 10.11.1979.

⁹² Pagador de promessas está subindo o Morro. Diário de Pernambuco. 07.12.1973. p.2.

Sua consolidação se dá, após uma reunião entre as várias Comunidades, sob o tema “água para o morro”, quando foram encaminhadas à Prefeitura uma série de reivindicações que deveriam ser acrescentadas ao projeto original da gestão Krause, na Prefeitura do Recife.

Os efeitos deste processo de organização abre, sobremaneira, a participação da Comunidade nas discussões sobre os problemas que afligiam o local, sempre contando com um grande número de moradores e, apoiada pela Igreja, fazia reuniões e aprofundava o debate sobre a carência do Poder Público no Morro da Conceição.

O momento histórico era, sem dúvida, excepcional e teria vida relativamente longa. A Comunidade Eclesial de Base, organizada pela Igreja progressista, logo se transformaria em um movimento mais amplo, quando da criação do Conselho das Comunidades Eclesiais de Base no Morro da Conceição e Adjacências, definindo suas atividades através de comissões ou equipes de estudo e análise da realidade.

Esse Conselho, será o primeiro no Brasil a se consolidar como pessoa jurídica,⁹³ fato que vai ajudar ainda mais o trabalho das várias comissões e grupos criados pelos

⁹³ PERNAMBUCO, Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco. 1º Cartório de Registro de títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Diário Oficial de 11.05.1991. Protocolo: Nº 137149, 04.07.1991. Ver anexo II.

moradores, no intuito de discutir e melhorar a difícil condição de vida da população humilde dos morros de Casa Amarela.

No começo da década de 1980, o trabalho da CEB passou a contar com uma maior participação das bases. Foram criados, no Morro da Conceição, vários grupos de assistência comunitária, sendo cada grupo responsável por uma ação social previamente discutida dentro da Comunidade (Ilustração 2).

Esses grupos eram chamados de comissões de reivindicações, e foi com uma ação junto à Prefeitura do Recife, através de um abaixo-assinado, que a CEB do Morro da Conceição conseguiu uma escola para as crianças em processo de alfabetização.⁹⁴

⁹⁴ Por ocasião da inauguração da escola que tomou o nome de Mardônio Coelho, o poeta popular Paulo Soares, fez uma homenagem com os seguintes versos:

Era falta de habitação
era barraco sem energia
era criança sem pedaço de pão
e pai que não sabia o que fazia.
Era moça se prostituindo
era rapaz na esquina
e a calamidade aumentando
e o povo entregue à própria sina.
Depois da oração
se chegou à conclusão
que a falta de Escola
retratava aquela situação”.
De um Cordel intitulado “História do Colégio Mardônio Coelho”
preparado para a inauguração da escola em janeiro de 1985, escrito
por Paulo Soares, membro da comunidade.

GRUPOS DE TRABALHO DESENVOLVIDOS COM A AJUDA DA CEB EM CASA AMARELA - RECIFE (PE):

Ao longo da luta pela melhoria do bairro, várias equipes e/ou comissões são formadas, como por exemplo, a Equipe de Saúde, que tinha como objetivo a educação sanitária e ações na área de saúde preventiva, realizando palestras e reuniões dentro da Comunidade. Essa equipe distribuía gêneros alimentícios para a comunidade carente e realizava exames laboratoriais na sede do Conselho de Moradores, buscando um controle de doenças e acompanhamento nutricional nas escolas públicas. Outra função de destaque da equipe de saúde foi a criação de um órgão de apoio às crianças portadoras de deficiência, o Centro de Reabilitação e Valorização da criança (CERVAC), que contava com atividades de fisioterapia.

A Comissão de Barreiras tinha a obrigação de desenvolver um trabalho de fiscalização, junto ao poder Público e Municipal, das obras de infra-estrutura, controle de erosão de encostas, drenagem e pavimentação, como também participar da comissão de obras da FEACA - Federação de Associações de Casa Amarela. A Federação englobava, também, um grupo específico de 500 famílias de moradores que lutavam pela entrega de títulos definitivos de posse, como também pela aquisição de material de construção subsidiado pelo Governo.

O Grupo de Mulheres objetivava a defesa dos direitos das mulheres da comunidade, tais como: direito a creche para os filhos menores, direito a um período de amamentação e proteção, caso sofressem maus-tratos por seus parceiros. Dentre creches e escolas, destacavam-se, a “Flor da Comunidade” e a Escola Comunitária Sonhar é Viver, que proporcionava a educação básica, a 100 crianças de 01 a 06 anos, cuja administração ficava a cargo de sete membros da comunidade.

A educação de adultos ficava por conta da Escola Vida Nova, pioneira na educação itinerante da comunidade. Outra atividade educacional oferecida pela CEB, era a oficina de música, a qual objetivava retirar as crianças da rua, dando-lhes ensino musical e encaminhando-as posteriormente ao Conservatório Pernambucano de Música.

Também foi criada uma comissão de segurança, que tinha como finalidade preservar a segurança do bairro. Essa comissão elaborava um trabalho preventivo junto às escolas, garantindo uma educação preventiva contra a violência.

Outro setor de ampla atuação foi o que deu oportunidade à comunicação interna no bairro, realizada através do boletim informativo de nome “Quatro Bocas”, que continha a coluna **A Voz do Morro**, responsável pela divulgação de todas as atividades dos grupos de trabalho da CEB, como também pela mobilização dos moradores da comunidade para eventos

festivos e protestos reivindicativos contra o Poder Público. O grupo de comunicação contava também com uma rádio comunitária, que produzia programas diários para a comunidade.

Num aspecto, os dados deixam claro que, aos poucos a CEB vai conseguindo reunir todas as lideranças do Morro em prol do fortalecimento do trabalho social dentro da comunidade.

3.2 AS CEBs NO DECLÍNIO DO REGIME MILITAR: DEMOCRACIA, CONFLITOS E PERSPECTIVAS

Com o fim do regime militar, e conseqüentemente a abertura política, haverá um refluxo dentro das CEBs. Não obstante, até para justificar a ordem de exposição aqui escolhida, partimos das instituições sociais e suas influências políticas para tentar compreender esse recuo das CEBs, até porque, esse lado foi o menos estudado até hoje, pois, o efeito da luta pela redemocratização e da reconstituição dos canais habituais da sociedade civil, decididamente, contribuirá para um deslocamento significativo dos membros das CEBs, para as diversas organizações que começavam a apontar um novo caminho político para o país, cuja a idéia era, por vias pacíficas, disputar o parlamento e reorganizar a sociedade civil.

Nessa etapa, ocorre o projeto de liberalização política, inaugurada por Geisel, e levado adiante por João Figueiredo, com o abrandamento da censura e o reajustamento da área de segurança, dando início a uma reversão do processo revolucionário. No plano político ideológico, os 15 anos subseqüentes a 1964 constituíram um período de capacitação e incremento do potencial da instituição militar para torna-se um ator político relevante, ou seja, "diante da percepção crítica dos problemas existentes no sistema anterior, a instituição militar desenvolve ação efetiva no sentido de reformular-se e reformular o sistema" (DREIFUSS,1983:97).

Organizaram-se os sindicatos os partidos políticos, como também federações estaduais e municipais de associações de moradores, os quais tinham o Estado como seu opositor. Esses movimentos trabalhavam como se fossem alternativas ao poder político, pois o Estado era visto como inimigo, não como parceiro, devido à imensa desigualdade social.

Portanto, o período foi de grande valor para as CEBs, onde as comunidades contribuíram, decididamente, com sua própria institucionalidade organizativa, material e simbólica, influenciando as relações sócio-políticas. Sobre a década de 1980, os estudos apontam para um rico período dos movimentos sociais no Brasil. De acordo com Doimo (1995):

O período de 1979 a 1990, foi o tempo da vez e voz do povo, onde o sentido de povo é amplamente recuperado e reelaborado: de clientela cativa, passa a ser visto como

aquele que não se deixa cooptar e manipular; de massa amorfa, torna-se um coletivo organizado e predisposto a participar continuada na luta por seus interesses; de um ser subordinado ao Estado-nação e às vanguardas políticas, brota o ser autônomo e independente; de mero objeto das instituições de representação política, emerge o sujeito realizador da democracia de base e direta e propositor de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais (p.124).

Historicamente, grande parte do movimento católico progressista, seus melhores quadros, inclusive agentes pastorais das diversas organizações católicas, vão participar ativamente na reorganização partidária das esquerdas, praticamente desmantelada pelos vinte e um anos de ditadura militar. Ferreira & Almeida (2003:274), ao se referirem a esse período afirmam que o então jovem Partido dos Trabalhadores, o PT, fora um dos elementos centrais de mobilização popular na campanha das **Diretas Já!**, sendo o responsável, em boa medida, pela incorporação no debate político de amplos segmentos de trabalhadores, tanto no campo como na cidade”.

No seio das CEBs essa recente prática política acarretou um duro golpe na conduta de vida dos seus primeiros adeptos, cujos agentes pastorais mais aguerridos partiram para outra esfera de luta. Em última análise, houve um esvaziamento dos

seus membros, mas nunca o fim das suas atividades, idéia que é fundamental para nossas considerações.

Para discernir o nexó entre as Comunidades Eclesiais de Base e a eclosão de inúmeros movimentos sociais em todo o país, mencionaremos, a seguir, alguns exemplos:

1979: Criação do Movimento dos Sem-Terras;

1980: Criação do Partido dos Trabalhadores;

1981: Movimento dos trabalhadores para a construção de Centrais Sindicais;

1982: Criação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT);

1983: Criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT);

1984: Movimento Diretas Já;

1985: Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terras.

No plano internacional, depois da morte do Papa Paulo VI (em agosto de 1978, sem sucessor, João Paulo I, logo na sua primeira radiomensagem, afirmava: "(...) queremos conservar intacta a grande disciplina da Igreja, na vida dos sacerdotes e dos fiéis,... promoveremos a revisão dos dois Códigos do Direito Canônico... para assegurar...a solidez e a estabilidade das estruturas jurídicas" (*Apud*: LIBANIO,2000:163).

Logo, em toda América Latina, a Igreja vaticanista começa a substituir os bispos ligados à TL, pela nomeação sistemática de bispos conservadores. Segundo essa linha interpretativa, houve uma grande desilusão com o Concílio. A Idéia é que a Igreja encontra-se numa crise ideológica, que, só pode ser superada por uma nova centralização eclesial.

Em relação à CEB do Morro da Conceição, a crise do Regime Militar é marcado por dois acontecimentos que estão diretamente ligados ao pároco do Morro, o Padre Reginaldo Veloso. O primeiro, trata-se da expulsão, do país, do Padre italiano Vito Miracapillo; e o outro, a crise vivenciada entre a Arquidiocese de Olinda e Recife, e o seu Arcebispo, Dom José Cardoso Sobrinho, pertencente à ala conservadora da Igreja, e a CEB do Morro da Conceição, por ocasião da remoção do pároco, grande incentivador do trabalho daquela comunidade.

A questão do padre Vito Miracapillo tem origem no dia 07 de setembro de 1980, na cidade de Ribeirão (PE), quando o religioso nega-se, por escrito, a celebrar uma missa programada pelo Prefeito e por políticos da região ligados ao PDS, a fim de comemorar a Independência do Brasil.

Nesse mesmo dia, o Deputado Estadual Severino Cavalcanti solicita na Assembléia Legislativa da Cidade seu enquadramento na Lei dos Estrangeiros, conseguindo um requerimento que solicitava ao Presidente da República a expulsão do sacerdote.

O fato vai envolver toda a comunidade cristã progressista, na qual se destaca a figura do Pe. Reginaldo Veloso, que sai em defesa do prelado italiano. O Pe. Veloso escreve um hino em homenagem ao pároco, cujo título “VITO, VITO, VITÓRIA”, tinha uma estrofe considerada ofensiva ao Superior Tribunal Federal (STF).⁹⁵

Em defesa do Pe. Veloso, nesse mesmo processo, o Arcebispo do Recife, D. Hélder Câmara, ao depor, no dia 14 de maio de 1981, diante do Conselho Permanente de Justiça da Marinha, da 7^o CJM, afirma que:

(...) Não é uma estrofe de uma música que atenta contra a segurança nacional, e sim uma bomba que estoura, um sargento que morre, um capitão ferido e vem um grupo que assume o atentado e se dispõe a dizer que vai combater a canalha comunista infiltrada nas camarilhas do planalto, isso sim é contra a segurança nacional. Quando o presidente e toda a nação clama que querem uma abertura e ocorre isso, isso é grande. Isso atenta contra a segurança nacional. Agora, um pensamento como o do padre Reginaldo, isso não é contra a Segurança Nacional e estamos aqui perdendo tempo e dinheiro, me perdoem se extrapolei.⁹⁶

⁹⁵ Segundo o Procurador militar, o hino continha na 4^o estrofe versos injuriantes e difamantes, com palavras, altamente ofensivas à dignidade, decoro e reputação da Suprema Corte do País. A referida estrofe foi a seguinte:

“Onze Juízes um tribunal,
Onze, o Supremo coito venal,
Onze, a vergonha nacional,
Pisam o Direito, celebram o mal”.

⁹⁶ D. Hélder referia-se ao atentado no Rio-centro, quando milhares de jovens se preparavam para assistir, em 30 de abril de 1981, a um show em homenagem ao Dia do Trabalho, com grandes nomes da MPB, muitos deles simpatizantes da esquerda. Superior Tribunal Militar 14.05.1981. Extrato da ata da 72^o sessão, em 05 de outubro de 1981, constando o resultado do julgamento na ata da 75^o sessão, em 09 de outubro de 1981.

Julgado pela auditoria Militar da 7CJM, com base na Lei de Segurança Nacional, o Pe. Reginaldo Veloso foi condenado a dois anos de reclusão, porém, posteriormente, a pena é reduzida para um ano, pelo Superior Tribunal. O pároco da Conceição, no entanto, obteve o direito de recorrer em liberdade, na condição de réu primário.

Não menos importante foi o seu segundo processo na justiça. O religioso voltaria ao banco dos réus em 1982, acusado de crime de ofensa ao Supremo Tribunal Federal, em virtude de ter escrito uma “Carta Aberta aos Bispos do Brasil”, na qual afirmava que: “não se pode confiar na justiça de um país onde se condena por encomenda”.⁹⁷

O processo de 1982 ganha destaque. Dezenas de entidades nacionais e organizações internacionais católicas prestam solidariedade ao padre Reginaldo Veloso, numa lista quase interminável de entidades, que incluía onze congregações diferentes atuantes no Brasil, bem como, nove paróquias de países, como Peru, Colômbia, Chile, Itália, e França; vinte paróquias de várias dioceses brasileiras, incluindo as de Olinda e Recife; oito Comunidades Eclesiais de Base de países latino-americanos, e, ainda, grupos ligados à Igreja, 21 entidades civis, também dão o seu apoio, assim

⁹⁷ Diário de Pernambuco. 22.06.1982.

como dezenas de pessoas públicas manifestam sua solidariedade ao padre Veloso.

Assim, na conjuntura de repressão perpetrada pelo regime militar, o espaço da CEB transformou-se, rapidamente, em espaço de resistência ao regime. Por sua ligação direta ao cotidiano das pessoas, pela liberdade institucional que gozava dentro da Igreja e pela sintonia com o padre Reginaldo Veloso, com as reivindicações populares, a CEB não só se transformaria em espaço de resistência, como também em uma força de criação dos diversos movimentos que surgiram em defesa do pároco.

Conforme foi mostrado ao longo dessa pesquisa, a comunidade da Igreja do Morro da Conceição era detentora de um grande capital político disputado pelo Estado, na medida em que começa a se organizar para reconquistar o espaço de sua cidadania. O Estado percebe que perdeu a condição de manobra e do controle das formas de silêncio, exercido pela privação dos direitos. Poder-se-ia falar que a censura e a opressão terá muito mais dificuldade em abafar o grito dos oprimidos, parece-nos que o uso desse capital político representava a possibilidade de a Igreja alijar do poder político qualquer concorrência à sua esfera de influência, ou seja, a guerra no Morro começava exatamente na derrota do padre condenado.

Portanto, parcelas significativas das questões políticas vividas nesse período pela CEB estudada, advém do contexto de crise, não podendo, porém, jamais serem compreendidas meramente numa perspectiva religiosa de apoio ao padre Reginaldo Veloso; ao contrário, são indicadoras de uma nova etapa, de recriação e de aprofundamento do processo de conscientização, já antes desenvolvido dentro da Comunidade.

Ora, o que se percebe é que houve um longo e árduo tempo de maturação e gestação dessas novas perspectivas e práticas. Todavia, ao indicar o surgimento de novas utopias, assim como formas de luta para alcançá-las, a Igreja Progressista lança alguns alicerces que vão ultrapassar o tempo abrangido por essa pesquisa, num processo de real profundidade para a compreensão da realidade social do povo.

Em 1985, o Papa João Paulo II convoca um grande Sínodo, por ocasião do 20º aniversário do Concílio Vaticano II. As grandes estruturas conservadoras da Igreja vão defender uma retomada da identidade Católica; levantam-se os pontos negativos da Igreja nos últimos anos. Para esse grupo, a secularização da Igreja ao atribuir autonomia e capacidade crítica à modernidade, contribuiu para o enfraquecimento do Vaticano, uma vez que reduz-se sua autoridade institucional. A autonomia era assim vista como um

grande e perigoso caminho. Enfatizava-se que o laicismo aliado ao comunismo formava um veneno letal que, freqüentemente, atuava junto à Teologia da Libertação.

Nestas condições, em 1985, ano da aposentadoria de Dom Hélder e, por conseguinte, da sua sucessão, a Igreja brasileira está no centro das preocupações dos restauradores romanos. O medo de uma Igreja paralela àquela da hierarquia romana marcou a lógica da sucessão de Dom Hélder. Assim, o então arcebispo de Olinda e Recife ao completar, por questão da idade, seu tempo à frente da Arquidiocese, teve sua aposentadoria aceita imediatamente pelo Vaticano.

Com a nomeação do novo bispo, D. José Cardoso Sobrinho, toda estrutura criada por D. Hélder Câmara que dava suporte as ações das CEBs foi desmantelada. Sob esta ótica, o discurso que confirmou o papel do Clero conservador em Pernambuco perpassava pelo ataque às CEBs, ou seja, com o novo Bispo atuando nesse sentido na Arquidiocese de Olinda e Recife.

Na mesma linha, dentro das dobras do manto da Igreja conservadora, haverá o fechamento do ITER (Instituto Teológico do Recife),⁹⁸ do Seminário Regional e da Comissão de Justiça e Paz, criada por D. Hélder, em 1977 para defesa

⁹⁸ O Instituto Teológico do Recife (ITER), foi fundado em 1968 em substituição ao antigo seminário maior de Camaragibe. Foi um grande difusor da Teologia da Libertação, a idéia era promover um ensino mais pastoralista que intelectual. Os futuros clérigos freqüentavam os cursos dados, mas viviam em pequenas comunidades.

dos presos políticos. Além disso, outras ações desencadearam diversos conflitos no interior da CEB do Morro da Conceição.

Com rapidez e determinação surpreendentes, entre 1988 e 1989, o Arcebispo chega a dismantelar uma grande parte da rede da Igreja popular. Ele ataca, particularmente, a Pastoral popular: em 1989, uma dezena de padres se vêem intimidados a abandonar a Diocese. Em 1º de setembro sai o decreto, proveniente da congregação pela educação católica, ordenando o fechamento do ITER e do Seminário Regional. “Em dezembro de 1989, uma afronta de mais ou menos seis meses causa, por sua vez, a extinção da Comissão de Justiça e paz” (Montenegro, et. Col.2000:137).

Não faltam exemplos do autoritarismo do bispo Cardoso Sobrinho. De todos os atos, porém, o que teve mais repercussão na opinião pública foi a expulsão do Padre Reginaldo Veloso da paróquia do Morro da Conceição.

O Padre Veloso foi destituído da Paróquia e suspenso das suas funções sacerdotais. A decisão de afastá-lo não foi aceita pela Comunidade do Morro e, na ocasião, a solidariedade foi enorme: telegramas, mensagens e cartas de apoio vieram de toda parte. A mobilização e reação da comunidade perduraram por dez longos meses, o que levou a uma intensa organização da CEB, sendo o novo vigário, padre Constante Denielniez, designado pelo arcebispo, rejeitado

pelo povo, que, “cerrando fileiras em torno do Padre Reginaldo, chegando ao ponto de ocupar o templo, promovendo manifestações e, conseguindo obter o apoio de entidades do movimento popular e receptividade na imprensa” (BURITY, 2000:7).

Por outro lado, a comunidade católica, mesmo excluída da Paróquia com a expulsão do Pe. Reginaldo continuou sua luta na construção de uma Igreja comprometida com o povo pobre do Morro. O que ocorre neste caso tem proporções muito mais sérias, pois o grupo que manteve seu apoio ao padre Reginaldo chegou ao ponto de relativizar a autoridade hierárquica e desafiar a própria essência da Igreja, segundo o velho dogma do, “onde estiver o bispo, aí estará a Igreja”, criando uma Igreja paralela. “Lançando mão do recurso jurídico da associação civil sem fins lucrativos, as comunidades de base da área separaram-se da Paróquia, confirmaram o padre Reginaldo como seu animador principal, sem aceitaram para si a pecha de cismáticas” (BURITY,1997:12).

Diante desse processo, manifesta-se o desejo, em algumas CEBs, de terem uma maior autonomia, isto é, lutar pelo direito de ser Igreja do seu jeito. Surge, então, uma oposição ao poder centralizado e autoritário do Clero, à cultura patriarcalista e paternalista e a concentração da eclesialidade na administração dos sacramentos vão ser

combatidos pela CEB do Morro da Conceição. É que, a saída de Dom Hélder Câmara da Arquidiocese de Olinda e Recife em 1985, e, com a atuação do novo bispo Dom José Cardoso Sobrinho, a orientação dada à Igreja em Recife deixava à margem todo o trabalho das CEBs que ia na linha da Teologia da Libertação. Dessa maneira, as CEBs viram-se obrigadas a encontrar uma outra linha de trabalho mais independente em relação ao Arcebispo, buscando resistir e sustentar tudo o que os diversos setores pastorais populares anteriormente haviam conseguido.

Além do mais, embora a Igreja Progressista representasse um papel importante na Diocese, sempre se apresenta minoritária. Assim, para enfrentar esta nova situação, foi criada, em 1984, uma equipe de articulação das CEBs na Arquidiocese de Olinda e Recife.⁹⁹

A partir de então, esse novo perfil das CEBs, com mais autonomia em relação à Arquidiocese de Olinda e Recife, buscou, através dessa equipe de articulação, um apoio financeiro externo para diversos projetos de formação sócio-política de seus membros.

Tal postura pode ser melhor exemplificada a partir da análise da recorrência a esse apoio externo no qual, sem

⁹⁹ A equipe de Articulação de CEBs da Arquidiocese de Olinda e Recife foi criada em 1984. Formada por agentes pastorais, a equipe tem como objetivo geral a animação e articulação das CEBs, espalhadas por toda a Diocese.

dúvida, manteve e mantém até hoje o funcionamento das Comunidades Eclesiais de Base no Recife.

Das diversas instituições que forneceram ajuda para a CEB do Morro da Conceição, tivemos acesso aos documentos da “Adviescommissie Missionaire Activiteiten” (AMA)¹⁰⁰, com sede na Holanda. Pelo montante de recursos enviados destinados ao longo de vários anos, constatamos que a ajuda desta instituição foi fundamental para a sobrevivência das CEBs no exato momento em que as mesmas perderam apoio do Bispo do Recife.¹⁰¹

Portanto, a primeira conclusão a que chegamos é que, muito provavelmente, esse momento difícil, passado pela CEB, objeto de nossa pesquisa durante a investida conservadora, não foi dominante o bastante para a extinção do trabalho desenvolvido por ela no Morro da Conceição, prova disto, são as atas das reuniões da CEB, do Morro da Conceição entre os anos 1985 e 1995, que revelam uma intensa atividade social, assim como a participação de seus

¹⁰⁰ A Comissão Aconselhadora para Atividades Missionárias (AMA), com sede na Holanda, apóia grupos de leigos católicos em todo o mundo. Na América Latina, mantém um Departamento de Projetos chefiado por Jacintha Puntman, que repassava os valores solicitados para as CEBs no Brasil.

¹⁰¹ De 1994 a 2003, a AMA forneceu, para a Equipe de Articulação das CEBs, cerca de R\$-29.916,60 para projetos de cunho social organizados pelas CEBs. Com efeito, nesse momento, com o apoio da instituição holandesa, tudo parecia apenas transitório. Ver anexo III, comprovantes de depósitos.

membros na organização de movimentos políticos e religiosos.¹⁰²

Por fim, a grande tarefa apresentada às CEBs foi a da sua própria sobrevivência: Como viver a modernidade, fruto da Teologia da Libertação, numa realidade de regresso conservador vaticanista? Apesar de não parecer, a pergunta é profundamente reveladora deste momento das CEBs.

Às CEBs continuam vivas no seu tempo, permanecem com seu trabalho militante; muitas vezes, mudando seu foco de atuação para a transformação da estrutura e tocando, tangencialmente, na mudança de corações e mentes.

Assim, segundo Libânio (2000:135): “as CEBs estavam iniciando sua vida em 1966, e na década de 90 já são mais de 100 mil unidades, envolvendo vários milhões de fiéis”.

¹⁰² 1985: Seminário Regional–Eclesiologia de CEBs, encontro regional, 1986: VI encontro nacional de CEBs (Trindade-GO), 1987: Seminário de equipes diocesanas (Maceió-AL), 1988: Encontro de Agentes Pastorais (Recife-PE), 1989: VII Encontro nacional de CEBs (Duque de Caxias-RJ), 1990: Seminário “Compromisso Político depois das Eleições” (Triunfo-PE), 1991: I Interclesial Nordestino (João Pessoa-PE), 1992: VIII encontro nacional de CEBs (Juazeiro-BA), 1993: Encontro diocesano das comunidades (Recife-PE), 1994: 10º Seminário Regional (Recife-Pe), 1995: Seminário “Sinais de Ressurreição nas Comunidades (Campina Grande-PB).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1964 e 1985, vigorou, no Brasil, um regime de exceção; são os anos mais sombrios da história do país, quando os direitos civis e políticos foram duramente atingidos pelas medidas de repressão. O perigo comunista foi a desculpa mais usada para justificar o autoritarismo.

O período combinou a repressão política com índices também, jamais vistos de crescimento econômico. Entre 1970 e 1973, a economia brasileira viveu uma fase de euforia – para militares, tecnocratas, monopólios internacionais, burguesia nacional e uma classe média urbana ascendente. Em contraste com as taxas de crescimento, o salário mínimo continuou a decrescer, de acordo com o censo de 1970, o qual constatou que a distribuição de renda havia piorado no Brasil.

Nessa conjuntura, o subdesenvolvimento surge como um desenvolvimento dependente e associado ao desenvolvimento dos países ricos, cuja dependência significa opressão em nível econômico, político e cultural.

Paralelamente a essa conjuntura, emergem, no Brasil, as idéias do Concílio Vaticano II (1962 a 1965). A Igreja Católica, que até então tinha uma prática reformista assistencialista, com preocupação apenas em defender leis e estruturas seculares, em nome de uma cristandade, percebe que se faz necessário promover uma outra concepção de se

fazer Igreja. Há uma efervescência de vida eclesial que revigora uma ala da Igreja Católica chamada de Progressista e Libertadora.

A eficácia histórica desse acontecimento estava em seus objetivos, nas suas orientações, nos documentos, em fim, na totalidade de seu dinamismo, quando o Concílio Vaticano II provoca uma atualização da Igreja, que estava relacionada às novas condições de vida, à migração do camponês, à modernização das leis trabalhistas e das relações sociais, as quais solicitavam uma Igreja mais dinâmica, mais presente, mais povo. O Vaticano II insistiu no fato de que a Igreja se encontra dentro do mundo, participante de suas esperanças e angústias. Esta consciência permitiu à Teologia descobrir novos campos e novos objetos para a sua reflexão.

Ora, essa linha de reflexão favoreceu a organização de uma nova pastoral popular, onde os leigos puderam, então, assumir papéis de liderança na Igreja. Eclodia, por fim, uma teologia libertadora, uma nova “reorientação institucional”, com reservas doutrinárias diferentes, na tentativa de responder aos desafios impostos por tantas questões sociais e políticas presentes no continente latino-americano.

Poder-se-á questionar mais detidamente as alternativas propostas por essa reorientação institucional da Igreja, que se referia, mais a uma mentalidade reformista, adaptativa, ou, ao invés disso, tratar-se-ia de fato de uma profunda

“reforma”, no sentido de um fazer novo com características revolucionárias, tendo como base a Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação vai demandar uma nova reestruturação e uma nova divisão eclesial do trabalho e do poder religioso, sistematizada, que é, com a formação das Comunidades Eclesiais de Base, que foram congregando grupos, pessoas e movimentos. Os círculos bíblicos absorviam em suas reflexões as situações concretas da vida, de conformidade com a Bíblia. A troca de experiências dos participantes era uma forma de socializar os problemas, as conquistas e dúvidas de cada um. Essa metodologia possibilitava a participação de todos e motivava o grupo para uma reflexão profunda sobre o texto e a realidade histórica.

Conforme vimos no decorrer deste trabalho, a constituição da CEB pesquisada, como movimento social e religioso, foi fruto de uma significativa intervenção da Igreja Progressista na Paróquia do Morro da Conceição, no Bairro de Casa Amarela. Esta pesquisa logrou êxito na construção simbólica da base, como um fator importante de diferenciação social dentro da Comunidade. No processo, é fundamental a opção pelas classes populares, os pobres, os oprimidos, os pequenos, os excluídos – para serem entendidos como CEBs.

A construção do simbolismo da base é a condição de possibilidade para um processo de conscientização do lugar que se ocupa. É a partir da construção da consciência de

classe que as pessoas e os grupos poderão iniciar um processo de identificação das classes dominantes e, como conseqüência, poderá fazer reivindicações e lutas concretas. Isto provocará muitos conflitos com a hierarquia eclesiástica. De fato, não se conhece a existência de nenhuma CEB nas chamadas classes médias e muito menos nas elites sociais.

Desse modo, a organização da pesquisa foi em direção a uma interpretação da realidade específica da vida da CEB no Morro da Conceição. Analisando esse processo por etapas, observa-se a organização de um movimento comunitário, de características metodológicas não-diretivas, no qual estrutura-se um espaço inicial dentro de um conduto religioso, propício e fomentador de união, de conscientização e articulação dos instrumentos mais adequados à consecução de seus ideais.

Sendo assim, o povo-sujeito, nas CEBs, estaria participando de modo próprio e crescentemente consciente, livre, na conformação de um grande processo decisório – desta vez a partir das bases da sociedade – em busca de uma nova síntese cultural. Por esse meio, também, além de outros, o povo se educa, aprende, pouco a pouco a balbuciar “a sua palavra” sobre o mundo, os homens, o presente e o futuro, e ensaia, aqui e ali, em menor ou maior grau, exercícios de poder.

Pretendia-se, no presente trabalho, estudar, preliminarmente, essa nova forma de atuação da Igreja no Brasil, segundo a qual ela ensaia uma recomposição de seu papel na sociedade brasileira, uma das formas utilizadas pela instituição eclesial em busca de um catolicismo voltado para a causa popular e, como foi visto, numa linha conscientizadora, propiciadora de exercícios organizativos e estimuladora de um processo crítico para a transformação da realidade.

O poder associativo das CEBs, comunidades de pobres entre si, com as pastorais específicas, construíram uma rede de articulação para além da paróquia e que passa a ser denominada Igreja na Base. Em alguns lugares, organizaram-se com registro civil; outras vezes, são iniciativas de formação que oferecem um espaço de encontro e interação para organismos e membros da Igreja popular, são instâncias de serviço ecumênico e muitas escolas de fé locais.

Essas redes de articulação não negaram a pirâmide das estruturas eclesiásticas, nem pretenderam, necessariamente, substituir ou contrapor-se à estrutura piramidal da Igreja. A pirâmide pode ter vários cortes pelas redes e receber delas uma ventilação que descongelará petrificações de doutrinas, cânones e ações pastorais e cristalizações de poder.

Não faltam exemplos de novas experiências pastorais ou espirituais em que pessoas pobres se agrupam. Talvez não esteja ainda na hora de articular essas novidades ou querer

integrá-las à conhecida caminhada das CEBs. Em vez de incorporá-las, o movimento poderia ser diferente: as CEBs, na sua prática e na compreensão de si mesmas, poderiam se abrir, se exporem e aprenderem com o que acontece, muitas vezes, fora do leito paroquial.

Por conseguinte, foi através da força da base que foi possível construir, nas CEBs, um novo imaginário que motivasse, em muitas pessoas, um agir de resistência e luta contra a realidade de opressão política vivida no Brasil, a partir de 1964. A força transformadora do simbólico permitiu que novos atores sociais entrassem em cena na luta contra as condições de exploração econômica vividas pelas classes populares, e se organizassem em novas forças sindicais e políticas. Desse modo, foi através dos movimentos populares que grupos subalternos e excluídos tomaram consciência de sua realidade de exclusão e se organizaram, dando origem às CEBs.

Ficam, todavia, questões para respostas futuras. A Igreja não é ainda pobre. Sua cultura não é desse segmento. Seu clero também não é dele originário ou, sequer, preparado nele e, na maioria dos casos, nem é formado em função dele. Conseguirá as CEBs sobreviver às novas ofertas de participação em outros grupos e organizações civis que surgem a toda hora? E quanto à Igreja, enquanto instituição, como reagirá o Pontificado de Bento XVI às novas exigências

liberalizantes da sociedade? Ocorrerá uma nova revisão de suas próprias estruturas naquilo em que as mesmas perpetuam, de traços culturais – reflexos de dominação?

Se isto acontecer, de fato, as CEBs, como se afirma, teriam reinventado a Igreja. Com efeito, o choque cultural da “opção pelos pobres” e com base nesta prática, com todas as conseqüências adversas que já ocorreram e, certamente, continuarão a ocorrer, compreendemos que as Comunidades Eclesiais de Base se fazem presente como uma alternativa de transformação social e institucional, e que pela sua potencialidade, às pessoas continuam tendo a possibilidade de pensar uma sociedade nova e diferente.

FONTES E REFERÊNCIAS

1- JORNAIS E REVISTAS

JORNAIS:

Diário Oficial. 11.05.1991.

Diário de Pernambuco. 09.12.1936.

Diário de Pernambuco. 05.12.1954.

Diário de Pernambuco. 05.04.1964.

Diário de Pernambuco. 10.04.1964.

Diário de Pernambuco. 07.12.1973.

Diário de Pernambuco. 22.06.1982.

Diário de Pernambuco. 05.11.1991.

Diário de Pernambuco. 31.03.1994.

Jornal do Comércio. 31.03.1963.

Jornal do Comércio. 10.11.1979.

Jornal do Comércio. 31.03.1994.

Jornal do Comércio. 16.02.1997.

Jornal do Comércio. 02.11.2003.

Jornal do Comércio. 21.03.2003.

Jornal do Comércio. 04.01.2004.

Jornal do Comércio. 21.03.2004.

Jornal do Comércio. 16.02.2000.

Jornal Opinião, nº 116, Janeiro de 1975.

REVISTAS:

Revista do Arquivo Público Estadual. 1977/78. nº 33 e 34.

Revista do Arquivo Público. 1990. nº 43.

Revista Brasileira de História. nº 6. 2001.

Veja. nº 628, SP. 07.03.1984, p.35.

Revista Eclesial Brasileira. Junho de 1978 – nº 150.

Revista Eclesial Brasileira. Junho de 1988 – nº 190.

Revista “O DOM: um pastor além de seu tempo. nº 2.
Julho de 2004.

Revista “O DOM: um pastor além de seu tempo.
nº 3. Abril de 2004.

2. BOLETINS:

Boletim do MEEI. AOR, Recife, nº. 115, ano 10, Out. 1975,
p.2.

Boletim, Mensagem Pastoral, por ocasião da 2º Assembléia de
Pastoral da AOR, Recife, 1977.

Boletim do MEEI. AOR, Recife, nº 114, ano 10, Set/Out.1979,
(mimeo).

Boletim AOR, ano IV, nº 12. 1981.

Boletim AOR, ano V, nº 13. Sínodo dos Bispos, 1974: 33

CNBB, 1963: 627,628.

CNBB,1970 – 1971:85-86.

Dimensão Litúrgica da CNBB (1988).

3. CARTILHAS:

CEB, um jeito novo de ser Igreja. Arquidiocese de Olinda e Recife – 1988.

Como se faz a animação da Comunidade. Cartilha da Arquidiocese de Goiânia. Elaborada como subsídio para o 6º Encontro Nacional (Trindade-GO). 1989. p. 26.

Puebla Para o povo. Petrópolis, Editora vozes. 1979.

À Hora da Ética Libertadora. ITER. SP. Paulinas. 1985.

Fé e Política. Nº 10. Petrópolis. CDDH. Ed. Eletrônica. 1994.

4.RELATÓRIOS:

Relatório da Assembléia dos Moradores do Morro da Conceição sobre o problema do abastecimento d'água. Recife, 1979.

Relatório da Aliança para o Progresso. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1963.

Relatório da Comissão Aconselhadora para Atividades Missionárias Adviescommissie Missionaire Activiteiten (AMA). 1984.

Relatório do Superior Tribunal Militar 14.05.1981. Extrato da ata da 72º sessão, em 05 de outubro de 1981.

FIDEPE – Anuário Estatístico de Pernambuco – 1981.

FIDEM – (Sistema de Informações Metropolitanas). Recife, Abril/2002.

DOCUMENTOS:

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV.

Lei de Imprensa de 09 de Fevereiro de 1967.

Lei de Segurança Nacional (Lei nº 6.620/78).

APEJE/ DOPS/PE. Prots.DI 271/69. 05.12.1969.

APEJE/ DOPS/PE. Prots.DI 528/69. 16.12.1969.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DOPS/RJ. Prots.

DGIE 311. fl. 251. e DGIE 305 fl. 347. 22.01.82.

OUTRAS FONTES:

1º Cartório de Registro de títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Protocolo: Nº 137149, 04.07.1991.

Ata da Reunião do dia 29.03.1981. Recife, 1981

Ata da Reunião do dia 17.08.1982. Recife, 1982.

Resultado da Pesquisa Sócio-Econômica. Recife, Junho de 1976.

Carta Encíclica, “Mater et Magistra” sobre a recente evolução da questão social á luz da doutrina cristã. Em Síntese Política, Econômica e Social. Ano I nº 11.

Estatuto da Federação de Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela –FEACA,1984.

Bispos da América Latina. “Conclusões de Medellín” SP. Paulinas 1977.

Bispos da América Latina. “Conclusões da Conferência de Puebla” SP. Paulinas 1979.

Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste. “Eu ouvi os Clamores do meu Povo” Salvador. Editora Beneditina. 1973.

Bispos do Centro-Oeste. “Marginalização de um Povo, O Grito das Igrejas” SP. Paulinas 1971.

Bispos do Brasil. “Exigências Cristãs de uma Ordem Política” doc. 25 5º edição SP. Paulinas. 1986.

Bispos do Brasil. “Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil” doc. 25 5º edição. SP. Paulinas. 1986.

Bispos do Brasil. “Nordeste – Desafio à Missão da Igreja no Brasil”. Doc. 31. SP. Paulinas. 1984.

Cordel “Nascendo da Luta”, Federação de Casa Amarela, 1981.

Cordel intitulado “História do Colégio Mardônio Coelho”, 1985.

Entrevistas:

Sra. Antônia Vidal de Lima. Antiga moradora do bairro. 04/03/2005.

Sra. Janice Albuquerque. Professora da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), trabalhou com Dom Hélder Câmara na Operação Esperança. 03/05/2005.

Sra. Maria do Carmo Campello de Melo. Jornalista e Professora participou da Cruzada Democrática Feminina e da Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade. FUNDAJ, 1984.

Sr. Nelson Poeta. Antigo morador do bairro. 05/02/2005.

Sr. Williams dos santos. Coordenador do Conselho Pastoral dos Altos e Córregos de Casa Amarela e membro da CEB pesquisada. 28/04/2005.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales. Igreja e Estado em tensão e crise. São Paulo: Ática, 1978.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem do Nordeste. 4 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. (Org). Vencedores e Vencidos. O Movimento de 1964 em Pernambuco. FUNDAJ: Massangana, 2004.

AZZI, Riolando. O Catolicismo popular no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.

BEOZZO, Pe. José Oscar. A Igreja no Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1994.

BARROS, Edgar Luís de. Os Governos Militares. 4^o edição São Paulo: Contexto, 1994.

BRANDÃO, Silvana (org.) História das religiões no Brasil. Vol. 1, Recife: UFPE, 2001.

BETTO, Frei. Cristianismo e Marxismo. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOFF, Leonardo. A fé na periferia do mundo. Petrópolis: Vozes, 1979.

.....O caminhar da Igreja com os oprimidos. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

.....Igreja, carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante. Petrópolis: Vozes, 1981.

..... E a Igreja se fez povo. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Clodovis. Comunidade Eclesial – comunidade política: ensaios de eclesiologia política. Petrópolis; Vozes, 1978.

BOFF, Leonardo e Clodovis. Como fazer Teologia da Libertação. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRUNEAU, Thomas C. The Political Transformation of the Catholic Church. Cambridge, London, Cambridge. Univ. Press: 1974.

BURITY, Joanildo A. “Religião e Cultura Cívica”. Relatório de Pesquisa. Recife: FUNDAJ, 2003. (mimeo).

.....Identidade e Política no Campo Religioso. Recife: UFPE, 1997.

CALLADO, Antônio. Tempo de Arraes. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1965.

CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi. Recife: Guararapes, 1980.

CHIAVENATO, Júlio José. O Golpe de 64 e a Ditadura Militar. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. Em busca de Identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COMBLIN, Joseph. 1978. A Ideologia da Segurança Nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

DREIFUSS, René. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René. As forças Armadas e a Política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Jorge & ALMEIDA NEVES, Lucilia. (Org.) O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. Além do golpe. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOLLMANN, José Ivo. Igreja, Ideologia e Classes Sociais. Petrópolis: Vozes, 1985.

GORDON, Lincoln. A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo. São Paulo: Senac, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

GUTIERREZ, Gustavo. A força histórica dos pobres. 2ª ed. Petrópolis: 1984, Vozes.

HOORNAERT, Eduardo. Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800. Petrópolis: Vozes, 1974.

.....O Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil. In: REB (XXVII): 43-54. Petrópolis: Vozes, 1967.

.....A memória do povo cristão. Petrópolis: Vozes, 1986.

KADT, Emanuel de. Católicos Radicais no Brasil. João Pessoa: UFPB, 2003.

KENSKI, Vânia Moreira. O Fascínio do Opinião. Tese de Doutorado apresentada a UNICAMP. Campinas, 1990.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp. Campinas 2001.

LIBANIO, João Batista. Igreja contemporânea, encontro com a modernidade. São Paulo: Loyola, 2000.

LIMA, Luis Gonzaga do S. Evolução Política dos Católicos no Brasil. Petrópolis: vozes, 1979.

LÖWY, Michael. MARXISMO e teologia da Libertação. São Paulo: Cortez, 1991(Coleção polêmicas do nosso tempo).

MAINWARING, Scott. A Igreja católica e a política no Brasil-1985. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MONTENEGRO; Antônio & SOARES, Edla.(Org). Dom Hélder Peregrino da Utopia. Recife: Prefeitura do Recife, 2000.

MORAIS, J.F. Regis. Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez, 1982.

PASSOS, Gustavo. As Comunidades do Dom. Recife: FUNDAJ, 1984.

PEREIRA, Jair. (Org.) Miguel Arraes: pensamento e ação política.Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Arredores do Recife. 2. ed. Apresentação e Org. de Leonardo Dantas Silva. Recife: Massangana, 2001.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e a Questão Religiosa. São Paulo: Paulinas, 1984.

PORTELLI. Hugues. Gramsci e o bloco histórico. São Paulo: Paulinas, 1981.

QUADRAT, Samantha Viz. Poder e informação. O sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

RATZINGER, Cardinal. Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação. Petrópolis: Vozes,1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo; Brasília: Brasiliense; CNPq, 1990.

ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairós, 1979.

SALEM, Helena. A Igreja dos oprimidos. São Paulo: Vozes, 2000.

SILVA, Marilene Correia da. A questão nacional e o marxismo. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Severino Vicente da. (Org.) A Igreja e o controle social nos sertões nordestinos. São Paulo: Paulinas, 1988.

SILVA, Severino Vicente da. Entre O Tibre e o Capibaribe: Os limites do progressismo católico na arquidiocese de Olinda e Recife. Departamento de História da UFPE, 2003. Tese de doutoramento, (mimeo).

SERBIN, Kenneth P. Diálogo na sombra. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SOUZA, Luiz Alberto. A JUC: Os estudantes católicos e a política. Recife: Massangana, 2004.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964. 10^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRUJILLO. A. López, Os Problemas da América Latina, Teologia da Libertação. Paris: Cerf, 1985.

WEFFORT, Francisco. "O populismo na política brasileira". RS: Paz e Terra, 1980.

VASCONCELOS, Simão – Crônica da Cia. de Jesus. Coleção Dimensões do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

VELHO BARRETO, Túlio & FERREIRA, Laurindo. (Org.) Na trilha do golpe: 1964 revisitado. Recife: Massangana, 2004.

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. *De Apé-puc a Apipucos*: numa encruzilhada, a construção e permanência de um lugar urbano. Recife: Bagaço, 1999.

VITTORIO SEGNA, Egidio. Análise crítica do catolicismo no Brasil: perspectiva para uma pastoral da libertação. Petrópolis: Vozes, 1977.

ANEXOS

Documentos e Ilustrações.

ANEXO I

**QUESTIONÁRIO APLICADO A COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, ENTRE DEZEMBRO/2004 E MARÇO/2005.
LOCAL: MORRO DA CONCEIÇÃO, CASA AMARELA.**

| | | | | |
|------------------------------|--|---|--|---|
| 1 | NOME DO PARTICIPANTE | 2 | LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE | |
| | | <input type="checkbox"/> Cidade <input type="checkbox"/> Periferia urbana | | |
| 3 | ENDEREÇO DO PARTICIPANTE | | | |
| Rua, Avenida, Praça, etc | | Número | Bairro | |
| CEP | Distrito, Vila, Povoado, Sítio, etc | Município | UF | |
| 4 | FREQÜENTA CELEBRAÇÃO EUCARÍSTICA | <input type="checkbox"/> Diária | <input type="checkbox"/> Pelo menos 1 vez por semana | <input type="checkbox"/> Pelo menos 1 vez por ano |
| | | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Pelo menos 1 vez por mês | <input type="checkbox"/> Não freqüenta |
| 5 | FREQÜENTA CELEBRAÇÃO DOMINICAL SEM PADRE | <input type="checkbox"/> Sim | 6 | CONSELHO COMUNITÁRIO OU EQUIPE DE COORDENAÇÃO |
| | | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | |
| | | | <input type="checkbox"/> Não | |
| 7 | FAZ PARTE DE GRUPOS DE REFLEXÃO BÍBLICA | <input type="checkbox"/> Sim | 8 | AJUDA NA PREPARAÇÃO PARA OS SACRAMENTOS |
| | | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | |
| | | | <input type="checkbox"/> Não | |
| 9 | PARTICIPA DE ATIVIDADES DA COMUNIDADE PARA RESPONDER A NECESSIDADE SOCIAIS E ECONÔMICAS LOCAIS | | | |
| <input type="checkbox"/> Sim | | <input type="checkbox"/> Não | | Exemplo: _____ |
| 10 | PARTICIPA EM ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS E LUTAS POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA | | | |
| <input type="checkbox"/> Sim | | <input type="checkbox"/> Não | | Exemplo: _____ |

ANEXO II

CAIXA Comprovante de Depósito Cartão Magnético

Válido somente quando autenticado mecanicamente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Depositado por (se for efetuado por terceiro)

Banco nº _____ Cheque nº _____ Valor - R\$ _____

Em dinheiro ▶ TD 19 1 CL 20 5 R\$

| CL | D | Prazo | R\$ |
|----|---|---------------|-----|
| 21 | 3 | 24 horas | |
| 22 | 1 | 48 horas | |
| 23 | 0 | 72 horas | |
| 38 | 0 | Indeterminado | |
| 31 | 0 | _____ dias | |
| 31 | 0 | _____ dias | |

Em cheque ▶ R\$ 6.140,38

TOTAL ▶ R\$ 6.140,38

1ª autenticação 045 013 005714114 ONEDIA GONCALVES NOVO 37.026 v03

2ª autenticação CEF004517092002032013004300 6.140,38RC1007

Banorte Comprovante de Depósito

Código - Conta 1 - Conta Corrente 1 - Poupança Agência 3 Tip. Conta 443 Nº da Conta 443 DV 8

Para Crédito de Onedia Gonçalves Novo Cheques de Outros Bancos Banco + Número Valor 2 371,42

Depositante _____

Numeração 1067533

| Código | Em | Valor |
|--------|-----------------------|----------|
| 422 | Cheque de Menor Valor | |
| 421 | Cheque de Maior Valor | 2 371,42 |
| 410 | Em Dinheiro | |
| | Total | 2 371,42 |

Este documento só é válido como recibo quando autenticado mecanicamente, sem emendas, rasuras ou ressalvas e feito em máquina do Banco Banorte S.A.

Autenticação Mecânica 013 070295 101*****2.371.42R17 P0051C43243

Confira o Número da Conta, o Valor e o Nome

CAIXA Comprovante de Depósito Cartão Magnético

Válido somente quando autenticado mecanicamente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Depositado por (se for efetuado por terceiro)

Banco nº 01 Cheque nº 810347 Valor - R\$ 6.876,26

Em dinheiro ▶ TD 19 1 CL 20 5 R\$

| CL | D | Prazo | R\$ |
|----|---|---------------|-----|
| 21 | 3 | 24 horas | |
| 22 | 1 | 48 horas | |
| 23 | 0 | 72 horas | |
| 38 | 0 | Indeterminado | |
| 31 | 0 | _____ dias | |
| 31 | 0 | _____ dias | |

Em cheque ▶ R\$ 6.876,26

TOTAL ▶ R\$ 6.876,26

1ª autenticação CAIXA 0045013005714114 ONEDIA GONCALVES NOVO 37.026 v03

2ª autenticação CEF004522122003018013004815 6.876,26RC1007

Com Comp Banco Agência DVDV/CIC1 Conta Conta C2 C2 S Sêrie Cheque Cheque N.º IC3 C3 R\$

007 001 0067 1 9 7.209-5 0 800 850347 8 R\$ 6.876,26

Pague por este cheque a quantia de seis mil e oitocentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos

Onedia Gonçalves Novo ou, à sua ordem em _____

BANCO DO BRASIL Pernambuco 01 de dezembro de 2003

Dr. Hopte de

GARANHUNS 00.000.000/0067.18 PE JURÍDICA 5009

DIOCESE DE GARANHUNS PAROQUIA DE N. S. PERPETUO SOC CNPJ 10.140.424/0016-91 CLIENTE DESDE 03/2000

advieskommissie
missionaire
aktiviteiten



dept. centraal missie commissariaat

rhijngeesterstraatweg 40
p.o. box 75
2340 ab oegstgeest, holland
telefoon 071 - 159 159
telex 30223 ceme nl
telefax 071 - 17 53 91

Cópia

CRB / Equipe de Articulação das CEB's
a/c Irmã Selma (Onédia Gonçalves Novo)
Rua Rosário da Boa Vista, 41 -1o- Boa Vista
50.060-100 RECIFE - PE
B R A Z I L I E.
oegstgeest,

Favor de sempre mencionar o número da correspondência!

13 de setembro de 1994 Ref: AMA/BRASIL/1527, Apoio á Equipe.

Prezada irmã Selma,

É com muito prazer que podemos comunicar-lhe a aprovação do seu projeto indicado acima. AMA discutiu este projeto na reunião de sua Comissão. Por causa do fato de AMA já apoiar as CEB's no Nordeste, decidiram não apoiar a parte do curso de inverno. O que sim queremos apoiar é a formação dos cem participantes de vários CEB's. Tenho a satisfação de poder comunicar a senhora que uma quantia de f 5.000,- florins holandeses foi concedida para o Apoio á Equipe, durante dois anos. Quer dizer que esta soma lhe será enviada duas vezes, em 1994 e 1995.

O projeto será apresentado agora a uma congregação religiosa na Holanda que esteja disposta a financiá-lo como gesto de solidariedade.

Isto pode levar algum tempo. Logo que a quantia for liberada, o dinheiro será remitido no modo indicado pela senhora no formulário que mandamos junto com esta carta.

A senhora receberá uma confirmação desta remessa.

AMA gostaria de receber uma prestação de contas e um relatório sobre o andamento do projeto e seus resultados a serem mandados à congregação doadora como gesto de reconhecimento e de gratidão.

Lhe desejamos muito êxito em seus trabalhos pastorais.

Atenciosamente
ADVIESKOMMISSIE MISSIONAIRE AKTIVITEITEN
pp / Dept. L.A. de AMA

c.o.

Jacintha Puntman.
JV/avl.

Anexo: um formulário

centraal missie commissariaat

Postbank 11 006
c.i. bank nederland 23 07 0 15
k.v.k. leiden s 149831

*P.S. 1 de novembro de 1994.
Será que nossa primeira carta de aprovação não chegou em suas mãos? Queríamos o dinheiro que está na conta de AMA. Esperando a formação e enviando o formulário e o dinheiro.*

advieskommissie
missionaire
aktiviteiten



dept. centraal missie commissariaat

CRB - Equipe de Articulação das Ceb's
Ir. Onédia Gonçalves Novo
Rua do Rosário da Boa Vista, 41
1. Andar - Bairro Boa Vista
50060-100 RECIFE - Pernambuco - BRASIL

rhingeeesterstraatweg 40
p.o. box 75
2340 ab oegstgeest, holland
telefoon +31 (0)71 515 91 59
telefax +31 (071) 517 53 91
e-mail cmc@antenna.nl

oegstgeest,
14-11-1996

ref: projeto no. AMA/Brasil-1527/2
Apoio à Equipe

Prezada Irma Onédia,

Em relação à vossa carta do dia 30-1-1996 podemos dizer felizmente que a Comissão Aconselhadora para Atividades Missionárias (A.M.A.) decidiu subsidiar o vosso projeto acima mencionado com a quantia de 5.000,- florins holandeses.

Esta quantia foi transferida para la procuradoria 'Redemptoristen', Holanda.

Esperamos uma confirmação sua da recepção e mais tarde também uma reportagem da realização do projeto (emprego do dinheiro). Os relatórios substanciais animam os nossos bemfeitores para continuarem o necessário apoio à nossa organização.

No caso de que a irmã, seis semanas depois de receber esta carta, não recebeu nenhum aviso de seu banco/de seu procuradoria, por favor comunique-se conosco.

Desejamos à irmã uma boa recepção do mesmo e êxito em seus trabalhos, com as nossas saudações fraternais,

atenciosamente
Advieskommissie Missionaire Aktiviteiten
por:

Jacintha Puntman
Depto. A.L. de AMA

[Redacted signature area]

cc/ Redemptoristen - Roosendaal, Holanda

AMA/secr/ovbank.por

centraal missie commissariaat

postbank 17606
generale bank 23 07 05 162
k.v.k. leiden s 41149831

⊗ AMA ADVIESCOMMISSIE MISSIONAIRE ACTIVITEITEN
AMA Advisory Board of Missionary Activities



Dioc. Granhus, Paroquia N. Sra do Perp
Rua Gervásio Pires 404 -Boa Vista
50050-070 RECIFE - PE
BRASIL

Lutherse Burgwal 10
Den Haag
POST Postbus 16442
2500 BK Den Haag
Nederland
TEL +31 (0)70 - 31 36 700
FAX +31 (0)70 - 31 36 777
E-MAIL cmc@cmc.nu
www.cmc.nu

Postbank 17606
Fortis Bank 23.07.05.162
KvK 541149831
btw/vat 0010 314 05 b01

Den Haag
04-11-2003

Ref. nr.: ama / BRAZILIE, 212.1527.04
Ondersteuning Team Kerkelijke Basisgemeenschappen

Prezada/o Dioc. Granhus, Paroquia N. Sra do Perp,

Felizmente podemos dizer que a Comissão Aconselhadora para Atividades Missionárias (AMA) decidiu subsidiar o vosso projeto acima mencionado com a quantia de € 2100.00.

Esta quantia foi transferida ao conta 72095 do Banco do Brasil, ag.0067-1, Garanhuns, PE, BRASIL, em nome de Dioc. Granhus, Paroquia N. Sra do Perp.

Esperamos a confirmação incluída da recepção.

No caso que, seis semanas depois de receber esta carta, não foi recebido nenhum aviso de seu banco ou procuradoria, por favor comunique-se conosco.

Desejamos uma boa recepção do mesmo e êxito em seus trabalhos,
com as nossas saudações fraternais,

atenciosamente,

Ruth Urbach-Venema

ANEXO III

1^o CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

OFICIAL MABEL DE HOLLANDA CALDAS

AV. Dantas Barreto, 160 Loja 04 - Santo Antônio- Recife - PE CEP: 50010-360 - Fone: (81) 3424.2449-Internet: www.1trdrecife.com.br
 Nº de ordem **137149. XXXXXXXXXX**

A OFICIAL MABEL DE HOLLANDA CALDAS, DO 1º CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, DA CAPITAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM VIRTUDE DA LEI ETC.

Em data de 04 de julho de 1991.

CERTIFICO

A requerimento da parte interessada que, neste Cartório de 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Recife, consta Registro e Inscrição de Associação denominada: "Conselho das Comunidades Eclesiais de Base no Morro da Conceição e Adjacências". Protocolado e Registrado em microfilme sob o nº de ordem 137149, em data de 04 de julho de 1991, com matéria publicada no Diário Oficial de 11 de maio de 1991. O certificado é verdade e dou fé Recife, 12 de janeiro de 2006. A Oficial Mabel de Holanda Caldas.

Mabel de Holanda Caldas
12 de janeiro de 2006

EMOLUMENTOS :R\$ 1291
 TX. DE FISC. :R\$ 259

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO.



NA COMUNIDADE, A GENTE VIVE COMO IRMÃOS



Ilustração 1- Cartilha da Arquidiocese de Goiânia. "Como se faz a animação da Comunidade". 1989. p. 26.

COMO SE DISTRIBUEM OS SERVIÇOS NA COMUNIDADE

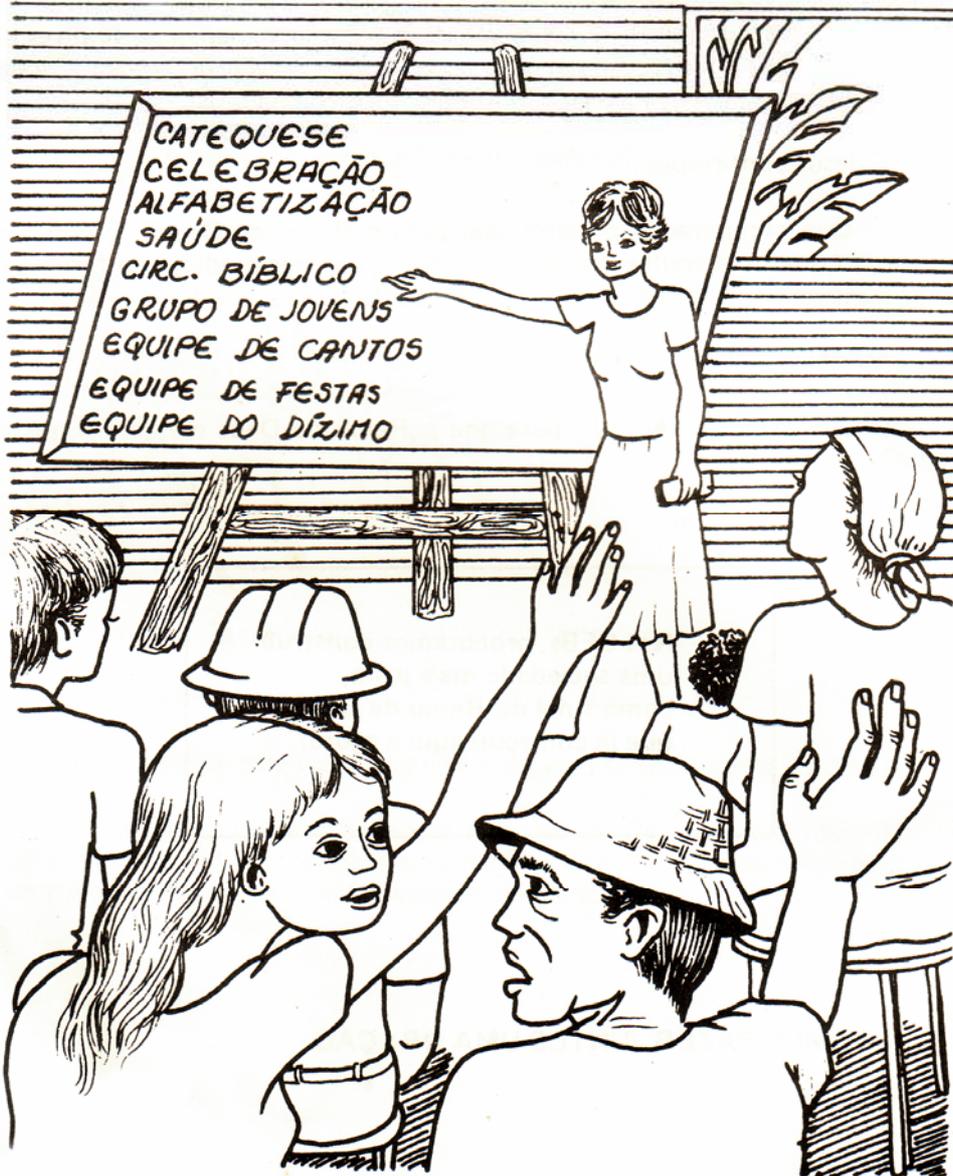


Ilustração 2 - Cartilha da Arquidiocese de Olinda e Recife.
CEB "Um Jeito Novo de Ser Igreja". 1988. p. 12.

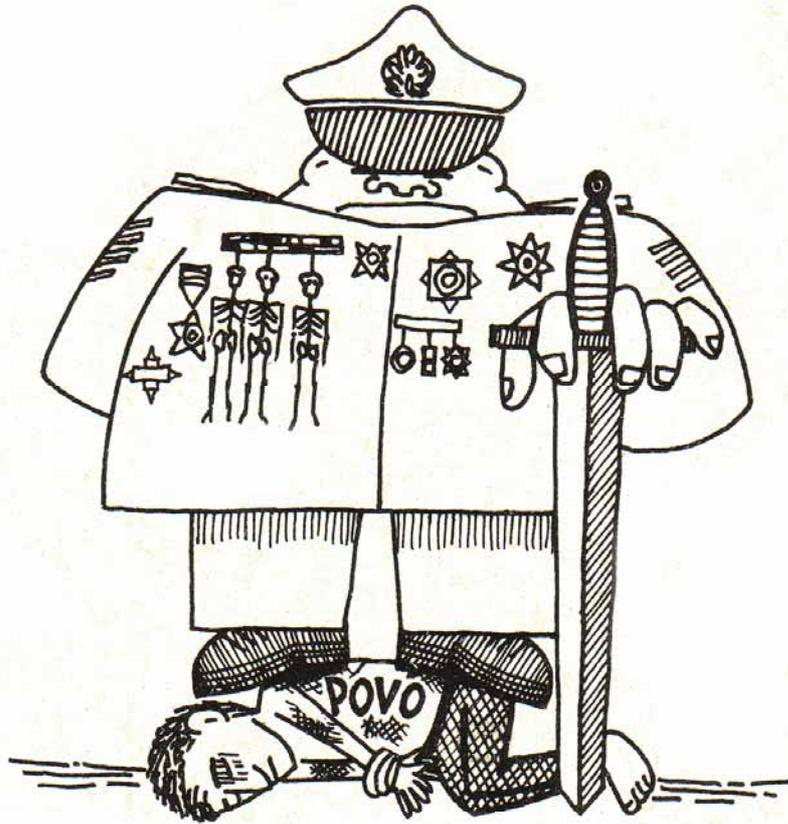
UM JEITO NOVO DE SER IGREJA



Ilustração 3 - Cartilha da Arquidiocese de Olinda e Recife.
CEB "Um Jeito Novo de Ser Igreja". 1988. p. 33.



Ilustração 4 - Cartilha "Puebla para o povo". 1979. p.84.



A IGREJA, POR AUTÊNTICO COMPROMISSO EVANGÉLICO, DEVE FAZER OUVIR SUA VOZ, DENUNCIANDO E CONDENANDO ESTAS SITUAÇÕES, SOBRETUDO QUANDO OS GOVERNANTES E RESPONSÁVEIS SE DIZEM CRISTÃOS.
João Paulo II, no México



Ilustração 6 - Cartilha “Puebla para o povo”. 1979. p.42.